UTOPIA

N.º 14/2002

Utopia

REVISTA ANARQUISTA DE CULTURA
E INTERVENÇÃO

14

Ano 2002

5,00 Euros
(insento de IVA)

DIRECTOR
Mário Rui Pinto

COLECTIVO EDITORIAL
Carlos Nuno, Guadalupe Subtil,
José Luis Félix, J.M. Carvalho Ferreira,
José Tavares,
Ilídio Santos, Manuel de Sousa.

COLABORADORES
Alberto Hermano, Alfredo Gaspar, Armando Veiga,
Arno Gruen, Attila Toukkour, Carlo Díaz,
Christian Ferrer, Edson Passeti, Eugénia Gomes,
Francisco Madrid, Herculano Lapa, Jorge Silva,
José Janela, Luís Chambel, Maria Oly Pey,
Mimmo Pucciarelli, Quin Sirera, Roberto Freire.

CAPA
M. Noronha

CONTRACAPA
Almeida e Sousa

ARRANJO GRÁFICO
Maria Alice Bonilha

PROPRIEDADE
Associação Cultural A Vida
Publicação semestral registada no
Ministério da Justiça com o nº118640

IMPRESSÃO
Gráfica 2000 - Cruz Quebrada

REDACÇÃO E ASSINATURAS
Apartado 2537-1113 Lisboa Codex
Portugal

INTERNET
http://www.utopia.pt

Sumário

Editorial

Dizia-se que o regime de Salazar e Cerejeira utilizava a trilogia "Fátima, fado e futebol" para anestesiar o povo português. (Para uma minoria mais activa ou esclarecida lá estavam a PIDE e a Censura). O regime saído do 25 de Abril de 1974 foi obrigado a inovar nesta matéria. A PIDE foi extinta; os tempos e as modas são outros; a democracia impôs uma maior subtileza na utilização da Censura e a revolução tecnológica proporciona novas formas de veicular a ideologia do Estado. Assim, o novo regime relativizou a importância de Fátima e do fado, manteve o futebol, massificando o seu consumo mas não a sua prática desportiva salutar, e começou a utilizar sistematicamente a televisão como correia de transmissão ideológica privilegiada. Futebol e televisão tornaram-se deste modo os principais veículos de alienação, quais versões modernas do pão e circo romanos. E é por causa disto que se torna tão importante para as classes política e jornalística, com alguns grupos económicos à espreita, discutir o futuro da RTP e do chamado "serviço público".

Paradigma da má gestão, da promiscuidade entre política e jornalismo e entre política e gestão, da falta de visão estratégica do que deveria ser uma televisão de qualidade, de indefinições várias, entre as quais a do próprio conceito de "serviço público", a RTP é uma empresa que vem acumulando uma dívida monstruosa, a ser paga pelos cidadãos do costume, e que não mostra qualquer diferença qualitativa em relação aos canais privados. Mas só por manifesta ingenuidade é que se poderia esperar outro resultado. Como também só por manifesta manipulação da opinião pública, se é que esta existe em Portugal, é que se pode escrever ou afirmar que deveria ou poderia ser de outra maneira. Elemento central da difusão da ideologia do Estado, a televisão ultrapassou em eficácia todas as fórmulas de propaganda do passado, visto que permite, ao contrário do que acontece com outros meios de comunicação de massas, difundir e impor a sua mensagem ideológica em qualquer sítio, sem demoras, ou mesmo em directo, e com recurso à imagem

real. Ao penetrar massivamente na casa das pessoas e em locais públicos, num fenómeno só ultrapassado em rapidez de difusão pelo binómio computador / internet, a televisão conseguiu destruir quase por completo todas as formas tradicionais de comunicação oral a nível de agrupamentos humanos e, mais restritamente, a nível da família. Através do respectivo aparelho de televisão, cada agregado familiar ou individual estabeleceu com o Estado relações unilaterais de comunicação, passando este a dispor junto daqueles de um agente privilegiado da sua propaganda. Numa sociedade em que o Homem caminha a passos largos para se transformar numa máquina embrutecida pelas mentiras dos políticos e pela procura permanente do objecto inútil para comprar, tudo isto encontrou na televisão o seu veículo por excelência, qual deus *ex-machina* omnipresente. Escreveu-se no último Editorial desta revista que "o bom cidadão é aquele que adormece ao fim de um dia de trabalho a ver televisão". Acrescenta-se agora: ou que vai com a família participar alegremente em concursos e talk-shows a troco de meia dúzia de euros e de mais objectos de consumo. Que fazer para acabar com esta situação? Também nesta área as novas tecnologias (digital terrestre e internet, por exemplo) já oferecem alternativas que podem passar pela criação da pequena televisão comunitária ou de bairro. Será este o caminho? Provada que está a viabilidade de existência de uma imprensa escrita anti-autoritária, provada que está a viabilidade de existência de rádios livres e alternativas, e o vigésimo aniversário que este ano se celebra da Radio Libertaire da Federação Anarquista francesa é prova disso, compete-nos agora pensar e ter imaginação e força de vontade suficientes para encontrar uma alternativa viável à televisão que temos, seja do Estado ou privada. Nem que seja desligá-la...

Como era fácil de prever, a uma onda eleitoral dita de esquerda sucede uma onda eleitoral dita de direita e, nalguns casos por essa Europa, mesmo de extrema-direita. No entanto, nada disto trará diferenças de fundo no quotidiano dos cidadãos. Muitos

deles já perceberam que as políticas económica, laboral e social há muito que escaparam às vontades e desígnios dos governos nacionais, por muito poderosos que estes aparentem ser. Outros, ainda não perceberam isto e continuam a ir votar ou, se não votam, não o fazem por opção conscientemente libertária. Não votam por puro comodismo ou desinteresse. A falta de credibilidade da classe política, que se deixou enredar em inaceitáveis ligações perigosas e cumplicidades corporativas, das quais a imunidade parlamentar é um exemplo flagrante, é um facto concreto que conduziu a esta situação. Está provado que a classe política tem sido, regra geral, incompetente, preguiçosa e gastadora, em muitos casos corrupta, vivendo em função da imagem e obcecada com o *prime time* televisivo.

Nestes últimos meses, assistiu-se à eclosão de manifestações populares mais ou menos espontâneas, mais ou menos violentas, nalguns países sul-americanos – Argentina, Venezuela, Bolívia Peru e Paraguai – onde a crise, provocada pela falência de políticas económico-sociais ditadas pelas instituições da globalização, se faz sentir de forma particularmente intensa. O efeito tem sido de verdadeira bola de neve, não sendo de admirar que esta cascata de "rebeldia popular" alastre aos restantes países do continente sul-americano. O caso mais paradigmático é o da Argentina, país de grandes tradições anarquistas e de imensas riquezas naturais, cuja economia e tecido social pura e simplesmente colapsaram. E tudo provocado, mais uma vez, pela existência de uma classe política incompetente e corrupta e pela subordinação total ao FMI, primeiro à sua política "estabilizadora" tradicional e, depois, aos seus conhecidos "pacotes de ajuda". Actualmente, e após sucessivas mudanças governamentais, ainda não se vislumbra qualquer luz ao fundo do túnel: estão em vigor medidas restritivas ao levantamento das poupanças das famílias, mas claro que a circulação do grande capital continua livre; a produção industrial caíu 25%; a taxa de desemprego é de 18,3% e a linha de pobreza atinge 44% da

população. População que se manifesta periodicamente nas ruas e que, em alguns casos, ensaia já algumas formas de auto-governo.

Uma palavra final para a questão da imigração que está na ordem do dia e é o pano de fundo deste número da revista. Para muitos sectores da classe política e dos media, interessa ligar esta questão à da insegurança. Discurso que "cai" bem e justifica muitas coisas: aumento de medidas securitárias de controlo dos cidadãos; aumento de investimentos no sector militar; aumento da violência policial sobre ajuntamentos populares ou sobre a pequena criminalidade, etc. É preciso denunciar a hipocrisia deste discurso e, nomeadamente, é preciso denunciar que a imigração só existe, e sobretudo só existe nestes moldes, porque interessa ao capitalismo para melhorar a sua taxa de acumulação. É só a ele que interessa a existência de uma enorme massa de ilegais, cujo tráfico se tornou em mais um negócio rentável, ou de legais em situação de extrema precariedade. Estes, têm muito pouco a perder, face ao panorama nos seus países de origem, e assim foram criadas verdadeiras bolsas de mão-de-obra semi-escrava que alimentam as grandes empresas nacionais e transnacionais, as que fazem mexer o mundo a nível político, económico e legislativo. Quanto ao Estado, no seu papel de mero defensor dos interesses destas empresas, dá a ajuda possível, lançando periodicamente grandes obras públicas (sem as quais a maioria destas empresas não teria os lucros que tem) ou promovendo os necessários enquadramentos legais. Um exemplo recente: empresários alemães, em nome da «produtividade» e «modernização» exigem mudanças nas leis do trabalho e logo o governo subserviente apresenta uma proposta de Código do Trabalho liquidando muitos dos direitos legais dos trabalhadores; mas este país de «baixa produtividade» afinal, segundo o recente relatório da ONU, é o reino da rentabilidade: a elite saloia, vinte por cento dos portugueses, detêm quase metade da riqueza nacional. Ou seja, Portugal é o país com maiores desigualdades sociais da Europa o que põe a nú todo o cinismo e ridículo dos óraculos do sistema quando apelam ao sacrifício e compreensão dos portugueses com as dificuldades da economia... Até quando?

A política tal como ela é

José Maria Carvalho Ferreira

Fazendo fé nos estudos de historiadores, antropólogos, arqueólogos e sociólogos, o actual modelo político da civilização ocidental tem as suas raízes históricas na democracia ateniense. Todavia, desde tempos imemoriais, tantas foram as tergiversações que esse modelo sofreu, que qualquer cidadão comum tem extrema dificuldade, nas actuais sociedades humanas, em reflectir e agir como indivíduo ou integrado num hipotético grupo político.

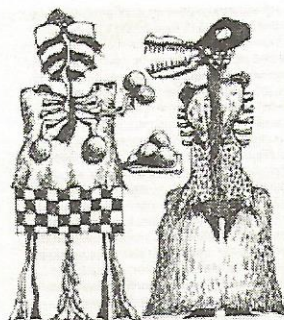
Numa perspectiva meramente racional e evolutiva, a história é pródiga em ensinamentos que nos induzem a pensar que toda e qualquer relação social no seio de um quaisquer grupo, tribo, clã, família, empresa ou instituição é inexoravelmente atravessada por constrangimentos formais e informais, estruturais e funcionais que decorrem da própria condição humana, considerando esta como um ser intrinsecamente biológico e social. Somos então, como condição e função, parte integrante de uma identidade biológica que nos conduz a uma relação de interdependência e complementaridade com a natureza e com todas as espécies que a enformam, e somos também, enquanto seres sociais, sujeitos complementares e interdependentes de todos os outros seres humanos que integraram as múltiplas actividades económica, social, política e cultural que corporizavam as sociedades de antanho ou integram indelevelmente as actuais.

A partir do momento em que os indivíduos e grupos que constituem as múltiplas sociedades foram constrangidos a decidir e

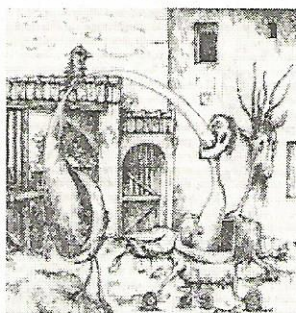
a participar na construção de modelos de sociedades contrastantes, os problemas inerentes à consecução prática do contrato social e da socialização do poder levaram-nos aos dilemas introduzidos por Thomas Hobbes em relação à necessidade histórica do Estado. Desde então, quer nos debrucemos sobre as características da revolução francesa de 1789, quer façamos o mesmo em relação às contingências do processo de industrialização e de urbanização das sociedades capitalistas mais desenvolvidas, a política, enquanto profissão e vocação incrustada nas actividades dos partidos políticos, dos parlamentos e das autarquias, tornou-se uma realidade com enorme impacto nas formas de governação do Estado-Nação e dos outros poderes institucionais deste aos níveis local e regional.

Na estrita medida em que a socialização do poder, como essência do fenómeno político, não podia nem pode ser veiculada exclusivamente nas suas traduções executiva, legislativa e jurídica, para a política revelar-se efectivamente eficiente nos seus conteúdos estratégicos e tácticos foi sempre articulada com as dimensões económica, social e cultural. Articulada em primeiro lugar com a economia, porque esta estrutura e define as modalidades de produção, distribuição e consumo de bens e serviços de quaisquer Estado-Nação, empresa ou grupo sócio-profissional. Em segundo lugar, a política está articulada com a realidade social, pois só esta pode vivificar a acção individual e colectiva na luta pelo poder e sua consequente manutenção, como também, por outro lado, permite a generalização de um tipo de relação que fundamenta o contrato social devidamente formalizado e institucionalizado, do qual decorre a essência do Estado e do capitalismo. Em terceiro lugar, a política está articulada com a dimensão cultural, pela simples razão que esta, através dos processos de aprendizagem social e de aculturação, estrutura os valores, a ética e a moral que dão sentido ao imaginário individual e colectivo dos indivíduos e grupos que constituem as sociedades humanas.

Assim como a revolução industrial inglesa, iniciada em meados do século XVII, estrutura as bases económicas, sociais e culturais do capitalismo, a revolução francesa de 1789 institucionaliza e legitima o contrato social com base na acção política e no Estado. Como consequência de todas estas relações de interdependência e complementaridade entre a política e as realidades económica, social e cultural, não admira que nos finais do século XIX e princípios do século XX a luta pelo poder político emergisse nas regiões geográficas onde o capitalismo e o Estado tiveram maior desenvolvimento. O teatro da luta pelo poder político foi configurado, em última instância, através de tentativas de instauração de modelos ideológicos diferenciados: liberal, social-democrata, republicano e monárquico. A identidade política destas ideologias reflectia sobremaneira as necessidades de maturação da sociedade capitalista. Neste contexto, emergiram modelos contrastantes de sociedade polarizados na acção política dos partidos socialistas e comunistas que se opunham aos pressupostos de opressão e exploração capitalista.

Face à sua generalização e constância espacial e temporal, estas modalidades de socialização do poder e de governação foram, entretanto, cada qual a seu modo, adquirindo uma

legitimidade e institucionalização aos níveis do poder local, regional, nacional e internacional, ao ponto do advento histórico da revolução russa de 1917, sob os desígnios ideológicos do marxismo-leninismo, adquirir um tipo de legitimação e de institucionalização política de tal forma importante que, posteriormente, após a Segunda Guerra Mundial, tornou-se um modelo paradigmático com potencialidades para opor-se, durante sete décadas, ao modelo político hegemónico que ainda hoje perdura: o capitalismo.

Todo este processo, no entanto, veio a desenvolver-se no sentido da desintegração da legitimidade da política como vocação e profissão no contexto da evolução da racionalidade instrumental do capitalismo. Na minha opinião, há alguns factores que estão na origem da crise de legitimidade da política nas sociedades contemporâneas: 1) autonomização e burocratização sócio-profissional da política; 2) perda de influência dos modelos alternativos ideológicos em relação ao modelo de alternância de gestão e governação do poder político; 3) crise do Estado-Nação e crise de regulação do mercado; 4) globalização e padronização do sistema político mundial.

Como base da crise da política, há que referir, em primeiro lugar, a própria essência da legitimação e institucionalização da política como vocação e profissão que permitiu que estas funções evoluíssem no sentido de uma maior autonomização e centralização do exercício do poder e da autoridade hierárquica no seio dos partidos e da governação do Estado-Nação. A assunção da dominação e do exercício do poder embora estivesse, em parte, confinada à legitimidade que decorria de cada ideologia e modelo de sociedade contrastante que aspirava conquistar o poder, a partir do momento em que se assiste ao desenvolvimento da formalização das relações sociais e, portanto, dos mecanismos de representatividade social e política, todos aqueles que vivem da profissão de políticos distanciam-se e são constrangidos a tomar decisões muitas vezes opostas aos objectivos dos que os elegeram.

Neste sentido, hoje, são cada vez mais exigidas competências e qualificações a todos aqueles que pretendam singrar na política, quer estes estejam a exercer a sua profissão nos partidos ou nos diferentes patamares de governação e de exercício do poder aos níveis local, regional, nacional e mundial. Aos profissionais da política são-lhes exigidas competências comunicacionais quando são obrigados a adaptarem-se às vicissitudes do poder dos "mass media", assim como são-lhes exigidas novas qualificações para negociar e redimir conflitos que emergem de interesses e objectivos sociais e económicos divergentes e que têm uma dimensão económica e social relevante na regulação do capitalismo. Assim, o papel dos políticos não se restringe a um mero exercício do poder que deriva da sua autoridade hierárquica no seio dos partidos ou nos parlamentos. Progressivamente, as suas funções e tarefas evoluíram no sentido de exigências profissionais corporizadas em saberes e procedimentos técnicos, ao ponto de se tornarem uma categoria sócio-profissional com interesses, objectivos e estratégias muito específicos. Como qualquer grupo sócio-profissional, aspiram a um conjunto de reivindicações consubstanciadas em salários, prestígio, "status", propriedade, poder, etc. Estes

interesses, objectivos e estratégias não são necessariamente a expressão dos interesses, objectivos e estratégias dos eleitores que os elegeram. Variadíssimas vezes divergem. O aumento drástico da corrupção, do clientelismo e de situações anómalas do exercício da política em relação a escândalos financeiros, outras vezes associados ao mundo do crime e da droga, da ligação aos grandes grupos económicos, negócios da guerra e do petróleo, nada mais personificam que o exercício do poder dos políticos decorrente da autoridade hierárquica que detém no Estado e das competências profissionais de governação.

Sendo certo que neste domínio todos os partidos têm demonstrado um comportamento idêntico, não obstante a sua diversidade ideológica, não admira que a desconfiança da sociedade civil em relação à classe política comece a sentir-se em relação a todo o espectro partidário e ideológico. Esta postura ideológica e partidária teve o seu início no contexto dos trinta anos gloriosos do capitalismo (1945-1975), extinguindo-se assim progressivamente os resquícios conflituantes e contrastantes que ainda subsistiam entre capitalismo, socialismo e comunismo.

Hoje assiste-se a múltiplas situações de cumplicidade entre os profissionais da política com os grupos económico-financeiros quando se tomam decisões no quadro das políticas económicas e sociais do Estado, mas também em situações posteriores quando deixam a actividade política e passam a integrar os conselhos de administração das grandes empresas.

Um segundo factor que está na origem da crise política, reporta-se sobremaneira à falência histórica dos modelos societários alternativos que emergiram nos finais do século XIX para superar o capitalismo. Como ideologia e como modelo de sociedade, primeiro o socialismo, depois o comunismo, tinham por objectivo crucial extinguir a sociedade capitalista, na medida em que esta era atravessada por uma série de contradições e conflitos baseados na opressão e exploração do homem pelo homem. Nestes termos, a política partidária dos partidos socialistas e comunistas, assim como aquela que decorre da sua acção governamental a nível local, regional, nacional e internacional, desenvolveu-se no sentido da construção de uma sociedade socialista. Para o efeito, serviam-se das instituições e dos diferentes ciclos eleitorais para assenhorearem-se do poder político e assim realizarem os seus objectivos partidários. Noutros contextos e conjunturas, na medida em que necessitavam do apoio das massas trabalhadoras, serviam-se dos sindicatos como correias de transmissão, fomentavam greves, e até, em contextos históricos de crise, enveredavam pela insurreição ou pelo fomento de revoluções.

Com o advento da revolução russa de 1917, a política centraliza-se fundamentalmente nas estruturas e funções do Estado. A estatização da economia, da cultura e das relações sociais decorrentes da instauração da ditadura do proletariado e do início da transição para o socialismo, determinou que o partido bolchevique assumisse uma posição totalitária no exercício do poder político. O Estado, através das suas estruturas e funções, fez com que a política se tornasse omnipotente e omnipresente em todos os aspectos da vida quotidiana dos cidadãos soviéticos. Durante e após o período de comunismo de guerra (1917-1921), a dominação e a exploração das massas trabalhadoras agravou-se durante cerca de sete décadas. Neste tipo de comunismo soviético, que

soçobrou com a queda do muro de Berlim em 1989, a política como profissão e vocação burocrática foi levada ao extremo, ao ponto dos seus mentores e executores se tornarem figuras maquiavélicas que não olharam a quaisquer tipo de meios para atingirem os seus desígnios básicos: o exercício do poder absoluto. Com as necessárias transformações entretanto operadas no quadro da racionalidade instrumental do capitalismo, este modelo de política ainda tem alguma expressão na China, Cuba, Vietname, Síria, etc..., mas, face às suas contradições e perversões em relação à sua adaptação à hegemonia capitalista mundial, poucas probabilidades terá de subsistir.

Os partidos socialistas (em alguns países também denominados social-democratas), embora em termos ideológicos e programáticos aspirassem construir uma sociedade socialista, como metodologia escolheram uma via reformista assente em princípios e práticas reivindicativas, integrando-se, por tais motivos, na lógica dos múltiplos ciclos eleitorais e, por outro lado, instrumentalizando as suas actividades partidárias e as hipóteses de governação sempre no sentido da manutenção da estabilidade normativa do capitalismo.

Nas primeiras décadas da sua historicidade, a política dos partidos socialistas acentuou a sua ideologia e os seus princípios programáticos reformistas, facto que fez do seu modelo de sociedade uma alternativa que se opunha, em alguns aspectos, aos objectivos e estratégias mais exacerbadas do capitalismo: ou seja, aumento de salários, diminuição do horário de trabalho e da desigualdade social, segurança social, saúde e educação, identificados com os interesses e objectivos das massas trabalhadoras. Todavia, com a generalização das políticas sociais e económicas inscritas nas funções do Estado-Providência dos países capitalistas mais desenvolvidos, muitas das reivindicações e reformas que integravam as políticas dos partidos socialistas passaram a corporizar as políticas dos governos identificados com a ideologia e os princípios programáticos do capitalismo. Depois dos finais da década de 70 do século XX, com a crise do Estado-Providência e a crise de regulação do mercado capitalista em relação ao aumento do desemprego e da precariedade laboral dos vínculos contratuais, os partidos socialistas e comunistas, esvaziados de propostas ideológicas e programáticas credíveis, viram-se constrangidos a assumirem-se como modalidades de alternância de gestão e governação do capitalismo, e não mais como modelos alternativos de sociedade socialista ou de sociedade comunista.

Devido a essa evolução, é possível observar a alternância do poder político de uma forma estável e contínua nos diferentes níveis do exercício do poder e através dos diferentes ciclos eleitorais. Os diferentes partidos políticos, através das ideo-logias republicana, democrata-cristã, social-democrata, liberal, socialista ou monárquica, são constrangidos a evoluírem como modalidades de alternância de poder, funcionando como agentes de gestão e de governação do capitalismo. Quando estas modalidades mais consensuais e ins-

titucionalizadas da política não se revelam pertinentes e eficientes, emergem dois modelos extremos na actual configuração política mundial: o comunismo, como espectro ideológico da esquerda, e o fascismo, como espectro ideológico da direita.

Estas duas modalidades de governação e de gestão do capitalismo decorrem bastante da conjuntura e da natureza da crise que o referido modelo atravessa. Quando os problemas estão mais reportados à insegurança, crime, violência, desemprego, é normal que a ideologia extremada da direita sirva como solução adequada do capitalismo e do Estado. Sem recorrer a um modelo estereotipado da decorrente dos anos trinta do século XX, o fascismo emergente que visualizamos através do nacionalismo, da xenofobia, do racismo, da religião e de outros valores tradicionais serve como modelo ideal para essa situação. Os exemplos recentes da Áustria, França e Holanda são expressões significativas dessa evolução. Quando a natureza dos problemas das perversões actuais do capitalismo e do Estado incidem sobremaneira em desigualdades sociais e crise económicas profundas, os partidos comunistas "refundidos e reformados" surgem como um tábua de salvação do capitalismo e do Estado.

Quando estas duas soluções extremas de exercício do poder no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo não são possíveis, a política tende a diluir-se na religião, particularmente em situações de extrema pobreza e exclusão social. O poder temporal é submergido pelo poder teocrático, daí o actual protagonismo dos integrismos religiosos em algumas regiões do globo terrestre. Os casos do Irão, Sudão, Argélia e Afeganistão são elucidativos.

O terceiro factor que nos pode ajudar a reflectir sobre a crise política actual está intimamente articulado com a crise do Estado-Nação, a crise de regulação do mercado em termos de desemprego, precariedade da vinculação contratual do mundo do trabalho e exclusão social e a crise da sociedade civil nos domínios do crime, da violência e da droga.

No cerne da crise política do Estado-Nação está sem dúvida subjacente as perversões criadas pela burocratização das funções e tarefas relativas ao processo de tomada de decisão da governação do Estado, ao níveis do poder central, regional e local, mas também ao nível dos múltiplos serviços que emanam das funções e tarefas decorrentes das suas estruturas: parlamento, autarquias, freguesias, exército, polícia, tribunais, prisões, hospitais, segurança social, escolas, universidades, etc. As relações sociais que ligam o Estado à sociedade civil são atravessadas por relações de dominação onde o poder discricionário dos burocratas que detém o poder revela-se cada vez mais abstracto e ineficiente. Por outro lado, os conteúdos e as formas de governação que consubstanciam os diferentes ciclos eleitorais, revelam-se contraproducentes em relação às expectativas racionais que os eleitores têm sobre os programas dos partidos políticos e a sua consequente implementação nos domínios executivo, legislativo e jurídico. A incúria, o desvirtuamento, a omissão e o desrespeito da prática política são notórios, nomeadamente no que se reporta à aplicação e responsabilidade das decisões políticas que se identificam com os objectivos, os interesses e as estratégias dos eleitores que os elegeram. Como consequência, a descrença na classe política é manifesta. A tendência para a diminuição da legitimidade

da classe política junto dos eleitores é, pelas razões sublinhadas, um sintoma irreversível.

Da mesma forma que podemos dizer que o Estado está em crise, também o mesmo devemos afirmar em relação à famigerada capacidade de regulação do mercado inscrita nas vicissitudes da racionalidade instrumental do capitalismo. Se é verdade que o Estado não consegue, através das suas políticas, criar e manter o pleno emprego no mundo do trabalho, também não é menos verdade que as virtualidades da liberdade e da iniciativa dos agentes que interagem no mercado não é conducente a um equilíbrio entre a procura e oferta efectiva de trabalho e emprego através dos mecanismos de regulação do mercado. Como espaço-tempo de troca generalizada de mercadorias, o mercado funciona, mas de modo anacrónico e irracional, não se adaptando aos ditames de uma racionalidade instrumental que lhe é manifestamente exterior. O mercado de trabalho está de rastos, porque não consegue regular através da oferta e da procura uma massa enorme de trabalhadores que aspira trabalhar e não pode, e porque ainda grande parte desta é constrangida a trabalhar em condições paupérrimas e envereda muitas vezes para a miséria e a exclusão social. Todavia, esta realidade é atravessada por múltiplas relações sociais personificadas pelo exercício do poder e por um processo de tomada de decisão de carácter político. Os interesses económicos e corporativos conflituantes emergem como comportamentos políticos e sobrepõem-se sobremaneira a todas as regras e regulamentos que têm a sua origem na tutela legislativa, executiva e jurídica do Estado.

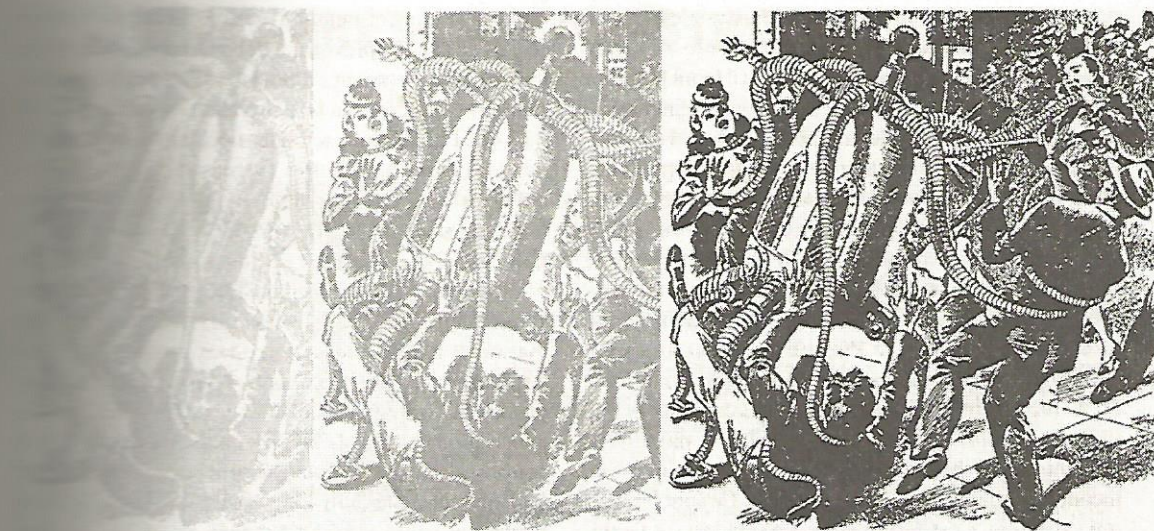
Por sua vez, a denominada sociedade civil está cada vez mais atomizada e alienada. Impotente para reflectir, decidir e participar na coisa pública, a grande massa de indivíduos que compõe a sociedade civil limita-se a sobreviver num contexto que lhe é adverso e que na maioria das vezes não compreende. Anestesiada e estupidificada pelo consumo exacerbado de mercadorias, pela religião e pela televisão, a sociedade civil tende a adaptar-se a uma realidade totalitária que a esmaga e controla de um modo cada vez mais sofisticado. Os seus fantasmas actuais circunscrevem-se ao medo de perder o emprego, ao medo de ser assassinada ao virar da esquina, ao medo de ficar só, ao medo de morrer na miséria e engrossar as fileiras do desemprego e da exclusão social. Nestas condições, o instinto de sobrevivência e de conservação tornam-se mais importantes que propósitos hipotéticos de acção individual ou colectiva conducentes a reivindicações ou a lutas pela mudança social e política.

Esta apatia e omissão da sociedade civil em relação à crise do Estado e do mercado no contexto da racionalidade instrumental do capitalismo é, no entanto, contrariada por um certo tipo de participação e de decisão em relação à produção, distribuição e consumo de bens e serviços de carácter local ou comunitário. São bens ou serviços de proximidade, baseados em rela-

ções sociais informais, muitas vezes construídas através do interconhecimento e de modalidades alternativas de vida, exteriores aos mecanismos constrangedores do Estado e do mercado. A intenção de participar e decidir nos destinos da sua vida, leva, assim, a que uma parte da sociedade civil inserida em contextos locais ou comunitários tenda a organizar-se de uma forma mais autónoma e autogestionária, recorrendo a um tipo de actividades e de trabalho assente fundamentalmente na produção de produtos agrobiológicos, artesanato, assistência social, serviços de saúde, educação, formação, animação social e cultural.

A expressividade social deste tipo de opções da sociedade civil ainda não é muito significativa nas sociedades contemporâneas. Todavia, evidencia uma hipótese de autogoverno que escapa em alguns aspectos aos mecanismos de dominação e alienação política que detectamos no Estado e nos partidos políticos. A relativa autonomia que as organizações da sociedade civil sem fins lucrativos encontram face ao mercado e ao Estado não podem ser negligenciadas, na medida em que ela propicia, em alguns aspectos, uma aprendizagem social conducente à estruturação da democracia directa e da auto-governação.

Por fim, como quarto factor que está na origem da crise política actual, devemos sublinhar as dificuldades de padronização espaço-temporal do sistema político no contexto da globalização. Neste capítulo, não podemos somente extrair ilações que decorrem da perda do poder político do Estado-Nação no que concerne às suas capacidades de regulação e controlo administrativo-territorial, na medida em que o poder financeiro e económico das empresas transnacionais subverte qualquer veleidade nesse sentido. O poder político do Estado-Nação, confinado às políticas de educação e formação, também está a ser objecto de desestruturação devido ao poder das tecnologias de informação e de comunicação que tendem a padronizar os processos de aprendizagem social e de aculturação. Por outro lado, as novas tecnologias que integram as mudanças no mundo do trabalho permitem que a capitalização do factor de produção trabalho se realize numa escala, cada vez mais, universal, superando assim as restrições dos poderes legislativo, executivo e jurídico do Estado. A mobilidade, retenção e deslocalização espaço-temporal de capitais, pessoas e tecnologias fazem-se com extrema facilidade, sem que para esse efeito as empresas transnacionais necessitem das funções e prerrogativas clássicas do Estado-Nação.

A política, no sentido moderno do termo, para que preencha os requisitos institucionais e funcionais para acompanhar com a proficiência devida as tendências de globalização económica-financeira já alcançada pelas empresas transnacionais, precisa de um sistema político padrão de incidência universal. Ou seja, na actual fase histórica de exploração e dominação do homem pelo homem, a racionalidade instrumental do capitalismo necessita que os partidos políticos e o Estado-Nação evoluam de forma adequada e eficiente, permitindo assim que se realizem os grandes objectivos da maximização do lucro. Neste contexto, a vocação e a profissão da política, tal como as funções legislativa, executiva e jurídica do Estado, devem estar em sintonia com um sistema político padrão à escala mundial. A sua ideologia pode ser de esquerda ou de direita, mas terá sempre que adaptar-se às modalidades de governação e de gestão de um capital sem pátria e sem rosto.

Poder-se-ia pensar que não temos qualquer hipótese de sair deste esquema de dominação em que a política nos mergulhou. Nada mais falso. Podemos e devemos aprender com o trajecto histórico percorrido até hoje pelas diferentes sociedades. Está demonstrado à saciedade que o Estado e os partidos políticos, assim como o capitalismo, socialismo, comunismo, fascismo, não servem para que nos tornemos livres e soberanos em relação às nossas vidas e às nossas relações com os outros seres humanos e as outras espécies animais. Para este grande objectivo da emancipação social, podemos evoluir como seres políticos sem necessitar de autoridade hierárquica, de governo ou do Estado. Para nos organizarmos ou decidirmos de todos os aspectos que se relacionam com as actividades políticas, económicas, sociais e culturais, podemos e devemos transformar as nossas vidas numa aprendizagem social extensa e profunda, sem que para tal necessitemos de partidos políticos, nem de deuses nem de amos.

É evidente que estas hipóteses de mudança não são fáceis de realizar face aos constrangimentos institucionais, estruturais e educacionais que fundamentam as nossas vidas quotidianas. Todavia, do que não restam dúvidas são as perversões criadas pela política, tal como ela é praticada pelos partidos políticos e pelos seus mentores ideológicos. Para os anarquistas, trata-se de não seguir a normalidade e a estabilidade normativa vigentes, mas de integrar desde já práticas políticas baseadas na democracia directa e numa aprendizagem social e cultural assente em pressupostos emancipalistas.

A vaca frouxa e o minotauro

Ascensão e queda da imaginação política argentina

CHRISTIAN FERRER

1. Cornucópia

A vaca é um emblema gravado a fogo na imaginação dos argentinos logo desde pequenos. A bovina silhueta desdobra-se em gravuras, gráficos e estatísticas nos livros da escola; é também o tema do texto que os meninos escrevem uma vez dominadas as primeiras letras e reencontra-se na tradicional excursão pedagógica às feiras de produtos agropecuários. A vaca e o trigo, bens que a fertilidade das pampas prometeu mansos, abundantes e eternos e só dependentes do sol e da chuva, fiéis activantes naturais do ciclo anual que culmina no silo e no matadouro. Por mais de um século, esses quatro elementos formaram a quadratura do círculo argentino, problema resolvido sem maiores trâmites do que o convencimento de que Deus tem uma costela local. Na ideia que os habitantes deste país faziam de uma conhecida parábola bíblica, os sete anos de vacas gordas seriam para continuar até ao infinito. E assim como o caranguejo-eremita se refugia na concha do búzio, a imaginação nacional não conheceu outra hospedagem que no corno da abundância.

Cem anos de imagens de bonança e três momentos de consolidação dos *direitos plebeus* contribuíram para fixar a posição periférica da Argentina no mapa mundo sul-americano. Em cada uma dessas etapas, tensas lutas sociais — ocasionalmente sangrentas — soldaram a massa crítica da cultura popular a um veículo político específico. O primeiro momento vinculou a caudalosa imigração

europeia com a organização de sindicatos e de uma rede de instituições promotoras de *instrução operária*, maioritariamente orientadas por ideias anarquistas. O segundo momento unificou o operário peronista com a medianamente pujante flora industrial da época. E o último, constituíu-o a epifania cultural da classe média modernizada dos anos 60 e 70, atravessada por diversas e crescentes modalidades de radicalização política.

Esta sucessão e sobreposição de *ganhos históricos* promoveram diferentes graus de ascensão social, conquista de direitos laborais e a consolidação da imaginação plebeia como ingrediente imprescindível da mentalidade política dominante na Argentina. A sua consequência foi cornucópica.

Sinteticamente: até há um par de décadas atrás, cada argentino nascia com a convicção de que lhe estava garantido trabalho para a vida inteira, subsídios anuais, férias pagas, saúde e educação apoiadas pelo Estado, universidade gratuita, obra social sindical, psicanalista pago pela sua agremiação e, mesmo, que poderia unir-se em matrimónio com galã ou donzela de classe superior. Essas certezas constituíam, ao mesmo tempo, o nutriente do temperamento político e social argentino e o limite do que se poderia reflectir sobre as causas da riqueza e da decadência das nações: nestas terras, vacas magras eram uma impossibilidade zoológica. Nenhuma daquelas garantias caía do céu: eram o fruto sumarento das lutas sociais anteriores. Mas apesar de tantos avanços da linha de trincheiras, a luta de posições continuava indecisa.

Nos anos 90, a imaginação política da plebe manteve-se activa e reivindicativa — se bem que na defensiva — mas os fundamentos económicos, institucionais e políticos que a sustentavam enfraqueceram ou simplesmente dissolveram-se. Foram anos em que a Argentina promoveu o seu sistema monetário, único no mundo, como experiência digna do Prémio Nobel, com os seus habitantes a comportarem-se à maneira de fenícios satisfeitos. O encaixe, aparentemente frágil, do país com os fluxos culturais e económicos da globalização fez germinar uma imensa fantasmagoria colectiva que ocultou a visão da vaca a emagrecer e sem alimento à vista. A moeda argentina aparentava solidez e o consumo de bens parecia uma máquina de movimento perpétuo, mas os economistas locais (cuja loquacidade e arrogância mereceriam, só por si, um tratado completo) juntavam-lhe a cada ano novo hipóteses *ad-hoc* para explicar a sobrevivência do mecanismo, tal como o faziam na Idade Média os astrónomos seguidores da teoria ptolomaica. Entretanto, o desemprego enraízava-se e avançava por todo o país, como tiras de tecido morto ao longo do corpo. E no horizonte, o tamanho da dívida externa crescia a cada dia e enroscava-se nas finanças públicas como uma cobra. Lenta mas imparavelmente, as linhas de continuidade social entre pobres, classe média e sectores privilegiados desconjuntavam-se, estilhaçando ainda mais os excluídos e tornando irreversível a deterioração social. O contraste entre ricos e pobres foi-se tornando uma cópia da realidade habitual latino-americana. Agora, a três meses da queda de Fernando de la Rúa, uma imensa transferência de investimentos desliza, incontinente, para os grupos privilegiados, tal como uma transfusão de sangue sacrificial em benefício dos mais fortes, no momento em que as novas condições exigidas pelo Fundo Monetário Internacional para largar os tostões de que o país imperiosamente necessita, se apertam à volta do pescoço argentino.

2. A palavra de ordem e os seus antecedentes

"Todos para a rua!", é o clamor que percorre a Argentina inteira desde o passado mês de Dezembro. A palavra de ordem, alimentada de repúdio pela casta de políticos locais, não foi hasteada por nenhum partido político, nem saltou do estúdio de algum publicitário criativo. Emergiu num instante, como por geração espontânea, dois meses depois das últimas eleições legislativas e no mesmo ano em que setenta mil argentinos zarparam do país, diretos a um ponto qualquer das costas europeias. Ao mesmo tempo que estremece o regime político implantado desde 1983, essa *palavra de ordem* unifica todas as classes sociais, acabando por ser a expressão linguística mais nítida de um intenso mal-estar colectivo. A luta contra esta exigência corre por conta do governo, de sectores da imprensa e do empresariado, convencidos de que a sua extensão e intensificação conduziriam o país a um estado de incipiente guerra civil ou de desgovernação anárquica. Mas não é mais do que uma estratégia defensiva e estúpida, pois atribui a essa reivindicação um capricho passageiro ou um protesto controlável, sem perceber que ela surge das vísceras dos cidadãos, como a supuração urgente e imparável de um órgão moral já saturado e a necessitar de ser purgado. Quem quer que tenha prestado um mínimo de atenção às estatísticas publicadas após o último comício de Outubro, reparou que a água começava a ferver e as veias a ficar inchadas.

Não se tendo aplicado qualquer curativo a tempo, a sua consequência foi a ruptura da representação política, acompanhada pelo espezinhamento dos restos do contrato social, a começar pelos bancários e pelos jurídicos. Não ocorria um acontecimento semelhante desde 1945.

O mal-estar foi-se instalando ao longo dos anos. Boa parte dos argentinos passaram a década de 90 à espera de uma mudança. Essa espera assumiu um conteúdo moral e por isso o seu *tempo* era de impaciência e o seu móbil o ressentimento. O seu correspondente institucional foi encarnado pela Frepaso, recauchutamento político-sentimental para a classe média, que durante algum tempo pode desenvolver-se com velas largas e abertas. Mas a sua aliança matrimonial com o centenário Partido Radical faria abortar o salto para a maturidade eleitoral.

Foi estranho esperar-se uma mudança de rumo por parte da Alianza, cuja figura de proa, o ex-presidente De la Rúa, era o emblema da velha corporação política. A presença da Frepaso deu à Alianza um toque de *sex-appeal*, mas o encanto dissolveu-se com os 13% de baixa salarial dos funcionários públicos. Em Dezembro passado, a espera abandonou o seu estado moralista e transformou-se, instantânea e radicalmente, num sem-fim de micro-acontecimentos políticos, inorgânicos alguns, fundamentados em variações da ética prática outros, mas, de modo mais fecundo, numa irritada

conversação colectiva que recusou conceder poderes de representação. Não obstante, assembleias e marchas de protesto revelaram-se impotentes para construir um poder e para lançar na praça novos líderes sociais, pelo menos de momento. A descrença final no anterior governo foi patética: na origem só se esperava do governo da Alianza que não piorasse ainda mais as coisas, e que se limpasse o cenário de quatro ou cinco nomes odiosos. Era pouco.

Numerosos analistas pensam que a rejeição da corporação política é uma tendência dos anos 90, causada pelo triunfo dos saberes económicos e tecnocráticos sobre a racionalidade argumentativa da política; ou pela reacção histérica e hipócrita das classes médias, violentadas nas suas expectativas; ou, ainda, porque a classe política é prebendária, ignorante e ineficaz e, por isso, indefensável. Talvez. Mas esquece-se que a tradição *anti-política* é coisa antiga na Argentina. Basta pensar que os milhões de imigrantes que chegaram a este país nunca se integraram de todo nos processos eleitorais ou fizeram-no com suma lentidão. Habitaram, durante bastante tempo, numa fronteira imaginária. Nesses tempos, as primeiras organizações sindicais do país, impregnadas de ideais anarquistas, mantiveram-se à margem dos incipientes processos de inclusão de cidadanias, condição desde logo ligada à esquerda comunista e, mais subrepticiamente, a saberes populares que identificavam na actividade política sintomas de arrivismo, *compadrios* e oportunidades para *negociatas*. Por outro lado, desde os anos 30, a direita integrista, os grupos de acção católicos e os ideólogos do nacionalismo também repudiariam a política *burguesa*. Duas décadas depois, o peronismo afirmou-se como *movimento*, paralelo às práticas parlamentares dos *doutores* e seu superador. Mais à frente, a geração política dos anos 70, da nova esquerda ao peronismo terceiro-mundista, confiava tanto na democracia formal como um hippie norte-americano no envio de tropas para o Vietname durante o governo de Nixon. Por esses anos, também o desenvolvimento de grupos de *rock* argentinos se alimentou de ideais contraculturais, que não desapareceram por completo das suas temáticas e da sensibilidade das audiências, apesar de constituírem uma indústria e um mercado pujantes. Por fim, os excluídos pela economia durante a década de 90 pouco ou nada esperavam de sindicalistas e de políticos.

São muitos os afluentes que confluem nesta foz, e mesmo que muitos deles estejam inactivos desde há décadas, a transmis-

ção subterrânea de saberes e de valores que encarnaram noutros momentos históricos não deixa de fluir, por baixo da superfície da política nacional.

Não estamos assim tão longe das origens dessa desconfiança: ainda demos um beijo ao avô imigrante. Ainda estão vivos muitíssimos imigrantes chegados há mais de meio século e milhões de argentinos são seus descendentes, impregnados por uma memória política muito mais complexa do que é habitualmente reconhecido. É escassa a reflexão existente sobre o duplo vínculo dos imigrantes com a ideia de autoridade, oblíqua fonte de suspeição em relação à figura do político. Uma enorme percentagem arrastava consigo a experiência de regimes autocráticos, do poder arbitrário de um imperador, de um czar, de um sultão ou de um senhor feudal — ainda existentes no próprio sul de Itália nos finais do século XIX. Essa experiência foi passada aos seus netos e alimentou uma imagem ambígua e dual da autoridade, vértice a que o argentino se submete se o obrigarem, que adora se derrama carisma e a quem desobedece na primeira oportunidade. Não era melhor a situação na Argentina onde tantos iam chegando. O gaúcho matreiro, o índio orgulhoso e o crioulo rural incomodavam-se ou temiam a chegada da autoridade, encarnada pelo caudilho, pelo militar ou pelas castas privilegiadas da província. Desconfiar da autoridade é uma tradição na Argentina, ainda que demasiadas vezes assuma variantes perversas e imprevistas. Como estranha sequela, em época de eleições sucede a população optar pelos piores, pois a tradição oral transmite aos jovens a convicção de que quem se mete *na política* é alguém destinado a sujar-se, a roubar ou a veicular ambições pessoais. Consequentemente, a honestidade seria uma virtude apenas resguardável no terreno familiar, na vida pessoal — o tango oferece um ramalhete de metáforas sobre o tema — ou nos esforços profissionais. O mistério da opção pelos piores não se explica apenas porque a única possibilidade apresentada ao eleitorado venha envolta em *panos lisos*, mas também pela desconfiança da política como actividade associável ao bem comum. As raízes da especificidade argentina teriam que ser rastreadas nessas antigas experiências rurais com a autoridade, do índio ou do bandoleiro popular em fuga, passando pela *montonera* sublevada contra o centralismo *porteño*, até chegar às diversas formas de mal-estar com a ordem social dos caudilhos provincianos. Ou então, na memória dos que migraram dos impérios autocráticos até chegarem a um porto no Río de la Plata.

Um paradoxo pouco lembrado atira ainda mais gasolina para o fogo. A população argentina conserva na memória política uma longínqua estampa religiosa com imagens de homens e de mulheres de antigamente que não consegue minimamente reconhecer nos seus representantes actuais. Trata-se de figuras carismáticas que acompanharam a longa marcha da Argentina republicana e plebeia, entre 1900 e 1950, tais como Lisandro de la Torre, Hipólito Yrigoyen ou Eva Perón, todos eles aureolados de honestidade, cuidados com os dinheiros públicos ou abnegação guerreira. Mas os espaços de emergência dos políticos agora objecto de repúdio foram outros, basicamente a etapa dos conflitos civis dos anos 60 e 70 e, um pouco mais adiante, o mundo da especulação financeira e do arranjismo clandestino dos anos 80.

O primeiro tipo de políticos amadureceu nos comités, unidades básicas, sindicatos, células guerrilheiras e centros de estudantes, unidades mínimas de agregação que balançavam entre si, segundo os humores

violentos do mar de fundo dos anos *de chumbo*. São personagens *sessentistas*, e não só pela sua nutrição ideológica mas também porque as velitas no seu último bolo de aniversário confessam uma idade equivalente. Consideram-se *pilotos de tormentas*, e forjaram as suas alianças, públicas e secretas, no calor das velhas brigas, superadas desde que os militares os trataram todos por igual como parasitas ineficazes. Não poucos passaram pela experiência da prisão e a sua retórica está salpicada de alusões à sobrevivência da vítima e aos direitos morais dos derrotados pela ditadura.

O segundo tipo de políticos é uma ou duas décadas mais novo e os nichos onde se formaram são mais opacos e remetem-nos para a imaginação social criada durante a ditadura: o exercício privado de uma profissão, os lugares de gerente das grandes empresas, as primeiras batalhas travadas nos jornais, o trabalho em estudos de assessoria financeira e o mundo da clandestinidade tolerada. Deixo de lado aqueles que eram procurados para serem mortos. Trata-se de um tipo de políticos que tinham uns vinte anos naquela época, que se formou não *apesar* mas sim *na* ditadura militar, de acordo com as modalidades que assumiu a vida quotidiana e pública dessa época e de acordo com as articulações que se estabeleceram entre partidos, sindicatos, cargos estatais, meios gráficos, financeiras e bancos, quer dizer, no rescaldo de laboratórios especulativos e transacionais, onde a negociação não apenas constituía uma ferramenta partidária como era o centro de gravidade da Argentina desses tempos. Se, desde o berço, o primeiro tipo de políticos foi marcado pela conflitualidade e o acordismo anteriores à ditadura, o molde da geração seguinte está ligado subrepticiamente às práticas da *city porteña*, onde todo o valor era objecto de negociação e a partir de onde se teceu a teia que une os diversos grupos actualmente no poder. E para lá do sentimento populista (de esquerda ou de direita) que enfeita e burocraticamente dá cor aos seus discursos, é gente infiltrada por ideias tecnocráticas, próprias também da época militar, na qual os ideais de eficácia e de critérios não políticos na gestão dos assuntos públicos estavam na ordem do dia, o que, uma década depois, encaixaria facilmente nas exigências da globalização. Esta geração está prestes a articular-se transversalmente numa nova corporação política.

Apesar do muito que já se escreveu e investigou, o que sabemos sobre a vida quotidiana durante a ditadura militar é paupérrimo, incluindo as suas formas de legitimação, as suas articulações políticas ou as relações que estabeleceram os grandes partidos com os militares e os empresários. O período que corre entre 1976 e 1982 é fecundo para o estudo da emergência dos saberes e dos ofícios da especulação: contabilistas, banqueiros, economistas, financeiros, peritos em evasão fiscal, no esvaziamento de empresas, em fusões, na criação de empresas off-shore, de empresas fantasma. Ainda por cima, é a época em que começa a separar-se a relação entre mentalidade plebeia e veículo político, aproveitando-se, deste modo, a extensão das mafias que tomavam o Estado, como vaca leiteira a ser ordenhada para fins privados. A mentalidade plebeia, enquanto esteve ligada a canais políticos e a esperanças colectivas, exercia um trabalho de vigília sobre os sectores privilegiados. Em troca, uma vez dissolvidas as suas bases estruturantes e desorganizado o seu referente político, o plebeísmo torna-se *pícaro* e, lentamente, as diversas articulações entre Estado, sindicatos, empresas, sector

financeiro, polícias, militares e as tarefas de vigilância de fronteiras foram formando encadeamentos mafiosos que tomaram as instituições estatais como terreno de saque. Boa parte do problema argentino reside no facto de que o pessoal encarregue dos assuntos públicos, incluindo a corporação política, não acredita na sua missão, nem dispõe de ideais de serviço público e, por isso mesmo, podem aproveitar-se ou desbastar o Estado. A tendência para o acanalhamento não é apenas propriedade das classes privilegiadas, mas também do alto funcionalismo estatal, cujas próprias vidas quotidianas carecem de aderência às ideias que formaram a consciência pública argentina — educação livre e gratuita, reforma da universidade, o ideal do médico ao serviço da saúde pública, etc., etc., etc. — e isso desde há muito tempo. O plebeísmo pícaro alimentou, lenta mas eficazmente, uma rede arterial do Estado, expandida por familiares, amigos, conhecidos e outros diferentes beneficiários e que, à maneira das colónias coralinas, formou micro-empreendimentos mafiosos que, se algum momento puderam ter sido uma resposta aos partidos, às linhas políticas internas ou a alinhamentos forçados, hoje estão autonomizados e colam-se a qualquer factor de poder, indiferenciadamente. Tudo culmina num Estado murcho e flácido.

A decomposição da imaginação política plebeia e das suas bases estruturais de sustentação instalou no espaço público, à maneira de uma sequela contraproducente, duas tendências principais: o sentimentalismo populista, cuja última estribação terá sido o breve interregno semanal de Adolfo Rodriguez Sáa, e o eficientismo de índole economicista, semeado de emplastros de racionalismo social-democrata. Ambas escolas de acção, que confluem agora no presidente Duhalde, ameaçam transformar o país num rato de laboratório. A mercadoria argentina melhor produzida e distribuída desde há anos é a irresponsabilidade pública e a melhor prova disso foi a elevação ao posto de *canciller* de Carlos Ruckauf, provável incitador dos primeiros saques de supermercados suburbanos, no dia anterior à queda de Fernando de la Rúa. A população em geral não está isenta de culpas, pois uma faceta do repúdio dos políticos exigiria uma reflexão sobre a responsabilidade própria no encobrimento dos mesmos. Seria como que uma visita à galeria dos espelhos de feira: a moderada satisfação geral perante a ascensão de Rodríguez Sáa constituíu-se num índice de irrealidade. Certo que o irrelevante caudilho da província de S. Luis coseguiu meter as peças de caça mais difíceis no seu saco, incluindo os militantes dos piquetes e as

Mães da Praça de Maio, e isto sem disparar um só tiro, nem fazer o mínimo esforço para correr com elas; simplesmente, convidou-as para a sua manjedoura e encantou-as com a sua retórica populista, a panaceia para os nostálgicos de épocas mais exaltadas. Nesses sete dias grotescos manifestaram-se os desejos mais intensos dos argentinos. Mas não têm necessariamente razão aqueles que localizam a avaria do sistema na debilidade das instituições democráticas perante governantes populistas, ou no carácter *irracional* do povo ou na sua mentalidade ancorada no episódio do *bucolismo operário e camponês* da época peronista. Nem o psicologismo conservador, nem o republicanismo abstracto, nem o modernismo globalizador podem substituir a carência de acumulação plebeia de poder capaz de fazer frente aos grupos privilegiados de um país, especialmente quando as bases culturais do processo de transição para a democracia — como se chamava — eram débeis.

3. Dano e intimidade

Qual é a taxa de dano tolerável por uma população? A pergunta não admite uma consideração sociológica, mas política. Durante as presidências de Menem e De la Rúa, a economia e a política transformaram-se em planos inclinados e oscilantes. No campo da economia, aumentava imparavelmente o desemprego, ao mesmo tempo que crescia o frenesim do consumo, especialmente de bens importados, entre amplas franjas da classe média. Na política, enquanto boa parte da população retirava as suas energias do campo político e as deslocava para outras fontes de interesse, a expansiva inquietude moral depositava-se na emergente Frepaso. Para milhões de pessoas a economia e a política transformaram-se em areias movediças e, à medida que desabava a qualidade dos serviços públicos de saúde e de educação, apenas a vida íntima parecia oferecer um projecto de reparação dos prejuízos causados.

A taxa de dano aumentava mais um grau de cada vez que a Terra completava a sua volta anual e chegou o momento em que os diferentes quebrantos morais, económicos, políticos, subjectivos e carnais se tornaram de uma grande evidência.

A evidente deterioração de zonas inteiras da cidade de Buenos Aires, antes agradáveis à vista e hoje apenas amontoados carcomidos, acompanha a deterioração física e moral que escava a face dos *porteños*. Mas a intimidade acabou por ser tanto um refúgio como uma cidadela sitiada, justamente porque encaixou em si mesma toda a carga de responsabilidades que não era possível canalizar através da justiça, da política, da economia ou da vocação. Isso mesmo explica as formas linguísticas viscerais que assumiram os protestos no passado mês de Dezembro: alaridos, gemidos, gritaria, entrecortados por vozes iradas. A dor argentina levará muito tempo a atravessar as cordas vocais com linguagem auto-reflexiva, capaz de pensar o vínculo entre sofrimento e política, só expressável por agora através das formas de desânimo, do delírio da fuga, do estupor político e da deterioração afectiva, pólos simétricos da agitação improdutiva, da exaltação irresponsável e da codícia dos grupos que acumularam o poder. Impulso autodestrutivo e desamor pela própria nação, tais são as consequências do desabamento dos ideais de futuro.

Cada dano individual estendeu-se, como por uma rede de cabos subterrâneos, até ao dos outros, e no mês de Dezembro a sua intensidade forçou a saída das multidões para

mas a envergadura dos prejuízos e a humilhação tornaram-se evidentes num só instante. Porque demorou tanto a assumir uma modalidade política? Em parte, porque a população tinha confiado numa última possibilidade representacional, a Frepaso, e em parte porque a forja de uma intimidade satisfatória, de índole amorosa, familiar e amistosa, ou associada ao consumo de bens de todo o tipo, tinha condensado — e consumido — uma intensa energia colectiva. Junte-se neste caldo, que se cozinhava em fogo lento, o consumo de antidepressivos e de livros de auto-ajuda. Muitos congratulam-se, agora, por a classe média ter retirado, por fim, o seu apoio à casta política e ter tomado consciência da destruição geral; outros tantos desdenham do novo tráfico e culpam este mesmo sector por ter concedido legitimidade a Menem, a Gualtieri durante a Guerra das Malvinas ou a Perón em 1973. Mas estas tomadas de posição estão desinformadas acerca da verdadeira condição da classe média argentina actual. Há muito tempo que a sua unidade epifânica se dissolveu e tanto os sectores beneficiados com as transformações dos anos 90, como os fragmentos desfavorecidos, e mesmo lumpenizados, flutuam agora sobre um universo que estala uma e outra vez. Apenas restam pedaços esquartejados, estratos magoados que se misturam uns com os outros, como formações cristalográficas, e tudo se passa no interior de uma mesma família, de um mesmo grupo de amigos, do mesmo grupo laboral. A experiência de maus tratos e da salvação, do enriquecimento e da bancarrota, coexistem e equivalem-se entre si. Supor a classe média como um dado uniforme é um equívoco estratégico, salvo se se a considere como a mentalidade plebeia dominante em retirada. Por sua vez, a experiência da mudança geracional da classe média sobrepõe a humilhação ao apagamento do horizonte: a entrada intermitente no mercado de trabalho, os salários miseráveis, o tratamento indigno, fazem com que a condição dos seus jovens não seja de todo desigual dos das classes populares.

Estes filhos daquele sector arrogante e culto nem sequer conheceram o modelo do grupo familiar tribal e abundam os casais instáveis, as mulheres sózinhas que são *chefes de família*, os pais separados que são incapazes de sustentar economicamente os seus filhos; condimentos que se precipitam sobre a actual experiência política da classe média e que explicam as motivações diferentes daqueles que se lançaram à rua em Dezembro, tanto como os distintos cursos de acção que assumiu o protesto: eram a momentânea unidade esfarrapada das fibras de um tecido social esburacado.

As assembleias que emergiram durante estes meses não são figuras fáceis de analisar, pois não há muitos antecedentes locais dessa rara erupção. Sem dúvida, existe a memória das assembleias sindicais e as rotinas — bastante distantes — dos centros estudantis. Mas a inflorescência assemblária é um efeito de sementeiras recentes, a emergência final de uma *sociedade invisível* que já articulava variados grupos de afinidade, como os agrupamentos próprios da escola secundária, as marchas contra a impunidade, os debilitados mas resistentes organismos defensores dos direitos humanos, os grupos de ajuda mútua, os grupos de apoio psicológico, os grupos de estudo, as oficinas de todos os tipos, os clubes de trocas, os rockeiros e, no final, a amizade como cimento dos contactos, que não apenas supõe um vínculo sentimental como também uma funcionalidade de apoio psicológico, terapêutico, financeiro e político. A correnteza da memória da auto-organização

é subterrânea e concerne a todas as formas de filiação construídas durante a última década, que não se condensam apenas nas figuras do *piqueteiro* ou na do *batedor de panelas*. É grande a lista de redes cuja ligação à representação política clássica era inexistente. Agora as assembleias estiolam, em grande parte porque não há fundamentos culturais neste país que lhes permitam estabelecerem-se como princípio de autogoverno. O seu valor reside no facto de terem oferecido uma contenção política, assim como terem possibilitado um efémero baptismo de fogo às novas gerações. Era um espaço de aprendizagem política, salvo para a esquerda que apenas via nelas uma ocasião de recrutamento.

Era esta auto-experiência política que inquietou o governo e que foi impugnada por numerosas vozes do pensamento conservador local, cujos temores são a herança e actualização de outros anteriores, alguns tão antigos como os provocados, na sua altura, pelo *malón* indígena, a chusma *rosista* e a *montonera* provincial, continuados pelas imagens do imigrante *sujo e feio* e dos activistas anarquistas e socialistas, medos renovados — ainda que de forma localizada — pelo bandoleiro popular rural e a *polaquita* urbana, e mais tarde ainda, com a súbita aparição do *aluvião zoológico* da época peronista, os *cabeludos* e a mulher emancipada dos anos 60, o *subversivo* da década de 70, os drogados dos 80 e os travestis de há dez anos. Essa mostra, incompreensível e incivilizada, irrompeu novamente nos finais do ano de 2001.

Resta o mistério da crescente audibilidade das vozes femininas na política, quiçá um ingrediente importante para um futuro processo de recomposição da esperança colectiva. Assim como noutras partes do mundo, a política tem sido na Argentina um assunto masculino e, à medida que a sua prática se fechava sobre um universo centrípeto, as promessas dos políticos cruzavam o nível abaixo de zero da credibilidade pública. Pelo contrário, as vozes femininas, enquanto se mantiveram na fronteira entre o social e o político, encontraram ouvidos cada vez mais atentos. A maior parte destas vozes femininas lançaram-se na esfera pública a partir de espaços não marcados pela rotina partidária. Em muitos casos, a partir de uma intimidade ferida ou abandonada. O discurso destas mulheres difere, em grande medida, do das suas contrapartes masculinas, fundamentalmente porque a sua linguagem não é pomposa nem burocrática, transmitindo melhor uma espécie de franqueza que nestes tempos é muito apreciada, ou seja, em momentos de indecisão colectiva sobre a qualidade das verdades que circulam na esfera pública. Tradicionalmente, as mulheres não intervinham activamente na política argentina e a sua irrupção, ainda incipiente, talvez seja causada por uma maior consciência assumida dos danos que as desatenções estatais provocaram indirectamente na vida íntima, mas também porque a sua posição estrutural, económica e afectiva deu uma volta completa desde os anos 60. Mas talvez não se entenda a nova experiência feminina, se se recorre unicamente a teorias de género ou a interpretações psicoanalíticas: é a questão da franqueza linguística em política aquilo que está em jogo.

4. No matadouro

As nações não são eternas. Podem entrar em etapas onde prima a sua decomposição moral, económica e mesmo física, mais ainda quando certos poderes financeiros e políticos internacionais as elegem como

protótipo experimental de próximas subordinações territoriais a uma ordem que ainda não está composta de todo. À maneira de pré-requisito, a experiência exige a aceitação voluntária da degradação. Os países sul-americanos iniciaram a sua vida activa com uma declaração de independência, mas a aprendizagem da indignidade pode agravar-se por meio de um simples decreto de metamorfose monetária que troque o seu peso histórico por um punhado de dólares, indispensáveis no curto prazo mas contingentes a longo prazo. Neste mesmo ano, a autobiografia argentina iniciava um novo capítulo e as vozes colectivas que orientam a escrita são oscilantes e cépticas, efeito coral das suas agora empobrecidas possibilidades existenciais. Por outro lado, os seus dirigentes políticos já deixaram de fazer malabarismos com a ideia de nação e aprestam-se a ensaiar a retirada, o travestimento ou a penhora do cadáver do estado nacional à doutrina económica da moda entre as burocracias dos organismos internacionais.

As palavras que usam os homens representativos de um país não passam indemnes pelo imenso crivo da conversação colectiva: tanto podem animar como danificar os povos que as absorvem. Há palavras públicas que elevam e fortalecem as esperanças comunitárias e outras que ilusionam sem fundamentos e se tornam, afinal, estéreis e irresponsáveis. Uma corporação política desdobra linguagens, que podem adquirir tons vácuos e pomposos, como no caso de De la Rúa, ou estilos burocráticos, como era costume entre ministros e funcionários, ou ainda estratégias demagógicas e mentirosas, como sucedia com a maioria dos deputados e senadores. Palavras ocas, discursos de ocasião, ribombância teatral, altissonância de acto escolar, mentiras ditas com tom enfático, enfim, casca vazia. Seguramente esta linguagem tem escassas possibilidades de sobrevivência pública, pois a população reclama novas vozes políticas, mas não se deve descartar que a corporação política reconstrua os seus jogos e posições, metamorfoseando-se e confluindo com ambiciosos homens de negócios ou outros *outsiders* do campo político, ou aproveitando-se da carência argumentativa geral, pois o que circulou até agora nas assembleias e nos emergentes partidos de oposição é uma mistura de velhos pedaços de discurso populista, parafernália do discurso trotsquista e de vozes vizinhas a este, fragmentadas por uma década de desastres e fraudes linguísticas.

Um exemplo da falta de substância dos homens políticos argentinos ficou exposto nas suas respostas, quando foram confrontados com as trinta vidas perdidas a 19 e 20 de Dezembro de 2001: rituais de alijamento de responsabilidades, somados a remissões à obediência devida. Ninguém será respon-

sabilizado por esses mortos, pois os pactos de impunidade que a corporação política selou com sindicalistas, polícias e juízes assim o impedem. Mas, quando a lei não se cumpre em cima, ninguém se sente chamado a cumpri-la em baixo, e isso estende-se às ordens impositivas, pedagógicas e familiares, enraízando ainda mais a irresponsabilidade pública. Então, porque é que tantos se surpreendem quando borbotões de violência inesperada brotam na Argentina, como um géiser? As napas de onde abriu caminho a corrente vinham trabalhando subterraneamente. O velho fantasma facundo percorreu as ruas de Buenos Aires durante dois dias e ninguém sabe quando voltará a fazer uma nova ronda. O *retorno do reprimido* foi resultado de enormes tensões prévias, algumas muito antigas; muitas outras produto dos traumas deixados pela ditadura; outras por ter-se promovido, a partir de 1983, um constitucionalismo de fachada esvaziado de energias políticas; outras por se ter malferido a educação e a saúde públicas, muitas vezes com a colaboração de figuras de interesses privados e ainda outras pelo enfeitiçamento que as promessas, personalidade e enganos efémeros de Carlos Saúl Menem provocaram na notória percentagem eleitoral que o acompanhou na sua gesta ruinosa e destrutiva. O inventário quase não regista benefícios e a nova pobreza encontra a maioria incapaz de imaginar um acto de contrição colectivo. Por sua vez, um sacrifício geral em prol de um futuro melhor só pode ter sentido se a compensação, material ou simbólica, for credível. Neste momento, só a ideia de aceitar novos anos de dureza, sem o contraponto da oxigenação política, jurídica, intelectual, empresarial e jornalística, pressupõe, para os argentinos, pouco menos do que uma intolerável comoção espiritual.

A Argentina já não é a vaca gorda de outros tempos, que pastava em horizontes sem fim. As suas actuais marchas e contramarchas parecem mais as de um Minotauro agitado, que percorre desconcertado o seu próprio labirinto, ao mesmo tempo que tanto os seus próximos como os distantes repudiam a sua estranha fisionomia. Cortado o jorro anual de bens obsoletos, invertida a direcção dos fundos que chegavam de distantes paraísos financeiros e incerto o túnel de cujo fim poderia emanar uma claridade esperançosa, esse Minotauro apenas pode subsistir devorando-se a si mesmo. A autofagia é um sinónimo do presente argentino e salvo se uma dose de sabedoria e de esforço colectivo detenham o processo, inevitavelmente se obturará a possibilidade de uma renovação espiritual na geração ainda adolescente e será negada à população um princípio de justiça económica e política. E se os argentinos não forem capazes de se apropriar de si mesmos, o destino do país que conhecemos será uma maior e quase inimaginável agonia ou então um enraizamento de um tipo de subjectividade estupefacta, aturdida e resignada. A Argentina seria arreada para lá da sua vontade, descarnada por obtusos magarefes locais e estrangeiros, a sua pele forraria a sala de direcção de remotos organismos de crédito e de fundos de investimento e dos seus ossos se ocupariam os historiadores da decadência das nações. No fim de tudo, a emissão de fósforo ósseo que se desprende do esqueleto do gado sucumbido no campo consegue aureolar momentaneamente a noite das pampas. É conhecida como *luz mala* e dura apenas um instante. Logo, regressa a obscuridade.

Todos somos estrangeiros, nossa pátria é o mundo

« A verdade é que não existem raças humanas: não há nada no mundo capaz de fazer tudo aquilo que pedimos que a raça faça por nós.»

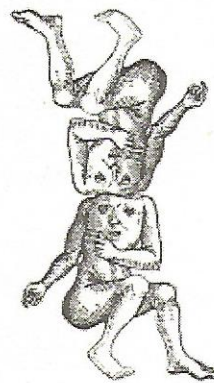
Kwame Anthony Appiah

MANUEL DE SOUSA

Quando as ideias socialistas se começaram a definir no século XIX um dos temas mais comuns foi o do internacionalismo, que contrapunha ao conceito, sempre reaccionário - porque possui na sua génese o espírito da inimizade, da discriminação e da xenofobia - de nação e pátria, o da universalidade da condição humana. Essa ideia de que os trabalhadores não têm pátria foi então popularizado pela AIT, e em seguida pelas várias correntes socialistas, sendo a Internacional, a mais universal das canções revolucionárias que conhecemos até hoje, símbolo da ruptura com os hinos patrióticos que moviam, e ainda movem, as massas contra os «estrangeiros», nas acções guerreiras, na busca de vantagens económicas ou nas rituais competições desportivas.

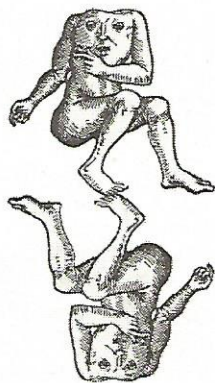
Depois da curta, mas significativa, experiência da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e de todas as demonstrações práticas de internacionalismo dos movimentos sociais ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XX, apesar de todos os reveses, essa ideia adquiriu uma pertinência ainda maior no século XXI, já que o que hoje chamam de globalização não passa de uma livre circulação de mercadorias e capitais, mas também obviamente das elites e classes dirigentes, os sujeitos desse processo – ou seja é a versão «internacionalista» dos donos do mundo - que exclui, de

forma mais explícita do que nunca, as pessoas comuns, a plebe do mundo moderno, dessa possibilidade de partir para qualquer lugar deste planeta, mantendo-os presos aos pequenos feudos onde nasceram, tal como os servos da gleba do passado.

No contexto actual em que paira a ameaça da insegurança e incerteza social sobre o futuro, quando se vislumbra a ampliação de laços de trabalho cada vez mais precários, os garantidos, principalmente, nos países centrais, olham para a imigração e para os «estrangeiros» como a ameaça visível ao seu estatuto social privilegiado, num mundo onde a maioria continua absolutamente excluída de tudo. Por isso mesmo o discurso xenófobo ganha adeptos, a direita fortemente reaccionária cresce na Europa, e os políticos de todos os quadrantes avançam para medidas cada vez mais restritivas à circulação daqueles que são definidos como estrangeiros – principalmente os desenquadrados dos fluxos planeados de mão de obra temporária necessários ao capitalismo –, ao mesmo tempo que seus discursos sobre segurança contribuem também para ampliar tensões internas com aqueles que, voluntária ou involuntariamente, buscaram em outro país alternativas de sobrevivência. Mesmo povos que secularmente foram emigrantes como o português, o italiano e o espanhol, hoje começam a inclinar-se vergonhosamente para a xenofobia em relação aos imigrantes, particularmente de origem africana, enquanto alguns sectores das elites procuram compensar sua global gula financeira com uma retórica patrioteira para consumo das massas. Neste contexto não é de estranhar que até grupos minoritários vistos como diferentes, e historicamente marginalizados, como é o caso dos ciganos, se tornem, também eles, vítimas de novas vagas de discriminação e xenofobia apesar de viverem à séculos nas mesmas regiões daqueles que pedem a sua expulsão.

Por todas estas razões podemos dizer que se existe uma parte do discurso socialista do século XIX que não perdeu a sua actualidade e pertinência foi a do internacionalismo. Depois de milhões terem morrido em defesa de pátrias e fronteiras que os interesses do Capital acabaram por diluir, aos povos resta reconhecer que todos somos estrangeiros ante as caducas regras dos decadentes estados nacionais. É certo que uma boa parte do movimento operário do século XIX nunca perdeu suas ilusões nacionalistas, embalados no discurso reaccionário das pátrias-mães, que os fez defender suas bandeiras nas guerras e nos territórios coloniais. Muitos dos que cantaram a Internacional marcharam para a morte na Primeira Guerra Mundial ao som de hinos patrióticos.

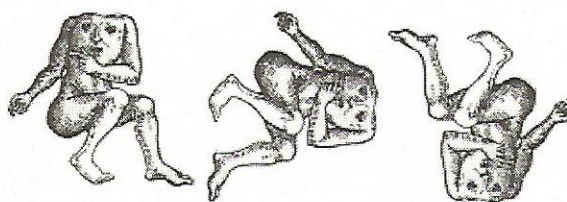
Outros, como os comunistas, mal chegaram ao poder re-escreveram seu internacionalismo confundindo-o com um perverso nacionalismo, onde tudo o que servisse a velha mãe Rússia seria uma manifestação do internacionalismo proletário... A sobrevivência e até o ressurgir do nacionalismo não pode, no entanto, ser visto só como produto do oportunismo dos grupos dominantes e da alienação das grandes massas sempre dispostos a tudo por uma Pátria madrasta e a sacrificar os estranhos no altar dos seus delírios patrióticos, já que tem origem em factores complexos como a identidade e a afinidade criadas no seio dos povos e das culturas ao longo de séculos de uma história

[illegible]. Cada tribo, cada povo, teve de se unir para evitar o ataque dos que lhes eram vizinhos lutando juntos para atacar os outros grupos na conquista por novos espaços, bens e riquezas que lhes eram fundamentais para sobreviver. Séculos de desconfiança e de estranhamento e velhos ódios não se diluem facilmente, ao sabor das necessidades, ou desejos, das políticas do momento. Obviamente essas identidades profundas não se reduzem à construção política dos Estados modernos, podendo até ser contraditórias com esse objectivo, que são bem mais recentes, e que se impuseram em grande número de casos sobre as identidades ancestrais de povos e culturas. Basta recordar o País Basco, a Irlanda e a Catalunha na Europa e os inúmeros Estados africanos construídos artificialmente amalgamando distintos povos e dividindo culturas ao sabor das partilhas coloniais e dos interesses dos novos senhores.

Os libertários, apesar de muitas vezes [illegible] num discurso simplista sobre o problema da nação, entendendo-a frequentemente como uma identidade histórica sinónima do Estado, foram dos únicos que não embarcaram no nacionalismo patrioteiro, intransigentes em seu internacionalismo, nunca reconheceram fronteiras, nem pátrias, sempre se consideraram cidadãos do mundo.Isso mesmo quando alguns embarcaram na defesa do mal menor nas Guerras Mundiais do século XX, mas até nessa polémica opção não foi em nome da pátria e dos interesses nacionais que acharam que valia a pena combater por uma das facções beligerantes, mas por razões que se prendiam com a necessidade de proteger a liberdade já conquistada, do expansionismo militarista e autoritário. Também é verdade que em nome de um internacionalismo genérico há libertários que criticam ou, pelo menos, subestimam o direito dos povos lutar pela sua autonomia contra a opressão expansionista de outros Estados, basta lembrar os equívocos em torno de Euskadi, que sempre têm estado presentes em Espanha, ou de algumas críticas do passado às lutas anti-coloniais ou, ainda, da dificuldade de entender a identidade étnica de diferentes grupos e superar o eurocentrismo que contaminou até as correntes sociais mais avançadas e mais radicais principalmente quando esses militantes estiveram em contacto com povos e culturas diferentes.

Quanto às correntes que se reivindicaram de socialistas e comunistas, ao contrário, recuperaram e instrumentalizaram em seus discursos, e mais ainda nas suas práticas, o nacionalismo patrioteiro seja em momentos cruciais como o das guerras, seja nas teorias ambíguas e conservadoras do «frentismo patriótico», dos «governos de união nacional» ou na defesa dos «recursos nacionais», das «empresas nacionais», dos «valores nacionais» apesar da burguesia ter demonstrada até à exaustão que não tem nem nunca teve interesses nacionais, mas só interesses de classe e que os interesses nacionais eram uma mera ficção discursiva que visava unir um povo em torno dos interesses do grupo dominante em cada época. Mesmo assim, o que resta dos herdeiros dessa esquerda agarra-se ainda na época actual ao mito do nacionalismo para se opor à vaga globalizante, esquecendo que o internacionalismo dos povos é a única real alternativa à internacionalização do Capital e das elites.

Hoje, a humanidade está em condições, após séculos de relacionamento intercultural, de se reafirmar como uma única espécie – a ideia de raças humanas é puro preconceito ancestral - algo que a biologia não cessa de nos recordar e que a antropologia demonstra nos seus estudos sobre multiculturalismo contemporâneo. Essa universalidade que só agora é possível constatar, com todas as suas profundas implicações, é a única barreira possível à violência inter-grupal, à barbárie da segregação social e nacional e ao chauvinismo de estados, povos e classes, que se querem apropriar da riqueza e do saber que foram gerados ao longo da história por todos os povos, de todas as épocas, em todas as latitudes.

Por tudo isso talvez possamos dizer que a componente mais subversiva e actual de todo o pensamento anarquista é o seu sentido profundo de fraternidade, de solidariedade universal, que vai muito além do mero reconhecimento dos concidadãos, ou dos membros de uma classe particular, como iguais que é, em certo sentido, o significado da «fraternidade» que a burguesia francesa deixou à cultura moderna. O anarquismo estabeleceu um outro patamar para a igualdade, solidariedade e fraternidade combatendo todas as instituições que criam padrões de desigualdade, de exploração e opressão negando implicitamente a condição de iguais aos seres humanos. Entre essas instituições sociais destacam-se, como todos sabemos, o Estado e o Capital, como formas contemporâneas da institucionalização do poder e da exploração do trabalho. Mas, repudiando essas formas, a meu ver, os anarquistas recusam todas as outras: sejam as do passado, sejam as da actualidade ou de um futuro incerto que mantém as mesmas características de serem factores de dominação e exploração de seres humanos. Pouco importa o nome que adoptem, sempre mutantes e camaleônicos, já que o nome para a exploração e dominação não precisam – nem são – historicamente sempre os mesmos. Estado e Capitalismo são formas transitórias e evolutivas do mesmo processo histórico de sujeição de uns seres humanos a outros. Todos já vimos um modelo social similar adoptar nomes tão significativamente cínicos como socialismo, comunismo e democracia popular. Por isso, deveríamos estar vacinados contra essas mutações, não achando que o vírus só tem um nome e que não evolui, nem se adapta como todos os agentes infecciosos, principalmente os mais perigosos.

Quando vemos discursos repetitivos construídos em torno de conceitos do passado para criticar o Estado e o Capitalismo não fica difícil entender porque esses discursos são autistas e não estabelecem qualquer possibilidade de comunicação com uma sociedade que, apesar de tudo, sabe reconhecer que a realidade muda e que a crítica a essa realidade também tem de mudar. Não porque tenham desaparecido fenómenos como a dominação e a exploração que se criticam, mas porque eles adoptam formas e

materialidades mais complexas e profundas não explicadas, nem sequer profundamente dissecadas, pelos discursos simplificadores dos que não conseguem ir além da crítica da primeira revolução industrial ou da forma arcaica do Estado-Nação do século XIX.

Se o Estado e o Capitalismo têm sobrevivido às suas crises intestinas e aos assaltos dos de baixo isso deve-se, em grande parte, à sua capacidade de evoluir e integrar as patogenias perigosas dos seus adversários e reconstruir permanente sua realidade a partir da história, dos seus erros e fracassos. O mesmo não se pode dizer dos que se lhe opõem, que parecem sofrer de males incuráveis: falta de memória e incapacidade de recriar um discurso e uma prática que sejam instrumentos de combate por causas que permanecem na sua essência como aquelas que tem movido uma parte dos seres humanos desde o seu passado mais remoto: a recusa de se submeter a qualquer injustiça.

Uma dessas injustiças mais profundas é que a localização geográfica ou nacional acidental do nascimento de um ser humano determine, ainda hoje, junto com a origem de classe, a possibilidade de viver ou morrer, usufruir de bens, ter ou não saúde ou educação, acesso ao acumulado de riqueza e conhecimento que as diversas culturas humanos deram à humanidade. Essa é uma razão fundamental para que ampliemos a crítica da peste patriótica e estatista, mas também dos novos regionalismos tribalistas que pretendem reproduzir micro-estados, seja na sua forma arcaica, seja na forma moderna. Hoje, mais do que nunca, só o internacionalismo, que é espelho do universalismo humano apesar dos limites que o espaço e o tempo não deixam de impor a cada um de nós como seres históricos pode unir, apesar de tudo, numa esperança de um futuro de cooperação e liberdade esta espécie nascida por acaso biológico ou por tédio de deus.

Ficar a leste...

Hervé Dieux

Aqui, um homem enforca-se na esquadra e outro morre soterrado na empreitada onde trabalhava; além, uma mulher é obrigada a prostituir-se e não se sabe que fazer do cadáver de alguém que trabalhou até aos limites do seu cancro e das suas forças. De ajustes de contas a reféns sequestrados, a imprensa reduz frequentemente a um mero *fait-divers* do crime, a sobrevivência de russos, moldavos, romenos, ucranianos, eslovacos, lituanos e outros imigrantes de Leste que, na ressaca de uma irreprimível vaga migratória, foram relegados para as tranquilas margens portuguesas, esquecendo-se de indagar quais os principais beneficiários desta situação. No entanto, os factos aí estão: tal como a vizinha Espanha, muito zelosa em matéria de luta contra os clandestinos, Portugal, tradicional exportador de mão-de-obra barata para os países ocidentais do Norte, vê-se actualmente obrigado a lidar com um novo fenómeno migratório que, apesar de não ser consequência das guerras de independência das ex-colónias, faz parte de um outro tipo de guerra - uma guerra mundial, em que está em jogo a criminalização da pobreza para poder usufruir um máximo de benefícios.

Escusado será insistir sobre as necessidades económicas que experimentam os candidatos ao exílio oriundos desses países; alguns dados chegam para dar conta da crueldade da sua situação: em dez anos, o PNB da Ucrânia diminuíu de 60%, enquanto mais de 80% da população da Moldávia parece ter de viver com menos de um dólar por dia. No entanto, por detrás da oferta de trabalho que aqui lhes é proporcionada, podemos interrogarmo-nos sobre a escolha deste destino, procurando saber como lhes foi aberta esta porta inesperada para as riquezas da Europa Ocidental, pois se Portugal é um país membro da União Europeia desde 1986, ainda está longe

de ter alcançado todos os indicadores que distinguem a comunidade dos países mais ricos a que aspira pertencer, e não é certamente esse lugar paradisíaco prometido em Kiev, Chisinau ou Bucareste.

Nas trincheiras da construção civil

Eles surgiram ao lado dos brasileiros, cabo-verdianos e angolanos, seus companheiros de árdua labuta...(1), que já não chegavam para as encomendas. Contradizendo os seus sonhos de trabalho decente, que compensasse pelo menos o preço de uma viagem facturada por várias centenas de dólares, os principais sectores de actividade a recorrerem a estes imigrantes do Leste europeu foram, sobretudo no caso das mulheres, todas as formas de trabalho doméstico e, para os homens, o da construção civil, com as suas centenas de acidentes mortais. De origem privada ou pública, todo o país vem conhecendo um verdadeiro frenesi construtivo. Se a população aumentou apenas um pouco mais de 4% de 1991 a 2001, o número de alojamentos aumentou de 20%. Melhor ainda: a febre imobiliária que assolou as Câmaras Municipais durante o último decénio foi de tal ordem que, no quadro resultante da primeira geração de Planos Directores Municipais (PDM's), achou-se que seria possível alojar 30 milhões de pessoas em zonas entregues deste modo à urbanização, graças ao frutuoso diálogo associando dirigentes autarcas e especuladores imobiliários (2).

Num tal campo de destroços, fruto das inumeráveis empreitadas pelo país fora, a «iniciativa privada» não baixa braços e continua a angariar trabalhadores dóceis e frugais, mesmo que tenha de importá-los da maneira mais brutal. Deste modo, é legítimo esperar que os operários que irão trabalhar nas empreitadas dos três futuros grandes centros comerciais prometidos à capital pelo director-geral da Healer & Baker, uma importante consultora imobiliária americana, ou na empreita-da do novo hotel Marriot, onde o custo por uma estadia diária equivalerá aproximadamente ao salário mensal desses trabalhadores, serão as vítimas designadas de um gigantesco tráfico de seres humanos. Quando o sr. Mota Silva, da Inspecção-Geral do Trabalho (IGT), sugere que «a solução portuguesa em matéria de integração de mão-de-obra imigrada é inovadora e humanista, pois partilha a mesma estratégia que os empreiteiros...», devemos entender que, para satisfazer os sacrossantos critérios de competitividade ditados pelas regras do mercado europeu, era preciso encher com mão-de-obra barata o reservatório esvaziado pela fuga de milhares de portugueses para o estrangeiro?

Por seu lado, que fez o governo de "centro-esquerda" de António Guterres, seringado pelo patronato para flexibilizar o mercado do trabalho ou ameaçado pelos investidores estrangeiros que juram abandonar o país se não lhes outorgarem novas regalias, como foi o caso do sr. Günter Thiel - director de uma fábrica de cabos eléctricos no Seixal, que emprega 1.650 pessoas e pertence à Alcoa Fujikara, fruto exemplar de uma globalização feliz e, acessoriamente, de uma *joint-venture* americano-japonesa - que «denunciou a falta de flexibilidade da legislação laboral e ameaçou deslocar a sua fábrica para Leste...»? Em todo o caso, a mesma obediência prossegue com o novo governo de Durão Barroso, mesmo que, por acaso, se adiem as grandes obras prometidas graças aos subsídios europeus: uma terceira ponte sobre o Tejo, a segunda fase do metropolitano do Porto, o aeroporto da Ota e o projecto do Comboio de Alta

[illegible]dade. Enfim, nem tudo foi adiado, porque existe outra área onde o Estado também decorou bem a lição: a das «receitas provenientes da imagem», pois no quadro da organização do próximo Europeu de futebol em 2004, manteve um «ambicioso» projecto de construção de dez estádios de futebol com mais de trinta mil lugares, em que a participação do Estado será todavia apoiada pelo recurso às linhas de crédito emanando dos fundos comunitários...

Em muitos aspectos, a situação do Portugal contemporâneo faz lembrar na das suas colónias antes das guerras de independência: um entreposto comercial, cujas riquezas são desviadas por uma reduzida casta de proprietários que mistura, numa miséria comum, os «pequenos brancos» e uma mão-de-obra importada, praticamente reduzida à escravatura, no meio da indiferença de uma classe média mais preocupada pelo seu nível de endividamento maciço. No entanto, enganam-se os comentadores que apontam o imobilismo como causa do endémico atraso do país, pois este desempenha bem o seu papel na economia de tráfico apoiada pela liberalização dos fluxos de capitais e pela constituição de novas rotas de escravos. As felicitações endereçadas pelos mestres, durante quinze anos, ao bom aluno da classe europeia, foram tudo menos hipócritas.

Um tráfico de seres humanos

Numa fábrica dos arredores do norte de Lisboa, que produz carrinhos de compras para os bons consumidores bem-pensantes, encontrámos 150 ucranianos de bom nível escolar ou universitário, ocupando todos postos não-qualificados. Todos recebem o salário mínimo, ou seja, aproximadamente 250 euros, descontados os encargos sociais. Ainda assim, estes encontram-se em situação legal, usufruindo de um contrato de trabalho, visto que, como seria de esperar, a situação reservada aos clandestinos é ainda pior, como desabafa a sra. Franco, responsável de uma associação encarregue de dar cursos de língua portuguesa, particularmente aos imigrantes de Leste. Sem rodeios, ela faz um relato acabrunhante da sua situação: «vemo-los como escravos, mas esquecemo-nos que, regra geral, eles possuem uma boa formação e têm consciência política...teríamos muito a aprender com eles...».

Por entre estes anónimos, cujo desenraizamento atinge as raias do terror, e tanto mais fragilizados porquanto a ameaça vem por vezes de um compatriota, muitas vezes a única pessoa que conhecem num universo totalmente estrangeiro, é claro que, mesmo assim, alguns conseguem passar através das malhas tecidas pela rapacidade. É o caso de Raman Amirian, curdo da Geórgia, instalado há seis meses em Portugal, e cujo percurso solitário através dos estaleiros e das fábricas da Alemanha, da França e, depois, da Espanha, evitou-lhe pelo menos a extorsão e a chantagem. «Ganho 750 euros mensais, correspondentes a 50 horas de trabalho semanais num entreposto e tenho um contrato de trabalho. Agora, desejo regularizar a minha situação e obter uma autorização de residência», sonha, numa mistura vertiginosa de alemão, inglês, francês e português. Num sorriso contrito, confessa-nos que deixou Tbilissi porque estava farto de ser obrigado a dar continuamente dinheiro aos polícias. «São todos corruptos e Chevarnadze é um mafioso...».

Máfias: a palavra foi lançada e, nestes últimos tempos, encontra uma ressonância muito particular na imprensa portuguesa. No muito lucrativo mercado português de escravos, existe efectivamente outra classe de empreiteiros, cujas actividades se exercem a

uma escala que nada fica a dever àquela de que se orgulham as multinacionais «oficiais», a não ser que os seus métodos sobem ainda mais um degrau na escala de violência que utilizam para com as suas vítimas. Concluíu-se recentemente o maior julgamento civil da justiça portuguesa, após o desmantelamento das Forças Populares 25 de Abril, o da rede Borman, nome do seu presumível chefe, de nacionalidade moldava. Também neste caso, o seu organigrama confunde-se perfeitamente com o de uma qualquer direcção comercial transnacional, com as suas delegações regionais e a sua hierarquia de empregados - excepto que, neste caso, os produtos propostos à venda são seres humanos e que os 25 colaboradores da rede, que congrega praticamente todas as nacionalidades do Leste europeu, são por vezes antigos membros do KGB. Por entre outros crimes, foram nomeadamente acusados de prática de terrorismo, associação criminosa, homicídio, extorsão e branqueamento de capitais. Uma hidra já em vias de reconstituir o seu potencial demolidor, como afirma uma das suas vítimas, «Oleg», a coberto de um estrito anonimato: «o problema é que logo que uma cabeça é cortada, é imediatamente substituída por outra, pois não faltam candidatos. De qualquer modo, o chefe está em Moscovo e nunca o apanharão...». «Oleg» recusou pagar e fugiu do sul do país para se esconder das máfias que o tinham colocado numa fábrica pertencente à Chrysler. Não tem quaisquer dúvidas sobre a cumplicidade activa dos patrões portugueses e sobre as relações estreitas entre os grandes lucros e este novo tipo de angariadores.

Depois de ter aberto o seu centro, a sra. Rosário Farmhouse, directora do Serviço dos Jesuítas para os Refugiados, que constituíu um dossiê para tentar obter a regularização de Raman, diz já ter visto passar perto de 800 imigrantes oriundos de Leste. «Inicialmente, ocupávamo-nos sobretudo dos países da África lusófona e considerar os imigrantes de Leste como refugiados colocava um problema de definição. Porém, consideramo-los efectivamente como refugiados de pleno direito, pois, para nós, eles foram deslocados à força». Por entre a teia das suas preocupações, regista um fenómeno que, mesmo parecendo-lhe revestir um aspecto positivo, não deixa de lhe provocar um novo arrepio: «hoje são as mulheres que chegam em maior número, deixando frequen-temente o marido e os filhos no seu país. Parece que se desenvencilham melhor que os homens, trabalhando na hotelaria, na restauração, na limpeza, estando menos sujeitas à precariedade que aqueles encontram nas obras. No entanto, é verdade que algumas entram na rede dos bares de alterne e noutros locais de prostituição». Esta recente evolução parece preocupar até a própria IGT, que deseja combater o tráfico de mulheres ligadas às redes internacionais, integrando-as num processo produtivo e obrigando os patrões a emitir um contrato, regulando o trabalho de «animação» desses estabelecimentos nocturnos. Estamos em crer que, antes da IGT, alguns já terão pensado em integrar estas jovens num processo lucrativo e que o departamento de prospecção de alguma multinacional mafiosa já terá descoberto a existência de outro mercado a conquistar, para lá do sector da construção civil, ameaçado de perda de velocidade, devido ao anúncio do fim dos subsídios europeus.

Escolher entre integração e rejeição

Para lá das condições criminosas que regem a transferência e a exploração sórdida de dezenas de milhares de imigrantes dos países do Leste europeu, transferência de custo social e económico incalculável para os países de origem, as mais recentes iniciativas destinadas a promover os primeiros passos no sentido da integração parecem emanar das próprias comunidades. Em Braga, uma associação intitulada «Nós», conta alcançar brevemente 500 aderentes, e esforça-se desde já por responder às suas necessidades, nomeadamente em matéria de aprendizagem da língua portuguesa e de apoio jurídico, enquanto procura ultrapassar as clivagens que possam existir entre cidadãos de diversas nacionalidades: moldavos, russos, ucranianos. Noutra cidade, Alverca, uma associação já reagrupa búlgaros e ucranianos, mas ainda não conseguiu congregar moldavos ou russos. Também se registou uma reunião, desta vez por iniciativa da União dos Sindicatos do distrito de Santarém, destinada, nomeadamente, a elaborar uma estratégia de luta comum contra o trabalho clandestino, que reuniu centenas de imigrantes e foi empreendida uma primeira tentativa junto da Secretaria de Estado da Saúde, procurando obter o reconhecimento dos diplomas ucranianos na área da medicina, medida que poderia, logicamente, beneficiar todo o país.

Para responder a esta vaga migratória, a principal decisão do governo precedente consistiu em decretar um processo de regularização extraordinário, que terminou oficialmente a 30 de Novembro de 2001. O novo governo que, nesta área, acompanha o grande movimento europeu que procurar criminalizar os trabalhadores, facto que sabemos só poder beneficiar todo o tipo de máfias, já preveniu que não poderia ir para além de 27.000 regularizações suplementares e começou a endurecer as condições de admissão. Aliás, e sem nunca o confessar claramente, parece que os poderes públicos se encaminham para a definição de uma política de quotas por sector, enquadrada dentro de acordos bilaterais já concluídos, ou em vias de negociação, com a Roménia, a Moldávia e a Ucrânia, cooperação que terá ainda de passar pela abertura de novas representações diplomáticas, o que não impede o recurso aos bons velhos métodos inspirados pelas práticas humanistas dos países do Norte da Europa. Em 1998, como prova de modernidade, exigida certamente pelos parceiros da União Europeia, Portugal enviou o seu primeiro «charter» de imigrados de regresso à Moldávia e, entre esse ano e o de 2000 (3), o número de mandatos de expulsão emitidos contra clandestinos quase sextuplicou, passando de 368 a 1.240! Contudo, quando se pergunta o que acontecerá a essas dezenas de milhar de pessoas que permanecerão ilegais findo o processo de regularização em curso, a tutela promete «moderação».

De qualquer modo, actualmente, nos meios sindicais e, de forma mais velada, nos meios políticos lisboetas, comenta-se com crescente irritação os lamentos hipócritas da política comunitária em matéria de migração, particularmente os da rica Alemanha, porta de entrada natural deste maremoto vindo de Leste, que apanhou o país de surpresa. Isto tudo num contexto tanto mais delicado porquanto Portugal esbarra com a intransigência dos seus ricos parceiros europeus quanto à aceitação de um aumento dos fundos estruturais e teme muito o alargamento da União a Leste. Para já, um Instituto austríaco de Estudos Conjunturais acaba de demonstrar que, dos quatro

países do grupo dito de coesão regional – Espanha, Grécia, Irlanda e Portugal – é este último que corre o risco de ser o grande perdedor da primeira vaga de alargamento programada no quadro da Agenda 2000 e que tem tudo a temer, quer quanto à redistribuição dos fundos comunitários, quer quanto à concorrência de países onde a mão-de-obra continua sendo mais barata. Evidentemente, alguns consideram estas angústias ilegítimas, como o sr. António Borges, antigo vice-governador do Banco de Portugal e hoje reciclado enquanto vice-presidente da Goldman Sachs International, que estima que Portugal saberá «beneficiar da inevitável abundância de mão-de-obra barata, disponível e qualificada» resultante do alargamento. Já vimos como alguns procuram, por todos os meios, tirar proveito deste maná...

Também se sabe qual o preço, em termos de miséria e de medo, que devem pagar os imigrantes de Leste para desfrutarem das riquezas do Ocidente, motivo por que se mostram hoje tão dóceis no calmo Portugal. Por conseguinte, se reina um relativo consenso para proclamar que o país estaria isento dessa tara racista que se atribui facilmente aos países do Norte da Europa, porque a população de emigrantes portuguesas foi, em larga medida, a sua vítima real, este já está a ser quebrado por alguns comentadores mais lúcidos que, como Carlos Trindade, da CGTP-IN, preferem avisar que «o optimismo não deve ser sobre-estimado, pois a sociedade só se mostrará acolhedora enquanto mantiver a sua própria coesão (...) Não basta uma pessoa ter sido explorada para se poder reivindicar de uma tradição de acolhimento humanista; basta recordar que, na Andaluzia, havia muitos antigos emigrados por entre os pequenos proprietários responsáveis por essa aterradora caça aos emigrantes...» (4).

Tradução:
Carlos Correia Monteiro de Oliveira

(1) Sobre as condições de sobrevivência da imigração tradicional, particularmente de origem africana, consultar o texto «Imigração / Exploração», de José Luís Felix, Utopia nº 8, 1998.

(2) Consultar *Há 30 milhões de pessoas no Portugal dos PDM's*, Clara Viana, Janus 2001, anuário de relações exteriores, Novembro 2000.

(3) Ler Charles Reeve, *Les oeillets sont coupés. Chroniques portugaises*, p. 24-30, Paris- Méditerranée, 1999.

(4) De 5 a 7 de Fevereiro de 2000, após o assassinato de uma espanhola por um desequilibrado mental de origem magrebina, registou-se uma onda de violência racista sem precedentes, contra os trabalhadores marroquinos dos montes de El Ejido, na Andaluzia.

Na miséria da opulência

As migrações do século XXI

José Luís Félix

Nos poucos países onde a crise do reino da mercadoria, provocada pela actual fase de acumulação do capital, que se efectua a nível global sob uma competição desenfreada, ainda não tem tradução no nível do consumo da maioria das populações, ouve-se uma gritaria ensurdecedora perante a chegada crescente de imigrantes, vindos das mais diversas proveniências.

"Fechem as fronteiras!", gritam todos, enquanto mesmo os mais sisudos e pacíficos cidadãos exigem do Estado medidas correctoras. Os políticos, exímios pescadores de águas turvas, por seu turno, acusam os "estrangeiros" de "invadir as nossas pátrias e conspurcar os mais sagrados valores da nação, com os seus exóticos comportamentos". Os comentadores mais conspícuos têm a reacção habitual: "Detenham-se os suspeitos do costume", neste caso, os ilegais e os traficantes.

Está montado o cenário da incompreensão e do ódio, diabolize-se o imigrante, inimigo externo, fonte de desemprego e insegurança, enfim, reforcem-se os poderes do Estado, único poder que nos pode salvar perante um perigo difuso que não compreendemos.

Isto tudo acontece quando as estruturas do Estado são abaladas pela sua manifesta incapacidade financeira em acorrer, qual bombeiro pressuroso, aos diversos fogos que a crise do capital ateia por todo o lado e em todas as áreas. Mesmo nos países, onde se concentra o capital, torna-se manifesta a debilidade do Estado, vergado aos interesses das grandes corporações multinacionais que dominam a deificada economia, perante a qual qualquer Estado que se preze

tem de se curvar, como a mundana perante o pagamento. Que melhor álibi poderiam os políticos e personagens afins en-contrar para justificarem a sua absoluta impotência perante a crescente miséria quotidiana que a todos atinge? Quem sabe se ainda iremos ouvir tonitruantes invectivas sobre este "inimigo do nosso bem estar", esta nova "invasão dos bárbaros", de "povos sem capacidade, nem iniciativa empresarial, verdadeiros geradores do terrorismo", essa outra face da moeda da economia global que, tal como a imigração, nos é apresentada como um fenómeno exterior ao capitalismo. A ideologia domi-nante, a do reino do lucro, dos vencedores e dos perdedores, trata de nos persuadir que todos "os males do mundo" têm origem em factores exógenos ao sistema da mercadoria, que a sua imaculada actividade só é perturbada por estranhas anomalias, alheias ao regular funcionamento do sistema da mercadoria generalizada. Para os epígonos da autoridade, de certeza que teríamos o paraíso na terra, se todos obedecessem às regras que as leis do deus dinheiro nos procuram impingir.

A interpretação dos factos, o porquê da fuga de milhões de pessoas das sua terras, para longe das famílias, dos amigos, dos usos e costumes, de tudo aquilo que faz as nossas vidas, e que ficaram para trás, quantas vezes para nunca mais, de tudo isso, nada se fala. À ribalta vêm os ilegais, tratados como novos párias, e os traficantes de carne humana, ou máfias, óptimos exemplares de dinâmicos

Um angolano que gosta dos portugueses

Diante de mim está um homem, nem novo nem velho. Angolano de origem, está em Portugal há três anos. é um homem educado, de modos correctos. Aqui chegado teve de submeter-se ao que lhe apareceu. Durante dois anos trabalhou, duramente, na construção civil, para o mesmo patrão. Até hoje não conseguiu obter o ambicionado atestado de residência. Queixa-se de que os laços que, no seu entender, se estabeleceram ao longo dos séculos, entre Angola e Portugal, não têm tradução prática. "Na prática, nada é feito para dinamizar esses laços. A amizade entre os dois povos vai-se esbatendo e acabará por se perder, se continuarmos assim.", alerta.

Realça um facto quase desconhecido: para renovar a documentação, um emigrante leva quase um ano. Entretanto fica na ilegalidade.

No seu caso, está já há um ano desempregado, com a família na sua terra, tenta sobreviver através de biscates e do apoio dos amigos, por entre os impedimentos que a burocracia e a polícia lhe levantam. "Onde está a amizade entre Portugal e Angola?", reclama mais uma vez.

No seu entendimento, o Governo português devia dar informação e apoiar os imigrantes que se encontram entregues à boa ou à má fortuna do seu desespero. Por todo o lado encontra cada vez mais desempregados, que tentam, de uma forma ou de outra, "safar-se".

Tem sobrinhos pequenos, acrescenta, que não conseguem vistos de entrada no país, porque os pais, que cá vivem e trabalham, continuam à espera do atestado de residência.

O Telmo, nome do amigo angolano, tem tentado tudo para assegurar a sobrevivência, mas sem resultados práticos. Até já esteve no Brasil, mas deu-se mal e, também ali, não encontrou a saída, que busca obstinadamente.

Em seu entender, conclui, os imigrantes de todas as proveniências, considerados ilegais e em risco de serem expulsos a qualquer momento, deviam unir-se e pressionar o Governo para que a sua situação seja resolvida.

Despedimo-nos e combinámos encontrar-nos mais tarde, o que de facto já veio a acontecer.

e prestimosos empreendedores que, aventurosamente, se afoitam nos caminhos do lucro. De quando em vez, surge, quando muito, uma ou outra referência sobre a miséria do país de origem, quase sempre envolta num misto de caridade e sobranceria.

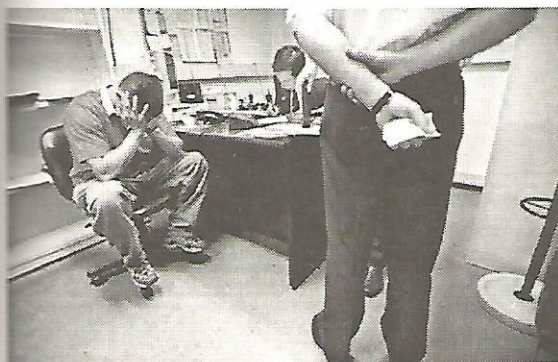
O facto de todos os povos sempre se terem deslocado ao longo da história da humanidade, de uma região para outra, em busca de melhores condições de vida é, convenientemente, escamoteado ou vilipendiado. Afinal todos somos ou fomos emigrantes e os portugueses, mesmo com um rançoso e recente consumismo, *made in* União Europeia dos pobrezinhos, continuam a emigrar aos milhares (EUA, Canadá, França, Espanha e Suíça, sobretudo), já para não falar na década de 60 do pretérito século, quando um milhão saiu do país para o estrangeiro em busca de uma vida melhor.

Mas, afinal, quais são as razões profundas que originam este crescente surto migratório? É ao que tentarei dar resposta.

Nas duas últimas décadas ficou nítido para todos, aquilo que muitos observadores já tinham analisado ao longo dos tempos, o capitalismo torna alguns mais ricos, mas transforma a grande maioria em miseráveis.

No mundo do capitalismo global, em que uns escassos milhares de empresas multinacionais dominam todos os sectores da economia e definem estratégias globais para a maximização dos lucros e segurança dos seus activos,

enquanto desenvolvem uma competição feroz em todos os mercados, qualquer iniciativa económica e institucional lhes é subordinada. Da revolução micro-electrónica e substituição do trabalho humano pela tecnologia à livre circulação de capitais; da desregulamentação propícia à internacionalização do capital à deslocalização de empresas; do desenvolvimento de organizações reguladoras supranacionais ao reforço do controlo das populações; do espectáculo mediático à formação de cidadãos acéfalos, tudo se conjuga para beneficiar as estratégias das companhias que dominam o mundo.

Hoje, na era da competição global, os capitais, tecnologias avançadas, segurança e apoio social concentram-se em poucos países, onde o consumo atinge níveis desenfreados, embora, também mesmo aí, o equilíbrio de há poucas décadas seja corroído pela avassaladora crise de acumulação de capital, que não poupa, sequer, as metrópoles da civilização monetária. Este centro é, basicamente, constituído pela Europa Ocidental, Canadá, Estados Unidos, Japão e Austrália. Nessas regiões as populações sentem as perturbações do capital, sob a forma de desemprego, subemprego, gentes sem casa, enfraquecimento da segurança social e abandono das infra-estruturas, particularmente em zonas afastadas dos pólos de maior intensidade de capital.

O resto do mundo, que representa mais de quatro quintos da população mundial, atola-se numa crescente miséria, por entre um simulacro de democracia representativa e um mercado estagnado. São os perdedores da competição mundial. Os Estados do centro, aqueles em que o capital está concentrado, tratam de externalizar os custos inerentes ao processo de valorização do capital. Os outros, os pobres do chamado terceiro mundo e do Leste, que paguem a crise. É para aí que se dirigem os produtos poluentes, os lixos, as armas de elevados preços e as tecnologias obsoletas, completamente inadequadas à realidade local. São esses países que fornecem abundantemente aos mais ricos especialistas ali formados, depois aproveitados, sem custos de formação, nas metrópoles do capital (como os médicos imigrados para os hospitais dos EUA). Completamente varridos do combate que se trava nas áreas do capital intensivo, que dominam a economia mundial, têm de vender as matérias-prima e semi-elaboradas, ainda não substituídas por materiais sucedâneos, a preços cada vez mais baixos, para poderem importar os bens de que têm necessidade. Foram obrigados a abolir as barreiras alfandegárias e os regulamentos de vária ordem, com que procuravam proteger as produções locais, para dar luz verde à importação de mercadorias e capitais das grandes multinacionais. Manietados pela teia da economia global, viram as produções alimentares locais serem substituídas pela

Um activista senegalês

Issyakha, é alto, muito alto, mais de 1,90/m, negro retinto, desde há 5 anos em Portugal, com um sorriso bondoso a iluminar-lhe a face juvenil. Diz-me, num português razoável, que o grande problema, seu e de tantos outros como ele, é o da autorização de residência. Acrescenta que, por causa destes problemas, tornou-se sócio da Associação Solidariedade Imigrante, que tem mais de 4000 membros. Devido ao seu entusiasmo e disponibilidade tornou-se membro da Direcção, numa associação com pessoas de 60 nacionalidades diferentes. Procura manter contactos com Associações congéneres.

Uma nuvem tolda-lhe o olhar jovial, quando me informa que muitos imigrantes, indocumentados e sem saída, vivem em situação desesperada.

Esforça-se diariamente para que todos sejam tratados com dignidade. "O imigrante não é tratado como um ser humano, é uma simples máquina de trabalho, vítima de leis desumanas", acrescenta de semblante fechado. Mais adiante diz-me que não existe qualquer apoio aos imigrantes "ilegais", vítimas de um tratamento cruel.

Continuamos a conversar. Pergunto a Issyakha se sabe qual é a situação em toda a Europa Comunitária. Está informado da perseguição que se abate sobre os "ilegais" em toda a Fortaleza Europa. Acrescenta que não ignora que ele e os seus patrícios, todos seus amigos, são vítimas da globalização económica que destruiu os vínculos sociais e a produção tradicional das suas terras.

Num tom de voz mais elevado promete lutar para que todos tenham a legalização garantida, diz ainda, que a sua organização já pediu audiência a todos os partidos parlamentares, à qual só os de esquerda, em que ainda confia, anuíram. Os resultados dessas diligências estão à vista.

Pessoalmente exige que o seu filho, já nascido em Portugal, seja considerado português. Vai à escola com as outras crianças, fala e tem hábitos de menino português, no entanto a lei considera-o estrangeiro na terra que o viu nascer e onde vive. Porquê?

É das tais coisas "incompreensíveis", como aquela, finaliza o meu interlocutor, que impede os imigrantes de viajar pela Europa. Porquê?, pergunta mais uma vez, com um sorriso triste.

produção agro-in-dustrial das multinacionais. Esta situação força esses países a importar alimentos e a assistir, impotentes, às gigantescas crises famélicas que assolam, regularmente, as suas populações. Não há dinheiro, divisas, para comprar fora do país aquilo que, anteriormente, ali era produzido. Isto enquanto gigantescas quantidades de bens alimentares são destruídos nos países do centro capitalista. O dinheiro, a sede de lucro, comanda a vida.

Na actual fase pós-fordista da produção, o trabalho humano é substituído pela tecnologia da micro-electrónica e a informação instantânea. É nos chamados "serviços", que incluem venda de pipocas, distribuição de pizzas, atendimento de telefones, lavagem de janelas, segurança, arrumação de automóveis, guarda de armazéns de velhos e armazéns de crianças, entre outras aliciantes actividades, que se obtem emprego. Na produção é preciso competir com máquinas, cada dia mais sofisticadas, que dispensam a maior parte do labor humano e têm uma produtividade tremendamente superior. Por via disto, restam aos trabalhadores dos países "perdedores" duas alternativas, ou entram na economia informal, no desenrascanço da luta pela sobrevivência, ou tentam vender a sua força de trabalho cada vez por menor preço. Só por via de preços degradados podem competir com a elevada produtividade proporcionada pelos equipamentos de capital intensivo.

É também, devido a tudo isto, que o investimento de capitais nos sectores produtivos dos países perdedores da economia global se tem reduzido. Não é compensador para o capital. Resta o investimento no capital especulativo, muito mais lucrativo, tal como nos países do centro, aliás.

O aumento da intensidade de capital e o consequente crescimento da produtividade, tornou pouco atractiva a oferta de mão-de-obra barata do Terceiro Mundo. Pouco atraentes para o investimento privado, estes mercados caíram, por completo, na dependência do FMI e do Banco Mundial. São estes organismos que dão luz verde aos empréstimos usurários do sistema bancário internacional, do qual esses países se tornaram, completamente, devedores insolventes.

A globalização da micro-electrónica conduziu à destruição das economias nacionais dos países dependentes e à sua completa subordinação aos interesses do capital global hegemónico. Estas sociedades, completamente franqueadas à livre concorrência internacional, foram relegadas para parceiros menores no mundo das relações globais, por não atingirem os ansiados níveis de rentabilidade de capital.

Perante este panorama, as populações dos países pobres, dia a dia mais impedidas do consumo mínimo de sobrevivência, vêem-se relegadas a proscritos na paisagem do consumo global. Essas mesmas gentes, assediadas pelo espectáculo consumista, com que os meios de informação de massas invadem os pontos mais recônditos do globo, mostram-se dispostas a sujeitar-se seja ao que for para poderem sobreviver e aceder ao consumo.

As massas, engolfadas no consumo dos países ricos, vêem-se, assim, confrontadas com uma nova realidade. A miséria dos outros, dos pobres, da maioria, só antevista fugazmente em reportagens exóticas na televisão, entra-lhes pela casa dentro. Os pobres do terceiro mundo e do leste, estão aí, espalhados pelas ruas, pelas praças, nos transportes e jardins. Pior ainda, "que faz e de onde vem aquele senhor de turbante que ali vai?" "É do Bangladesh?" "Por que veio de tão longe?" "E aquele, louro e forte, que está a pintar o prédio da esquina?" "É médico e veio da Rússia?" "E a caixa do supermercado, era bancária na Roménia?" Como é possível? Será que também nos vai tocar a nós? Se até na Argentina, onde se vivia tão bem, para onde emigraram tantos portugueses, agora não há dinheiro e se passa fome. Da Argentina, de onde vinha carne excelente. Tudo isto dá que pensar. E, pese embora as mensagens anestesiantes dos senhores da política e do espectáculo, dos apelos para que ninguém pense – pensar é interdito não tarda nada –, um mal estar latente vai-se instalando nas populações.

Apesar de todos os apelos e exortações aos deserdados do mundo, os quatro quintos da humanidade, dissimulada pelo enredo do exotismo e da indiferença, recusam-se a morrer à fome, tranquila e pacificamente, nas suas terras. Cada vez em maior número entram-nos portas adentro e apresentam-nos a factura da sua miséria, da nossa miséria. O

Os que vieram da Roménia

São sete pessoas, todas fugidas à miséria da antiga ditadura socialista de Ceausescu e da actual ditadura do dinheiro na Roménia.

Rodeiam-me, curiosos, mas a comunicação torna-se difícil, só falam o idioma do berço. Até que surge um amigo dos restantes, que se expressa num francês correcto e faz a tradução. Professor de francês na sua terra, saiu de lá com visto de turista. Já esteve em França mas sentiu-se marginalizado e não encontrou emprego. Lá como cá, sem emprego não há legalização.

Um outro diz-me, através do improvisado intérprete, aquilo que já anteriormente ouvira "Os patrões aproveitam-se da situação ilegal de muitos imigrantes para lhes pagarem menos".

O professor de francês está em Portugal há dois meses e meio, mas continua sem encontrar emprego. Uma senhora de meia idade diz-me que trabalha já há muitos meses na cozinha de um restaurante, mas a sua situação continua ilegal. Duas jovens filhas, por entre a curiosidade e os risos, dizem que a situação é má, mas no seu país é ainda pior com a miséria absoluta.

O meu interlocutor diz que, na Holanda, onde também já esteve, a situação para os imigrantes é semelhante à que se vive em Portugal. São tolerados, mas dificultam-lhes a legalização e, em qualquer momento, podem ser expulsos.

O marido da ajudante de cozinha intervém, então, para afirmar que, no seu entender, só os Governos podem resolver o problema dos imigrantes e proporcionar-lhes outras condições de vida.

Nessa altura, todos falam ao mesmo tempo, sem que os consiga entender. O improvisado tradutor diz-me que todos reclamam a revalidação dos seus vistos e a legalização da sua situação.

O professor de francês retoma a conversa para acusar os governantes. Não permitem a legalização dos imigrantes que, assim "ilegais", não podem desempenhar uma actividade profissional de acordo com as suas habilitações.

Todos eles referem, também, as dificuldades em desempenharem determinadas actividades profissionais devido ao facto de não dominarem o idioma português. Quanto à aprendizagem, não há apoios, não há escolas, não há nada. "Parece que não querem que a gente saiba o vosso idioma", conclui à despedida, com um sorriso trocista.

pânico começa a insinuar-se nas mentes da sua gente. São tantos, e se vêm mais... Na impossibilidade de atingirem o nível de consumo mínimo, resta aos pobres um caminho, irem para o centro, tentarem a aventura em terra estranha, que lhes permita, mais tarde, quem sabe, viver de outra forma no seu rincão. É o sonho de todo o emigrante, como os portugueses bem conhecem.

Enquanto isto, cada vez mais regiões do planeta são excluídas do ciclo de valorização do capital. Isso acontece em toda a África ao Sul do Saara e na maior parte da Ásia, onde os reclamados tigres asiáticos foram domesticados pela crise monetária. Também praticamente em toda a América Latina e no antigo Bloco de Leste, em particular naqueles países que constituíam a defunta URSS, a miséria se abate. Esses países, uma vez abolidos os impedimentos à entrada das companhias estrangeiras e destruídas as normas de produção dos seus mercados internos, tor-

Gente do Bangladesh

Consigo chegar à fala com um pequeno grupo de homens que supunha paquistaneses. Um dos quatro que me cercam esclarece-me, num incipiente inglês, que são do Bangladesh. Abordam-me ansiosos. O seu quotidiano é feito de humilhações e de desprezo. O que tenta exprimir-se em inglês diz-me que trabalham nas obras e têm problemas de toda a ordem. Nessa altura, para se fazerem entender melhor, vão buscar uma outra personagem.

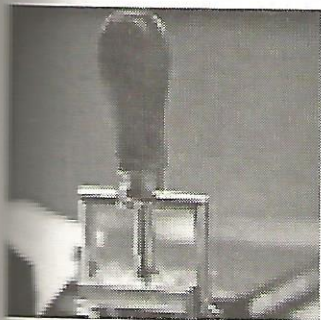
Daí a pouco voltam com um compatriota, mais velho alto e forte. Enverga a túnica tradicional do seu país e ostenta turbante e uma abundante barba branca.

Num inglês fluente diz-me, depois de me ter voltado a identificar como membro da Revista Utopia, que ele e os seus patrícios são seres humanos e exigem ser tratados como tal. "O senhor, quando necessita de qualquer documento, onde é que se dirige?", pergunta-me. Depois de lhe responder que vou aos serviços respectivos, conclui: "Nós, não! Temos que ir à polícia. Todos os nossos assuntos são matéria de polícia, que nos maltrata, trata-nos como criminosos". Acrescenta, sob o olhar atento dos restantes: "Nós somos os novos escravos. O dinheiro pode deslocar-se para onde quiser, nós não!"

Nessa altura, o primeiro interlocutor, Memmood, intervém para salientar os problemas com a legalização que a todos aflige. "Os patrões recusam os documentos comprovativos de trabalho para nos pagarem menos", afirma tranquilo, mas determinado. O mais velho Hussain retoma a fala, sob o olhar aprovativo dos restantes: "Somos submersos em problemas de toda a ordem, são os atestados de residência, são os atestados do patrão, é tudo". Acrescenta, em tom veemente que eles trabalham tanto como os portugueses e ganham menos, os patrões aproveitam-se da sua situação. Nem sequer se podem deslocar de uma região para a outra. São autênticos prisioneiros.

Nessa altura um outro, que não se consegue exprimir senão no seu idioma natal, mas parece adivinhar o que se diz, pede a Memmood que traduza a sua queixa, a queixa de muitos patrícios que com ele trabalham numa grande obra. O patrão paga-lhes menos do que metade daquilo que paga aos restantes trabalhadores.

"Nós somos seres humanos, não somos animais", repete em tom indignado o velho Hussain.

Trocamos contactos e despedimo-nos. Eles ficam à espera do próximo número da Utopia, aquela da sua entrevista, eu mantenho ainda nos ouvidos a expressão desesperada do ancião: "Nós somos seres humanos!"

naram-se completamente dependentes de um jogo que não dominam, a brutalidade da concorrência global.

Na actual fase do capitalismo, são cada vez menos os migrantes internos desses países que conseguem as condições mínimas de vida, nos gigantescos subúrbios das suas explosivas cidades. Paralelamente, reflectindo a luta pela sobrevivência, a migração internacional cresce fortemente. Na maioria imigrantes "ilegais" são vítimas de uma exploração brutal e extrema. Vivendo na ilegalidade, submetem-se às condições mais desumanas. Sentem-se, cada vez mais, submetidos a condições inseguras. Só alguns conseguem a ansiada legalização. O instrumento da legalização é manejado de acordo com as necessidades dos capitalistas, que pedem mais ou menos imigrantes, consoante os negócios lhes correm de feição ou não. O Estado abre ou fecha o torniquete da legalização para corresponder aos interesses da "economia nacional", isto é, às necessidades do capital.

Face à concorrência selvagem que se desenvolve a nível mundial e às consequências adversas que daí derivam para as populações, cresce na Europa e nos restantes destinos da imigração, um sentimento anti-imigrante. A eles é atribuída a culpa da situação que os "nacionais" vivem, com o consequente desenvolvimento de sentimentos racistas e o encerramento das fronteiras. Enquanto os imigrantes servem de bode expiatório para "explicar" as misérias dos autóctones, a manobra do legal/ilegal é habilmente utilizada pelos diferentes governos. Banidos do uso da lei,

Professor uninersitário na Ucránia e arrumador de carros em Portugal

Sento-me à mesa com Vladimir, um ucraniano de 43 anos que, muitas vezes, me arruma o carro. O seu aspecto, os seus cuidados com a higiene e os seus bons modos tinham-me chamado a atenção. Depois de saber de quem se tratava convidei-o a conceder uma entrevista à Utopia, ao que anuiu.

Vladimir é natural da cidade de Ivano-Francovsr, na Ucrânia Ocidental. Em 1981 terminou, ali, a sua licenciatura, em História, após a qual leccionou durante três anos na Escola Normal. A sua mulher é professora de Inglês na mesma Escola e continua a residir na mesma cidade com as duas filhas do casal, de 12 e 10 anos.

Após três anos como professor do secundário, Vladimir deu entrada na Universidade de Kiev, onde se doutorou em História. Durante 10 anos foi professor nesta Universidade.

Na tentativa de melhorar a sua situação económica, o professor universitário ganhava 150 dólares mensais, aceitou um convite para consultor de uma empresa privada. Na sua qualidade de consultor, desenvolveu vários estudos sobre a Ucrânia e a sua história, até que a empresa entrou em colapso e deixou de pagar.

Nessa altura, vários amigos, que tinham partido para a União Europeia, incentivaram-no a imigrar. Muita gente na Ucrânia dizia que em Portugal era possível encontrar emprego. Dirigiu-se a uma agência de turismo, que lhe arranjou um visto turístico, não português, para entrar em Portugal. Custou-lhe 1000 dólares americanos. Meteram-no num mini-autocarro, juntamente com onze patrícios nas mesmas circunstâncias e desembarcaram-no em Portugal sem mais palavras, nem recomendações.

Chegou a 7 de Janeiro de 2000. Não conhecia nada nem ninguém. Ignorava tudo, desde o idoma aos costumes locais.

Não desanimou e procurou, por todos os meios, encontrar trabalho. Conheceu dois indivíduos da Moldávia que lhe propuseram trabalho e lhe exigiram 400 dólares pelo "serviço", que teve de pagar.

Começou como servente de canalizador, em Carnaxide, numa obra municipal. O patrão, de nome Adriano, era um romeno com residência em Portugal. Só trabalhou 10 dias, o dito Adriano disse-lhe que já não precisava dele, não tinha trabalho e mandou-o embora. Era o princípio de uma agonia anunciada.

(continuação)

Estava-se em Janeiro e não tinha dinheiro para arranjar casa. Entretanto, aqueles que tinham vindo com ele tinham-se dispersado pelo país em diversos empregos ou na sua busca.

No meio destas dificuldades conseguiu arranjar um outro trabalho. Para isso teve de pagar 200 dólares a prestações, em três meses. Trabalhava em Espaços Verdes, o patrão, António Alba, pagava-lhe cerca de 180 contos mensais. Este emprego manteve-se até Julho, quando o António Alba o avisou que já não havia mais trabalho.

Após mais esta experiência, um amigo obteve-lhe um emprego no Algarve. Para ali se dirigiu e iniciou-se na agricultura, na recolha de laranjas. A actividade acabou em Outubro. Uma vez mais desempregado, valeu-lhe um lugar de servente numa obra da Baixa da Banheira. Ali se manteve até fins de Maio.

Enquanto isso procurou regularizar a sua situação. De Janeiro a Abril contactou, constantemente, a Embaixada para obter documentos. Entretanto, pedia um contrato válido ao empreiteiro da Baixa da Banheira para obter o indispensável visto de permanência, mas o patrão não tinha licença, também ele não tinha a situação regularizada.

A partir de Julho de 2001 começou a frequentar, em Lisboa, a Igreja Ucraniana de S. Jorge, em busca de apoio. A certa altura o padre disse que um importante empresário do Norte precisava de trabalhadores. Fornecia casa e boas condições, chamava-se Alexandre Abreu e era uma pessoa muito séria, acrescentava o padre, solícito.

Perante esta perspectiva, decidiu-se. Juntou-se com mais três amigos e aí foram eles, rumo à Guarda. Ali chegados, foram recebidos com inúmeras promessas. O dito Abreu dizia que nada lhes faltaria, até os primeiros dias seriam apenas para adaptação ao local e ao trabalho, que ele pagava tudo.

Mais uma vez era vítima do embuste dos novos negreiros que inundam a paisagem dos "dinâmicos empreendedores portugueses". O Abreu não tinha as indispensáveis licenças para conduzir actividades industriais ou de construção. Restou-lhes passar a trabalhar na agricultura, nas terras do patrão. Pagava-lhes 70 contos mensais, com 10 horas de trabalho diárias. A velha casa, em ruínas, em que os instalou, não tinha telhado e, quando reclamaram, respondeu que depois lhes forneceria materiais para a reparar. Ainda por cima o casebre era rodeado por uma cerca, na qual se amontoavam 50 porcos.

Quando, ao fim do mês, recebeu o ordenado, lá constavam os mais diversos descontos, incluindo o do IRS.

os "ilegais" não se podem defender da exploração mais atroz.

É necessário salientar que a imigração económica não compreende o total da imigração mundial. O mercado mundial, com a produção completamente desregulamentada nos países pobres, conduz à destruição das condições naturais de vida, expulsando milhões de pessoas das suas terras. Segundo a Cruz Vermelha Internacional há, hoje em dia, 500 milhões de refugiados ambientais, forçados a abandonar as suas terras por causa da erosão dos solos, da desertificação, da falta de água e outras "catástrofes naturais".

A esta causa é preciso acrescentar aquela que se deve às guerras civis e outras (só em 1993

foram 53). Com a perda das bases económicas nacionais e a crescente polarização regional, a coesão estatal fragilizou-se, com o surgimento de formas extremas de conflito nas zonas onde a integração nacional-estatal foi mais precária.

Hoje, mais do que nunca, o capital não tem pátria, é uno e global. Apesar disso, com o máximo dos desplantes, os senhores da política e os epígonos do capital, continuam a martelar-nos as meninges com os "sagrados valores da Pátria", numa patética tentativa de nos obscurecerem a razão, através da ideologia.

Enquanto os imigrantes são caluniados e perseguidos, o capital e as empresas instalam-se onde bem entendem. Nada de surpreendente, num mundo em que a mercadoria e o dinheiro, seu fetiche supremo, reinam a seu belo prazer. O homem só interessa enquanto mercadoria e, se o imigrante não é necessário ao capital, se não pode transformar as suas capacidades em trabalho – em mercadoria –, é dispensável. Uma não mercadoria, ou melhor um homem não gerador de valor, de mais mercadoria, é absolutamente desnecessário. Por isso, quatro quintos da humanidade são abandonados como totalmente su-pérfluos para aquilo que interessa ao capital, a integração no circuito do valor. Substituídos por máquinas sofisticadas, não encontram trabalho. Não há salários para todos aqueles que não proporcionam mais-valias. São dispensáveis, abandonados, juntamente com as fábricas e os campos que não geram o ansiado lucro.

Esquecem os servos do dinheiro e os seus amos, que as migrações são parte intrínseca da natureza,

(continuação)

Vladimir, rapidamente, apurou que os descontos não davam entrada nos cofres dos serviços respectivos. Era mais um roubo do Abreu que, confrontado com esta realidade, retorquiu que se quisessem trabalhar teria de ser nessas condições.

Ainda se manteve alguns dias, mas quando o patrão respondeu aos seus protestos, por causa do grunhir dos porcos, que não os deixavam dormir, que porco era ele Vladimir, não aguentou mais. Fez a mala, despediu-se dos colegas, meteu-se na camioneta e regressou a Lisboa.

A partir de 10 de Outubro estava na capital. Aqui obteve, através de uma amigo, um trabalho em Cascais. Era um serviço duro, 10 horas diárias numa obra. Um dia, saído do combóio, estafado, sentou-se num banco de um jardim. Eram 11 horas da noite, três meliantes aproximaram-se dele. Um deles encostou-lhe uma faca ao pescoço e roubou-lhe a mala, que continha os documentos e o dinheiro que possuía.

Participou a ocorrência na esquadra da zona e, no dia seguinte, foi à Embaixada. Desde então é visita assídua daquele espaço, na busca de novos documentos. A falta de equipamento daquela representação diplomática, reflexo da penúria do país, tem adiado sucessivamente a emissão de novos documentos. Agora dizem-lhe que em Junho próximo já terão a máquina indispensável para esse fim. Será desta? Está confiante que sim. Sem documentos o inferno da sua vida atingiu os derradeiros limites. A última oportunidade foi "arrumar carros".

Mas continua perseverante. "Não vou desistir, nem roubar", diz-me de forma eloquente, num português bem pronunciado. Aprendeu o idioma do país por conta própria, através de dicionários, sem conhecer qualquer língua latina. Só alemão e um pouco, muito pouco, como tive ocasião de verificar, de inglês.

Sobre a situação na Ucrânia, diz-me que a vida é de miséria. A mulher, como os restantes professores do ensino secundário, ganha 200 Euros mensais. "Isso dá para comprar o quê?", pergunto. "Paga a renda de casa, a água e a electricidade e acaba-se o dinheiro do salário", esclarece. Grande parte dos preços já atingiram níveis semelhantes aos que se praticam na União Europeia, mas não os salários, claro!

(Continuação)

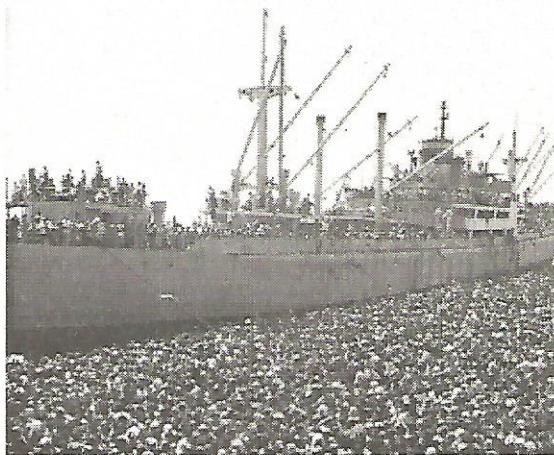
Um operário especializado, das fábricas que ainda funcionam, situadas maioritariamente na Ucrânia Oriental, ganha cerca de 50 Euros por mês. Pior, a maior parte destes trabalhadores trazem os salários em atraso, de 6 meses, 1 ano... Mais ainda, muitos dos trabalhadores recebem em bens, batatas, farinha e outros géneros alimentares.

Grande parte dos campos do antigo celeiro da Europa estão abandonados. Não há equipamentos, sementes, obras hidráulicas, nem dinheiro que chegue aos campos da Ucrânia. Quanto às fábricas, umas estão abandonadas e muitas outras funcionam com equipamentos obsoletos. "A vida é muito triste por lá", repete.

Perante semelhante relato pergunto se a população não protesta. Responde que o povo tem medo, vivem sob uma ditadura, com a aparência democrática, e viveram, sob o regime soviético, uma opressão terrível. As pessoas eram perseguidas, assassinadas, presas e exiladas para a Sibéria. Isto criou um clima de medo generalizado. Acrescenta ainda que a vida, no seu país, só é boa para os ricos. Fazem o que querem, ganham o que querem e vivem como bem entendem. Recentemente um alto governante roubou uma fortuna, conclui.

A meu pedido esclarece o motivo da vinda de tanta gente do seu país para este pequeno canto longínquo, da Europa. Há 10 anos começaram por emigrar para a Alemanha, já que a Polónia, o país fronteiriço, a Ocidente, pouco melhor é. Na Alemanha acabaram por ser reprimidos, iniciando uma segunda fase de imigração para Espanha, onde lhes veio a acontecer o mesmo. Agora, na terceira fase, vêem para Portugal. Para onde irão no futuro?

Quero saber, por fim, como consegue viver, onde se aloja. Revela que, juntamente com três amigos, ocuparam uma casa devoluta, das milhares que se espalham nessas condições, pela cidade. Ali dormem e tratam da sua higiene.

Quanto à família, claro, tem saudade, mas nem quer sonhar com o reencontro. A Vladimir, os sonhos têm-se revelados horríveis pesadelos.

de todos os animais e, também, do ser humano. Só uma organização social baseada na autoridade, na hierarquia e na obtenção do lucro acima de tudo, pode estruturar-se de forma a impedir a realização plena da natureza do homem. Não é difícil imaginar uma outra sociedade onde o ser humano se possa deslocar para onde bem entenda.

Era isto que acontecia antes do aparecimento das formas actuais do Estado moderno...

Os seres humanos deslocavam-se para todas as regiões, em busca de melhores condições de vida, na aventura – bem humana – da revelação do desconhecido, do que bem entendiam, sem preocupações de fronteiras, barreiras artificiais criadas pelos poderes das várias regiões do globo para preservar os seus interesses.

Notas & Comentários De Toda a Parte

André Kelb

Nas mãos da canalha

«A liberdade não é a prerrogativa de escolher um dono. A liberdade é a impossibilidade da existência de donos.»

A Ordem & Norma renasceram com o estrondo dos atentados de 11 de Setembro, em Nova Iorque. As imagens de 'fim de mundo´ que acompanham esse renascimento podem embalar e acelerar vertiginosamente. Uma vez que a determinação do governo dos E.U.A. e seus clientes de prosseguir, por todo o mundo, com as atrocidades e com o "comunismo de mercado" dos Estados ricos, isto é, a mundialização da economia dos "planos quinquenais" do grande capital, levam-nos lentamente, mas com precisão, para um sistema mundial onde todos os poderes ficam nas mãos da alta

finança cosmopolita, protegida pela vigilância securitária e repressiva das polícias, das invasões militares e humanitárias. Conhecemos bem tudo aquilo que os senhores do mundo são capazes.

O que acontece no mundo ecoa em Portugal. A um governo de esquerda sucede-se um governo de direita. Ao presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, membro da maçonaria, sucede-se o presidente da A.R., Mota Amaral, membro do Opus Dei. Enfim, o hábito.

Os verdadeiros dirigentes do mundo não são os fantoches que discursam diante do ecrã, mas sim, os membros das organizações oligárquicas mais ou menos secretas.

Quem está por detrás, por exemplo, dos executantes islamitas, de Georges Bush, de Ariel Sharon, ou, inclusive, de Durão Barroso, senão os verdadeiros comandantes, respectivamente, dos atentados de terror, das guerras pela hegemonia, do fanatismo e das atrocidades, dos grandes interesses económicos e de 'frouxas' ou 'duras' «acções políticas»?

Uma coisa parece segura, a tecnologia doentia transformou a vida societária, imposta pelos senhores do mundo, num espectáculo artificial em total contradição com a própria essência dos seres-humanos e da natureza. Conforme a tecnologia moderna progride, o bem estar dos indivíduos é sacrificado pelos enormes lucros das poderosas empresas financeiras. Obrigados ao trabalho da produção cancerígena, os indivíduos despossuídos encontram-se na imobilidade desamparada pelo caminho da miséria.

Repetimos: a lei do mercado é a lei do mais rico, do menos escrupuloso. Segunda repetição, a resposta somente se encontra na própria capacidade de acção autonómica dos despossuídos - de fora de todos os partidos, religiões, sindicatos, de todas as instituições de espírito governamental, hierárquico.

Tudo isto implica, inevitavelmente, uma revolução (não se pode transformar e mudar a vida sem saber), no interior de cada um, libertando-nos dos malefícios da submissão, de uma educação e formação autoritárias; uma profunda mudança nos conceitos de civilização.

Sem ética, a ciência conduz a humanidade ao suicídio e à destruição. Se nada for feito para impedir a tecnologia de acelerar o seu ataque sobre a natureza e os homens, eles serão definitivamente reduzidos à condição de simples peças de uma máquina social infernal.

Sem ética, a luta pela transformação e a mudança de vida, será, como foi no passado, mais uma falsificação, mais uma mentira, mais uma nova opressão. Se nada fizermos para impedir a subordinação do indivíduo à sociedade ou ao colectivo, o mundo esquecerá que um indivíduo, qualquer que ele seja, é um ser humano, único.

A nossa época tem a sua principal expressão na obrigação de trabalhar ou procurar trabalho, no consumo e na tecnologia, ela oferece imagens e slogans sonantes, fáceis de digerir, mas que nos impedem de ver o espectáculo de uma aterradora dominação sob as nossas liberdades mais essenciais.

Assim, mesmos os acontecimentos mais evidentes da sociedade governamental, logo capitalista, ajudam a tarefa da zombificação colectiva. É o caso do «terrorismo», da «insegurança», da «crise económica», transformados pelo poder em fontes de infinitas manobras de diversão.

A intrujice domina o mundo. A alienação das mentes, os falsificadores de todas as cores e os produtos nocivos disputam entre si a vitória na dialéctica de morte, dirigindo a sobrevivência deste mundo dividido e gangrenado pelo dinheiro e pela tecnologia cancerígena.

Do «sacrifício pela liberdade»

«Quando à entrada de um porto vires uma estátua gigantesca da Liberdade, põe-te de sobreaviso.»

B.Traven

De visita, em Maio, a França (o país da Europa que tem a imagem mais negativa dos E.U.A., dizem), George Bush e o seu hómologo e anfitrião francês, Jacques Chirac, defenderam o «sacrifício pela liberdade» que, prometeram, «será perpetuado na luta contra a barbárie terrorista».

Parece ter sido Jean Genet que propôs atribuir a palavra atrocidade a toda a violência levada a cabo pelos Estados e chamar-se violência a todo o acto violento praticado pelos governados. É que, e agora cada vez mais, o processo de destruição/falsificação das palavras alcança aquilo a que Orwell chamou de *novilíngua*. Muitas das palavras usadas pelos governantes são esvaziadas do seu real significado ou indicam precisamente o contrário daquilo que deviam significar.

Pedem sacrifícios em nome da liberdade e da democracia para fazer a guerra e isto são coisas suspeitas. Particularmente quando os Estados fazem a guerra em nome da liberdade e da democracia. Logo que ganham a "guerra da liberdade", os indivíduos são privados de quase todas as liberdades. E é natural que assim seja, porque quem ganha a guerra é precisamente "a liberdade". Coisa que, ou não existe de todo, ou morre sob o peso de tantas centenas de milhar de leis, ordens, decretos, disposições e obstáculos policiais, só restando gritos e gesticulações em volta duma liberdade mitológica. Haverá liberdade quando o indivíduo possuir, não o direito abstracto, mas sim, a força real para satisfazer as suas necessidades e aspirações sem necessitar de exercer a coerção sobre os demais.

Max Stirner, hegeliano?

«O liberalismo político submete-nos ao Estado. O socialismo subordina o indivíduo à sociedade. O humanismo reduz o indivíduo à condição de roda dentada da humanidade. Este sentimento cristão, submete sempre o indivíduo a uma abstracta generalidade; últimas forças da dominação do espírito, da hierarquia.»

Max Stirner

O jornalista Torcato Sepúlveda, num suplemento semanal de um conhecido diário português, interrogado sobre os livros que gostaria de ver editados em Portugal respondeu: «O Único e a Sua Propriedade, do libertário e hegeliano Max Stirner».

O desejo de Torcato irá ser realizado.

De facto, a editora "Crise Luxuosa" já anunciou, na Primavera de 2000, a publicação (juntamente com as edições "Nihil Obstat") dessa fonte de água cristalina e sempre virgem na qual beberam os filósofos e os revolucionários do século XIX e do sé-

culo XX, e na qual continuarão a beber as gerações vindouras. "O Único e a Sua Propriedade", em língua portuguesa, com tradução de Lumir Nahodil e editado pela "Crise Luxuosa - Nihil Obstat", está prevista para 2003.

Mas será Max Stirner de "O Único e a Sua propriedade", ou de "Os Falsos Princípios da Nossa Educação", hegeliano?

Nesse vital livro, Stirner defende uma posição anarquista baseada no indivíduo. Stirner diz que o interesse do indivíduo é a medida do mundo. Isso fez com que os hegelianos o criticassem, bem como os marxistas e alguns escritores anarquistas que se fundamentam no conceito comunista. Embora haja quem defenda a existência de «uma tradição hegeliana» na obra de Stirner, por exemplo, Fredrich Engels disse que o livro de Stirner era a culminação da concepção hegeliana do espírito absoluto, já, por exemplo, Karl Marx considerou Stirner como um perigoso apologista da burguesia decadente.

Ainda estudante em Berlim, Stirner gastou algum tempo da sua curta vida a socializar com o grupo conhecido por "Jovens hegelianos". No entanto, como salienta Stepelvich, citado por Andrew Koch na revista inglesa "*Anarchist Studies*" de Outubro de 1997, «Stirner não emprega no seu livro nenhum dos conceitos hegelianos, não existem referências á dialéctica, não usa a tríade hegeliana, e também não existe a técnica de linguagem hegeliana». Stepelvich vai mais longe, «O Único e a Sua Propriedade pode ser interpretado como um ataque a Hegel».

Mas, particularmente, Stirner ataca a «ideia fixa», o dogma. Esta posição nega a verdade superior reclamada pelo Estado, tal como nega, a santidade da decisão tomada colectivamente. A defesa da existência da tradição hegeliana no livro de Stirner não pode ser fundamentada. Hegel defende o Estado como reflexão do espírito universal. E isso, para Stirner, é uma fantástica aberração com vista a justificar a dominação do Estado. A. Koch, acima citado, diz-nos: «No Estado hegeliano não pode existir o 'Eu'. Para Stirner, não pode existir nada mais repugnante do que isso».

Max Stirner, aliás Johann Caspar Schmidt, nasceu em Bayreuth, sudeste da Baviera, a 25 de Outubro de 1806 e morreu em Berlim, no dia 23 de Junho de 1856, na pobreza, se considerarmos que ser pobre é não possuir nem dinheiro nem bens. Na riqueza, se considerarmos que ser rico é ser dono de si próprio, vivendo as suas próprias ideias, sentindo-se único no meio do turbilhão dos homens-zero que, sem se darem ao trabalho de pensar, embatem aos berros uns contra os outros.

Do espírito burguês e da sua superação

«São muito poucos aqueles que lutam contra a corrente.»

P. Kropotkine

c) O burguês edificou o regime capitalista moderno fundamentando-se na liberdade total de qualquer um produzir mercadorias e lucrar. O que o leva à competição desenfreada para conseguir acumular dividendos.

Tudo isto é próprio da «economia dinâmica» do espírito de empresa da burguesia de ontem como da burguesia pós-modernista de hoje. Passa-se por cima de qualquer um e de tudo. Toda a novidade que promete maiores rendimentos é de imediato posta em prática. Uma lógica funcional, "científica", supera qualquer grosseiro empirismo. Perspicácia, objectividade, rapidez calculada, mente desperta e difícil de enganar; são qualidades que o burguês adquiriu com a sua prática mercantil. Mas, este engenho, prático, realista, não serviu unicamente para acumular fortunas ou derrotar adversários. Com ele, apareceu uma novíssima concepção do Homem e do mundo que resultou numa mudança radical de valores. Os ideais da burguesia são estritamente materiais e qualquer um, hoje em dia, reconhecerá que esta concepção da vida penetrou até às zonas mais recônditas das nossas vidas.

Assim, muitas das características do espírito burguês não são exclusivas da burguesia. Também o assalariado, o desempregado ou aquele que consideramos ser "uma boa pessoa" preferem os bens materiais e os gostos do burguês.

d) Acredito que a superação deste tipo de mentalidade só é concebível transformando-a. Para que o indivíduo ressurja mais autêntico do que o de hoje. Com o espírito aberto, mais sincero do que hipócrita. É o nosso comportamento que define uma ética e uma estética de vida, seja qual for a sociedade onde vivemos ou uma dada época. Por isso, é reprovável a atitude daqueles que "cagam nos outros" para conseguirem os seus propósitos. E, essa atitude, ainda é mais infame quando ela vem de pessoas tidas por generosas e impolutas.

«Ainda sou do tempo em que podíamos gozar da ilusão da felicidade comunista»

Clara Pinto Correia in J.L.

A felicidade comunista sempre foi para muitos, e não da direita política, uma grande mentira. E isso, muito antes da queda do muro da vergonha ou de Berlim, em 1989.

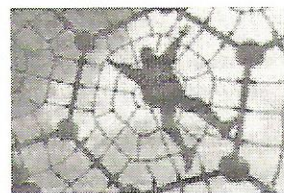
Já em Abril de 1918 mais de mil homens das tropas especiais da Tcheka (polícia política fundada pelos bolcheviques e mais tarde denominada KGB) assaltaram, em Moscovo, duas centenas de casas ocupadas por anarquistas. Depois de várias horas de duros combates, 525 anarquistas foram presos e 25 sumariamente executados como «bandidos», uma designação que, a partir de então, ia servir para designar os operários em greve, os desertores ou camponeses insurgidos. No ano seguinte, os «bandidos» camponeses ucranianos, conhecidos por movimento makhnovinista, ergueram-se contra a felicidade comunista de armas na mão. Queriam viver como donos da sua própria vida, cultivar juntos a terra, mas, decidindo pela sua própria cabeça, sem representantes, nem comissários políticos e, muito menos aceitavam viver debaixo da ditadura do partido que instaurou a pena de morte, dissolveu os sovietes e criou a terrível polícia política, *Tcheka*, fundamentalmente dedicada, numa primeira fase, ao extermínio de partidos de esquerda e dos anarquistas. Em 1921, os marinheiros de Kronstadt, heróis da revolução contra o czarismo, levantaram-se de armas na mão contra a ditadura do partido comunista russo. Em nome da felicidade comunista, em Kronstadt, Lenine e Trostky, enquanto monarcas absolutos da Rússia, foram os responsáveis pelo assassinato de mulheres,

de crianças, de idosos e de homens do povo. Por meio de tiros e de bombas lançadas de aviões esmagaram todos os protestos da população. Antecipando as invasões dos tanques do partido comunista russo, enviados para esmagar os protestos e insurreições dos povos que ficaram sob o jugo da sua hegemonia. Em Berlim-Leste, em 1953, em Budapeste, em 1956, em Praga, em 1968...

A lista é interminável. Se porventura não houver nada mais 'à mão', «O Livro Negro do Comunismo» deve ajudar a C.P.C. a compreender que existiram mulheres e homens que nunca tiveram qualquer tipo de ilusão sobre a «felicidade comunista» e o único «gozo» dessa «felicidade» foi terem sido sujeitos à perseguição, prisão, tortura, trabalho forçado e fome, obrigados ao exílio ou à morte.

A antiga militância de C.P.C. na defunta UEC (União de Estudantes Comunistas) - Partido Comunista Português, não foi exatamente uma performance revolucionária ou vanguardista. Deverá ter sido só ignorância. Não acredito que uma mulher como a C.P.C., enquanto jovem à procura da felicidade (e hoje a dar-nos a satisfação de a vermos nua, na revista do pesado semanário português, da cintura para cima e defronte de uma lareira), fosse mal intencionada. Não! Os jovens, por vezes, militam no campo conservador e dogmático, porque gostam de pensar que só eles, e o seu grupo, possuem a 'verdade'. Mesmo quando, a 'verdade' do «socialismo real» - fase de transição para a «felicidade comunista» -, na ex URSS e países satélites, fosse uma grande mentira. Pior, ela foi, no século XX, não só a peste dos intelectuais, como se traduziu, e traduz (em Cuba, na China, na Coreia do Norte), no horror de uma feroz ditadura.

Ainda sou do tempo em que arriscávamos gozar com as meninas e os meninos da UEC. Quando esses meninos & meninas passavam, empertigados com as tarefas que os seus controleiros lhes impunham, os dois ou três anarquistas que nós éramos, gritávamos: UECUECUEC, que, dito rapidamente, se confunde com o grasnar dos patos. "Patos bravos", obviamente.

A falsa oposição entre o trabalho e o desemprego

A sociedade do trabalho assalariado, garantida e defendida pelo Estado, tem dois slogans: Trabalhadores, lutem contra o desemprego e caguem no resto! Desempregados, humilhai-vos a mendigar um emprego que nunca ireis ter.

A resolução de um problema depende sempre do seu enunciado, o que significa que um problema mal colocado nunca pode ser resolvido. É o caso, por exemplo, do desemprego, que nos dizem ser, sempre, a primeira preocupação dos nossos sucessivos governantes. No entanto, há três décadas consecutivas que este problema se agrava sem encontrarem uma solução durável, já que, os termos da sua exposição impedem, talvez de modo preciso, a sua resolução. Se deixarmos de opor, de modo artificial, o trabalho assalariado ao desemprego, o mistério revelar-se-á pouco ou nada misterioso. Mas, para operar uma tal mudança, é necessário questionarmos a

função do desemprego na sociedade da ordem e da norma, onde a identidade de cada um é essencialmente determinada pelo trabalho, logo o Estado.

Trabalho e desemprego não são antagónicos, pelo contrário, complementam-se e são necessários à boa marcha da forma social e económica do presente mundo. Com efeito, o desemprego é uma consequência do trabalho, pela ameaça que ele constitui sobre cada assalariado. Ao mesmo tempo, impõe a cada um condições de vida cada vez mais precárias, uma vez que, cada vez mais, as condições de vida encontram-se adaptadas a só satisfazerem as necessidades e os apetites da «globalização da economia», ou «comunismo de mercado», dos Estados ricos. E, o objectivo desta não é, como era para o artesão, a satisfação do trabalho bem feito. Agora, a maioria dos trabalhadores que ainda trabalham são colocados em tarefas estúpidas e na produção de nocividades.

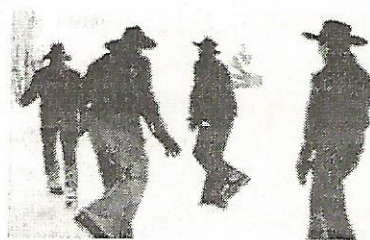
Além disso, o capitalismo para prosperar, nos países ocidentais, contenta-se com um número reduzido de trabalhadores, e estes, contentam-se em fazer parte do que ele impõe e vende.

Assim, o desemprego é a verdade do trabalho e, no mundo onde o dinheiro é tudo e os seres humanos nada, a única atenção reservada, se possível, àqueles que ainda são menos do que nada é a de não os deixar morrer de fome, 'coisa' que acontece diariamente (existem no mundo, segundo o relatório de Março de 2001 da ONU, 1.300 milhões de esfomeados).

A verdadeira alternativa não opõe o trabalho assalariado ao desemprego, mas uma actividade livre e nutrida – que terá de ser inventada – ao trabalho compulsivo.

Tomemos nas nossas mãos tudo aquilo que nos diz respeito

«A emancipação individual, e colectiva, de toda a forma de tutela não será definitiva, enquanto a nossa actividade não for integrada no nosso deleite de viver.»

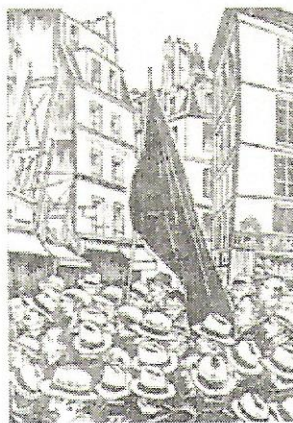
Olinda Celeste, in Obras inacabadas, vol 1

No processo actual de destruição/falsificação absoluta, onde a autenticidade das coisas, das ideias, ou dos comportamentos, tem somente valor publicitário, isto é, mercantil, a verdade crítica acaba por ser entendida como algo abstracto. Por conseguinte, a utopia – que aqui significa, vontade de realização da anarquia - continuará a advir da rejeição e da recusa das actuais condições opressivas[1]. Isto, numa época em que a imaginação da realidade expulsa toda a forma de sonho que não se apetreche dos recursos codificados do condicionamento ideológico, mas, da vontade de que um outro modo de vida é possível e que a perpetuação do presente é seguramente problemática. Numa época, onde é necessária - ainda e sempre - lucidez para reconhecer que, assim que a razão adormece, a rebelião é a única arma de que dispomos.

Para lá das luzes do império sem imperador, é a insalubridade e o aborrecimento que dominam sobre tudo aquilo que

constitui o quotidiano. É a este quotidiano que os cidadãos das sociedades modernas, com ou sem emprego, estão condenados. Uma vez que, nas sociedades do trabalho compulsivo, a totalidade da vida de cada indivíduo é marcada pela privação da nossa humanidade. O mundo do trabalho é o aniquilamento da individualidade, da autonomia, é a impossibilidade de sermos donos do nosso próprio tempo.

Assim, numa sociedade que faz da submissão ao salariato e à esfera do quantitativo a base material do seu domínio sobre os indivíduos, há que opor, justamente, a nossa vontade de reapropriação consciente e responsável da vida na sua totalidade. Temos que possuir a ambição de superar aqui e agora todo o utopismo e demonstrar não somente que a anarquia é possível, como ela corresponde às necessidades reais dos seres humanos. Na verdade, a anarquia assenta no princípio fundamental do ditame da realidade e da vida autónoma de cada um e de todos. As teorias tradicionais e governamentais baseiam-se na negação deste princípio, vêem os indivíduos como uma massa e não os consideram como uma realidade viva. Concluem que a vida entre os indivíduos não pode ser assegurada sem a existência de uma autoridade opressora para assegurar a vida social.

Por isso, o trabalho é a actividade humana que não é livremente consentida. E, para a maior parte dos indivíduos, ele é considerado como uma maldição. Nas associações de indivíduos, por inventar, a actividade humana será praticada livremente por cada um em benefício de si próprio e dos outros, uma vez que o bem estar dos outros aumenta o meu próprio. Teremos de apoderar-nos daquilo que é o apanágio exclusivo da tecnocracia e dos seus especialistas: o poder de decisão sobre aquilo que é ou não conveniente produzir, o modo como iremos fazer ou não fazer essa produção, tendo em conta as consequências que daí possam advir, numa palavra, de todo o processo.

Enquanto o esclavagismo moderno não for abolido, ele generalizar-se-á sob formas cada vez mais sofisticadas. Enquanto a produção, como ela foi e é concebida, não for interrompida, vivificará todo o tipo de servidão. Não se trata só de lutar contra a «direcção» deste mundo, mas de começar igualmente a reflectir sobre o modo de reorganizar a vida.

1 Sobre anarquia e anarquismo remeto o leitor para o texto publicado na Utopia nº 3, 1996, «Comer bem, digerir melhor e *carpe diem* ou breve comentário sobre a inteligibilidade do anarquismo». Nesse texto, a anarquia é definida como um não "ismo" e o anarquismo, ou anarquismos, como um esquema de ideias e um movimento para a realização da anarquia. Embora a anarquia não seja localizável nem espacial nem temporariamente, ela não é uma fuga à realidade, mas antes, um apelo que advém do existente. Mas, o leitor que não tenha acesso a esse texto pode, a troco de um selo de correio, pedi-lo à revista Utopia.

Do rito teatral à performance...

tudo é possível

[...]MEIDA E SOUSA

O percurso que nos leva à arte performativa é necessariamente diferenciado. Tal como diferenciado será o ponto de partida de cada um: questões ideológicas, estéticas, contra-culturais... linguagens plásticas, teatrais, musicais, do âmbito da dança...

Na viragem do século XIX / XX, muitos foram os profetas de uma nova linguagem teatral e para-teatral: Artaud, Jarry, Pierre Albert-Birot, Lautréamont, Ivan Goll, Satie e tantos outros. Profetas de uma outra estética, que escandalizaram os seus contemporâneos. A sua recuperação tardia marca uma geração faminta de liberdade: a geração de 60.

"O teatro Nunique deve ser um grande todo simultâneo, contendo todos os meios e todas as emoções capazes de comunicar aos espectadores uma vida intensa e embriagadora..."

Pierre Albert-Birot

A ideia de um espaço teatral novo, a ânsia de experimentar o novo, participar do novo, leva toda uma geração a uma nova aventura, à contestação, à afirmação ideológica, porém à margem das ideologias instituídas.

Abre-se um espaço à utopia, são os movimentos *beat, hippy* e outros *"underground"* no outro lado do atlântico, a crise (revolta) de 68 em Paris, do lado de cá...

O novo teatro passa pelo *living theater*, pelos *bread* and *puppet*, pelo la mamma, pelas experiências de Andy Warhol na sua "fábrica"...

"O teatro é para ser vivido, não para ser representado". O "teatro e o seu duplo" de Artaud é lido, relido, dele se compilam citações e mais citações, com o objectivo único de as vir a escrever nas paredes de qualquer edifício - se possível nas paredes das salas onde actuam

as companhias mais conservadoras.O gesto da mão, o pincel e a tinta marcam os signos da revolta e do inconformismo.

"O cenário és tu
o actor és tu
tudo é real
o público não existe"

Jerry Rubin

A nova linguagem impõe-se.

Uma nova filosofia, uma alternativa ao ritual dramático. O actor *"não representa, age"* - ainda Artaud.

E o actor dá, pois, lugar ao performer e à nova acção. Aderem artistas dos mais diversificados media abertos a outras experiências, a uma outra "vanguarda". Destacam-se: John Cage, Richard Foreman, Meredith Monk, Brian Eno, Allan Kaprow, Joseph Beuys...

Surge, quase em simultâneo, um novo movimento - mais radical, mais subterrâneo. Uma nova tribo destilada nos subúrbios com *rock* duro, com álcool, com drogas e, com muita revolta - destacam-se, aqui, os Sex pistols, verdadeiros performers do *rock*. É o movimento *punk* que marca agora o ritmo.

O *happening* fora já posto em causa em 68 - "o último reduto da arte burguesa", como diriam os internacional situacionistas. E o teatro, mesmo o considerado mais radical, é agora acusado de colocar a revolta entre quatro paredes...

"O Living Theater, avançadíssimo grupo teatral de guerrilha, chegou a Berkeley quando lutávamos na rua contra a Guarda Nacional. Como pacifistas, opuseram-se às nossas acções. O Living Theatre eliminou o cenário e misturou-se com o público. Teatro revolucionário...

...Acabou o espectáculo, todos saíram para levar a revolução para a rua. A companhia deteve-se à porta do teatro.

Revolução na sala é uma contradição. Dá náuseas ver a nossa energia revolucionária desperdiçada num espectáculo limitado por quatro paredes..."

Jerry Rubin

Do Rito

É o equilíbrio-desequilíbrio (constante) que provoca o rompimento da linguagem através dos movimentos do poeta actuante.

A acção performântica é regida por movimentos secretos e processos invisíveis, compostos pela precariedade do instante e imbuídos de certo automatismo que não resvala, no entanto, para lá da razão. O seu aspecto mágico tem em conta que o movimento do corpo é poderoso e suficiente para evocar algo que está para além dos níveis do consciente. os

Sentidos são, também eles, evocados com propósitos que os transcendem. é, portanto, um trabalho em processo que rompe, na necessidade de diálogo entre linguagens estéticas - um novo território, o território do nada.

O delírio e a performance são, podemos dizê-lo, fenómenos estritamente relacionados - tudo reside no acto poético. Isto será também verdade para a acção dramática, enquanto projecto que questiona a sua funcionalidade como elemento do rito. Daí que possamos afirmar que a arte não tem qualquer relação com o bom senso ou com o senso comum, a arte não tem nenhuma relação com o sentido. Tudo depende do olhar exterior e da acção produzida pelo poeta actuante. Significantes manifestos de uma actividade oculta e inconsciente; o desejo do poeta. Artaud dirá:

"E doravante vou consagrar-me
exclusivamente
ao teatro
tal como o concebo,
um teatro de sangue,
um teatro que em cada representação faça ganhar
corporalmente
qualquer coisa
tanto àquele que representa
como àquele
que vem ver representar.
aliás
não se representa
age-se"

O performer - e também o operador estético da acção dramática - sabe como a estrutura da acção é regida, da importância do gesto. O movimento pode ser levado ao limite, pelo que quase não há gesto (no sentido da expressividade), mas muitas atitudes que dele se distinguem. o aspecto mágico da performance está aí e tem em conta esta velha sabedoria: evocar algo que está sempre além dos níveis da consciência. Os sentidos são evocados com objectivos que muitas vezes os transcendem. E a acção do poeta - do iniciado - reside nessa transcendência.

A relação entre magia e acto performativo (para explicar os fenómenos da essência e da aparência) vai mais além. Para isso será preciso que se libertem os desejos do iniciado actuante, que penetre na "zona sombria" da consciência. Quando isso acontece, quando o desejo se transforma em momento, em ritmo, é que o performer e a performance se tornam vivos. E o poder transcendente do simbólico expressa-se "rente à terra".

É desta forma que o poeta/mago se propõe à pesquisa, a um trabalho em processo e progresso, dando assim à sua acção uma dinâmica estética de ruptura.

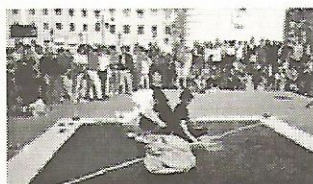
Para cada um, um percurso estético próprio. Cada acto, cada acção, será a construção de um paradigma que se quer único e de domínio por parte dos seus operadores/actuantes. Atinge-se assim o objecto-arte novo e diferente, ainda que os percursos nos levem a outras coisas. o novo é misterioso e o seu maior mistério é o real e o quotidiano. Qualquer que seja a proposta, a acção reflecte os mistérios da arte. Uma arte ancestral. arte como forma de auto consciência, entre o respirar e a noção do eu.

O acto é vivo, perde-se no labirinto das decifrações de signos. no entanto o significante mantém-se presente. E o actuante parece perder-se no acto e o acto parece perder sentido - caminhamos sobre uma linguagem do corpo sem precedentes.

posturas - gestos - posições

Um regresso ao ritual primitivo onde o poeta/mago é o que desenha movimentos (muitas vezes desmontagem de danças sagradas e de rituais primitivos). Ele recupera as velhas crenças ligadas à terra-mãe ou ao sol-fálico e o consequente jogo de opostos: o equilíbrio-desiquilíbrio constante que provoca o rompimento da linguagem através dos movimentos do mago. Uma transgressão?!... mas não necessariamente subversão. Transgressão, porque rompe com comportamentos, regras e atitudes próprias da cultura alimentada pelo (nosso) quotidiano. Porque rompe com a ideia da actuação/representação e em sua substituição é ofertado um ritual: o poeta-iniciado (um corpo) que se oferece ao olhar do espectador. E ainda que este acto ritualista ultrapasse a ideia pré-estabelecida de espectáculo, ele é, de facto, uma arte do espectáculo, mas também podemos afirmar que é pertença da arte mágica.

A acção do poeta-mago, pela sua riqueza simbólica, transforma-se naturalmente em acto mágico. E, com alguma facilidade, poderá servir de base a um grande cerimonial - sendo que este simbolismo oculto é, sem dúvida, um elemento naturalmente constitutivo da magia e o mistério da profundidade do rito é impenetrável aos não iniciados. Todavia, apesar da exibição e comportamento cénico, pode vir a ser objecto de experimenta-ção por parte de qualquer um. Mas, para se alcançar este estado, será necessário anular a representação e adoptar-se, em sua substituição, a interpretação, como preconizavam os poetas dadaístas.

Recorrendo a uma signagem de dimensão literal (símbolos e mitos), a cena persegue a imagem/texto sintética, emocional, conotativa, próxima do conceito do gestus brechtiano ou do signo/dança - mãe do teatro - imaginado por artaud. então, polaridades, oposições, contrários... são um só corpo. A arte constrói-se a partir das contradições e, logicamente, na diluição da fronteira situada entre os extremos. Voltando a Artaud - diluição das fronteiras, não

dos opostos, porque a unidade é fundamental (taoísmo). São estas forças "contraditórias" queagem no interior do cerimonial - explodem em movimento, em ritmo... um desenho de uma paisagem interior que escorre pelo corpo/imagem do artista. assiste-se pois a uma espécie de arte-acto litúrgico e secreto - o artista desempenha a sua função concreta. Ele explora as faces do ambíguo e a despolarização é o centro do acto - ele é

sacerdote — mago — iniciado

O que actua com movimentos precisos, que empresta ao acto a imagem do seu corpo. Tal imagem, poderá e deverá provocar a tal dimensão mágica e poética. O artista emerge (se assim se poderá dizer) num NIRVANA através de acções intimistas e repetitivas. e esse acto repetitivo, por vezes levado à exaustão, exalta ainda mais o sentido ritualista perdido no acto dramático (no teatro, entenda-se). A performance recupera, pois, a dicotomia entre opostos, propõe uma espécie de jogo de espelhos onde a desconstrução está sempre presente, preservando assim um certo estado de ordem: anarquia/caos.

É esse estado de ordem que cria a comunhão entre artista e espectador. o artista transmitirá a sua ideia/imagem.

corpo —— movimento —— tempo

Em contrapartida, o espectador será o receptor da acção

imagem —— arte —— vida

Somos remetidos para cerimónias primitivas. o mago tribal é também, tal como o artista, um operador de signos que oferece "espectáculos" que permitem a abertura de "portas" por onde o espectador poderá contemplar um outro horizonte.

Do Corpo

O corpo não é uma questão, não se coloca entre o acto que o envolve como tema (corpo do artista), ou uma acção onde o actuante se oferece corporalmente. Tudo passa por actos livres e uma morfologia extraordinariamente difícil de identificar esteticamente. O corpo, aqui, afirma que a linguagem verbal é incapaz de transmitir a vertigem do seu movimento - o peso da palavra paralisa-o, trava o vigor do gesto. O poeta actuante lança-se na vertigem e rompe com o espaço morto imposto pela palavra - rompe com a oralidade. O gesto foge à razão da palavra, cumpre o desejo de pesquisar e experimentar uma outra linguagem que está para além da articulação de um texto limitador e autoritário. O que se procura é a expansão física e corpórea, onde a palavra dá lugar a uma ideia-imagem que se desloca ao ritmo do corpo.

A arte ao envolver o corpo, tem como tema a relação deste com o acto - a atmosfera criada por esta busca de novas linguagens através do corpo aproxima-se do transe xamânico. O poeta-mago, envolto de outras imagens que se projectam de forma repetitiva poderá (deverá) atravessar territórios plásticos, espaços inimagináveis, num contacto directo com o desconhecido - uma outra linguagem mais elástica e que, em delírio, jorra do seu corpo (quando atingido o êxtase do movimento).

O verbo é o entrave, é aquilo que impede o movimento livre. Então o actuante prepara o ritual de ruptura com a palavra, tal como o artista expressionista abstracto se prepara para a sua acção, antes de intervir sobre a sua obra com uma gestualidade enérgica, em nada semelhante à actividade pictórica, relativamente tranquila, que caracteriza os pintores de cavalete.

A arte corporal do poeta é uma forma emergente, o que poderá justificar a ausência de elementos que marquem um estilo. Esta acção, cujo suporte é o corpo, contém em si o rufar de tambores e pés e músculos - uma base. o chão. a terra. E os corpos como

sombras, agitam-se em transe. O corpo e a terra... pluralidade numa relação de causa-efeito, numa explosão de símbolos e signos. Um entendimento único, absoluto, verdadeiro, dirigido ao espectáculo construído por "magos" e "bruxos" recuperadores (em processo) de rituais perdidos - um poema intenso, xamânico.

Nesta acção focalizada no corpo do artista, devemos abarcar outras morfologias contemporâneas como o vídeo arte, a *mail art*, a foto *performance*... porque, ainda que essas acções possam vir a não contar com o corpo do artista (de forma explícita, claro), elas são uma referência ao acto e à acção do actuante.

Partimos, pois, do princípio de que o trabalho artístico é o que é. não é pintura, teatro, metáfora ou qualquer outra coisa - é uma imagem num universo onde tudo são imagens. Então, o corpo em movimento vibra, liberta o vapor que exala já o transe. O espectáculo, este espectáculo, ganha forma numa terra selvagem e os poetas-magos atraem a si as forças telúricas, no bater dos pés nus.

Privilegia-se nesta acção a "encenação" - texto-imagem - em detrimento duma dramaturgia assente no texto literário. É pois o retirar e renunciar de e a um teatro dominado e violado pelo texto - há aqui um mergulhar na mais profunda alquimia da palavra (ou no seu total esquecimento) e a preservação dos mais sagrados princípios do rito teatral. Aquele rito que veicula uma energia actuante no "objecto" - o espectador. de realçar e explorar, portanto, os valores vocais - o aparelho "fonador" representa a alma do espectáculo, a individualidade no seu percurso glorioso através dos figurantes demoníacos. e o ruído é o pano de fundo, o elemento não articulado, fatal e determinante para que resulte uma acção poética, onde o antagonismo entre a voz e o mundo - num compasso cuja sequência é bem sentida no som que sublinha este todo como ambiente estético - é um facto. por esta via se alcança o desejável contágio do público, o qual sairá, por certo, mais "responsável e contagiante" do que entrou.

No processo exposto, o texto/imagem (*story board*) é composto a

partir de vivências, experiências e aproveitamento de textos (não necessariamente teatrais), sinais e outros motivos que possam formar uma textualização viva e dinâmica. o que poderá dar origem, enquanto linguagem, a uma série de situações - de risco, de repetição, de estranheza - que muitas vezes pode subverter a própria ideia de apresentação. esse "estado" caótico, logo anárquico, é desejável, sobretudo ao longo do esboço da arquitectura-encenação, verdadeiro acto de pesquisa e cons-trução do espectáculo.

Ao substituir a narrativa clássica - casual, diacrónica - provoca-se a deslocação de uma organização temporal para uma organização espacial. A sincronia provoca um sentido de atemporalidade que remete para uma obra aberta, universal, logo não temporal.

Ainda que a relação - ou equivalência - seja clara entre linguagem e pensamento, nem sempre será cumprida a regra de que toda a predisposição para o pensamento corresponde a uma forma determinada de falar. Tudo passa pela atitude do usuário linguístico (intenção, ironia, etc.) e, pela capacidade de (ele) utilizar uma linguagem capaz de transmitir o dito, de dizer o que alguns chamam de função poética da linguagem. Somos, pois, levados pela sedução da palavra - o falante é responsável pelo que diz e em distinguir as relações entre o que se diz - dito - e o que procura dizer de forma a penetrar no jogo - o que se fala, o que deve entender quem escuta.

Portanto, uma acção poética - a poesia será aquilo que está em movimento e tudo o mais será "prosa". E o desejo é um estar em movimento, não parar, actuar... o exposto é tanto retórica quanto conceptual. a acção vai avançando de acordo com suas próprias fissuras, produto de múltiplos confrontos, directos e indirectos que, no terreno experimental, são realmente vividos. As chaves deste acontecer poético: o móvel e o estático.

Do Caos

Na nossa mente, por vezes, convivem ideias que poderão aparentar contradição... se te movimentas no terreno das sensações, das recordações, do teu imaginário... é lógico que venhas a aperceber-te da coexistência de elementos que te são familiares, com muitos outros - bem estranhos. Transportar essas sensações para a "acção poética" será o objectivo. A marca particular da nossa "linguagem". Mais do que a técnica, o risco e o improviso.

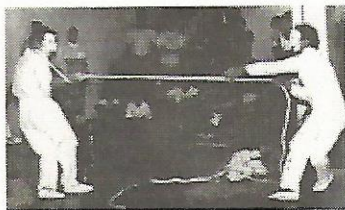
O caos está presente e... o acaso não existe, qualquer coisa que ocorra, por mais insignificante que seja, poderá ter consequências imprevisíveis... tudo se resume a uma cadeia de acções e efeitos que, ainda que nos escapem, estão interligados - a "evolução", todavia, faz-nos parecer que existe um destino pré-estabelecido.

Um monólogo onde latem as esperanças e os sonhos de tempos perdidos. Os instintos provocam a demanda, o tecer de uma história fantástica onde o limite está especificamente situado no indivíduo que a protagoniza.

E cada imagem concebida pelo mago/actuante está carregada de símbolos e signos. Cada imagem é pois um sigilo pessoal. e sendo as imagens sigilos bem personalizados, cada operador desenvolve o seu acto segundo o seu desejo, a sua estética...

Mas por uma acção carregar consigo símbolos e signos (alfabetos de desejo) ela não é, de todo e obrigatoriamente, simbólica, antes será um veículo de manifestações de "zonas de poder", uma expressão pictórica dos domínios do caos.

O actuante deste rito é um mago, um iniciado capaz de manipular e decifrar um alfabeto que reflecte a estrutura da "árvore da vida", sendo que os símbolos e signos utilizados no acto, demonstram o grau de consciência daquele que concebeu a acção.

Cada apontamento do acto é, portanto, uma manifestação

na esfera da consciência, de algo que não pode ser expresso racionalmente. Assim, cada acto, cada acção, será um portal aberto a espaços de reflexão, construção e experimentação. E esses portais já existiam muito antes de qualquer actuação. De qualquer representação gráfica que deles exista.

Caos é o princípio da criação (contínua), o vazio no sentido potencial. Caos é a "soma de todas as ordens" - nesta alquimia se fermenta uma teoria estética. Uma estética em sintonia com o "terrorismo" e dirigida à destruição de "fantasmas", não de pessoas - um "teatro da crueldade", como diria Artaud. Estamos perante uma estética de libertação, não uma estética de poder. Daí o "terrorismo poético" à boa maneira de Hakim Bey. Trata-se, pois, de uma acção diametralmente oposta ao sado-masoquismo de certas "artes da desgraça" preenchidas por auto mutilações, tão em voga no panorama das artes da dita vanguarda.

"Só o prazer é divino" - dizia Breton

Resumindo: a acção poética em processo e em progresso é aquela que contempla relatos e, num primeiro olhar, transmite uma sensação semelhante à que produz uma mesa posta com conhecimento e gosto... enfim, que só pode proceder de uma natural relação entre a pessoa que a pôs e os seus actos. Nessa mesa que contemplamos, repleta de iguarias, há muito mais que correcção, coerência e beleza. É fácil perceber que a disposição é dinâmica e que a vitalidade da imagem está ligada a poderosa expressão poética, na sua penetrante capacidade de sugerir outras leituras. Leituras que, com a maior naturalidade, se expandem enquanto o observador se introduz no "quadro" e descobre que há espaço, mais que suficiente, para a imaginação. A sensatez é, neste caso, uma obra-mãe de depuração estilística.

A acção não se constitui num sistema fechado. São muitas e nem sempre complementares, as vidas desta vida.

PESQUISADOR LIBERTÁRIO DA HISTÓRIA SOCIAL DE PORTUGAL E DO BRASIL

EDGAR RODRIGUES

CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO

2002

Homenagem a Edgar Rodrigues

Sob a iniciativa de alguns membros da Associação Cultural "A Vida", foi prestada em Portugal uma singela homenagem a um homem que passou a sua longa vida a divulgar a história e as ideias do movimento sindicalista libertário de Portugal e do Brasil.
Embora a minha participação não estivesse programada em qualquer dos três debates anunciados (estive presente, na qualidade de assistente, na abertura da exposição e no debate realizado no Museu da Resistência, em Lisboa, no dia 23 de Abril de 2002), acabei por comparecer, a convite dos organizadores e na qualidade de membro d'A Vida e de redactor desta revista, na livraria Ler Devagar no dia 11 de Maio. O texto que se segue constituiu a minha intervenção nesse debate.

Foi por volta dos meus quinze anos que tomei conhecimento da existência de Edgar Rodrigues. Uma querida amiga minha, cujos pais eram assinantes do "Gazeta do Sul", chamou-me a atenção para um artigo sobre os libertários em Portugal, publicado nesse jornal e assinado por um tal de Edgar Rodrigues. Logo fui informado, através de velhos anarquistas de Almada, que o Edgar, exilado no Brasil, era um velho militante do movimento libertário português.

Foi numa época, a que se seguiu ao 25 de Abril de 1974, em que a moda era o marxismo, o leninismo ou os dois juntos, e os poucos elementos libertários que existiam ensaiavam reorganizar o seu movimento com o reaparecimento de "A Batalha", enquanto «jornal sindicalista revolucionário», o surgimento do jornal "Voz Anarquista" e a reconstrução da Federação Anarquista da Região Portuguesa (FARP-FAI), à qual o grupo a que eu pertencia, Grupo Libertário "Salvador Puig Antich", aderiu.

Muito poucos conheciam a história do movimento libertário e sindicalista português. A maioria, o que conheciam da História do movimento social dos trabalhadores portugueses era através da versão do partido comunista e dos restantes grupos comunistas. Para contrariar, quer o desvio e alteração da história, quer o esquecimento, a perda da memória social, a obra de Edgar Rodrigues, junto com os testemunhos e memórias de tantos outros, foi o contraponto a essa maré dominadora.

Livros como "Breve História das Lutas Sociais em Portugal", 1977, "Deus Vermelho", 1978, "O Despertar Operário em Portugal", 1980, "Os Anarquistas e os Sindicatos", 1981, "A Resistência Anarco-Sindicalista em Portugal", 1981, e "A Oposição Libertária à Ditadura", 1982, foram posteriores a outros livros que denunciam a perseguição, a prisão, a tortura e o assassinato dos opositores, a fome, a miséria, a repressão do Estado salazarista português, como "Na Inquisição de Salazar", 1957, "A Fome em Portugal", 1958, ou "O Retrato da Ditadura Portuguesa", 1962.

Mas o Edgar não é só um compilador, um investigador. Inspirado pelo ideal que abraçou desde cedo, o seu pai era anarco-sindicalista, Edgar possui uma natureza combativa. A sua vida é a prova disso. Serviu para a luta contra o salazarismo, ainda em Portugal; serviu para protestar e denunciar, em livros, mas em particualar, em jornais, por toda a América Latina e pela Europa, a tortura, o assassínio, a fome e a inquisição salazarista; serviu para a solidariedade; serviu para divulgar o anarquismo português e a sua história. Tudo isso com regularidade e persistência.

Desde a última metade do século XIX que as ideias anarquistas entraram em Portugal e logo um importante movimento anarquista e sindicalista se constituiu, retirando aos socialistas o predomínio no movimento operário. Os sindicalistas de inspiração anarquista criaram novos sindicatos, como por exemplo, os sindicatos de trabalhadores rurais no Alentejo, lutaram por melhores condições salariais, pela diminuição da jornada de trabalho, criaram escolas profissionais e de pedagogia anti-autoritária, defenderam a liberdade de expressão e de reunião e promoveram a greve geral revolucionária como método de transformação, defendendo na acção de propaganda uma fórmula económica distinta do anarquismo colectivista bakuninista, a de Kropotkine, o comunismo libertário, o qual adquiriu em duas décadas a categoria de mito e de meta (e que parece ter-se praticado nas comunidades primitivas cristãs).

Homenagem a Edgar Rodrigues no Museu República e Resistência.

Compartilho as aspirações do companheiro Edgar Rodrigues e a de tantos outros. Visionar um mundo melhor, mais de acordo com a identidade, com a justiça e com a liberdade do indivíduo. Trata-se de uma eterna aspiração e cada época encarou essa visão de modo pragmaticamente diferente. Talvez por isso mesmo, quero salientar que as experiências e os anos que passaram, em particular, depois do 25 de Abril de 1974 e, em Espanha, depois do franquismo, deram-nos outras ideias para atingir os mesmos propósitos e dos diversos problemas que essa acção envolve.

Mas, não é este, todavia, o lugar indicado para entrar em discussões detalhadas sobre o assunto. Mas é de assinalar que os métodos de propaganda do passado estão fora de prazo, a atitude de respeito pelo trabalho por parte das pessoas, muito em voga no final do século XIX e na primeira metade do século XX, já não é a mesma, uma vez que a sua relação foi alterada de modo radical.

Para compreender o Edgar, deve-se sentir as suas aspirações e o seu ideal.

Considero muito feliz o momento em que o Edgar resolveu empreender a compilação e a pesquisa sobre o movimento operário libertário de Portugal e do Brasil, pois nenhum outro estava em melhores condições do que ele para esse difícil empreendimento.

José Tavares

Edgar Rodrigues

Exposições e Debates

A Associação Cultural A Vida resolveu homenagear Edgar Rodrigues pelo seu trabalho de pesquisador social e sua vida de luta pelo ideal acrata. Os debates e a inauguração das exposições sobre Edgar Rodrigues foram realizados, no dia 23 de Abril de 2002, no Museu República e Resistência em Lisboa, no dia 11 de Maio de 2002, na Livraria Ler Devagar em Lisboa e no dia 19 de Maio de 2002, no Centro Social e Cultural Ilhéus no Porto.

No Museu República e Resistência, com a participação de Nelson Tangerini, J. M. Carvalho Ferreira, João Freire, Edgar Rodrigues e cerca de 60 assistentes, foi possível enaltecer a imensa produção de livros e artigos de Edgar Rodrigues nos domínios da história social e das ideias libertárias em Portugal e no Brasil, como também a dimensão humanista do anarquismo personificado na vida e obra do autor. No espaço do Museu República e Resistência foi possível também visualizar durante 17 dias a quase totalidade dos livros escritos por Edgar Rodrigues (43), assim como fotografias alusivas à sua vida de militante libertário, jornais e livros de autores clássicos do anarquismo editados nos séculos XIX e XX que serviram como base de informação e de referências ideológicas da obra do autor. Como nos debate posteriores foi, ainda, projectado um vídeo da pesquisadora brasileira Rute Zendrom sobre a vida e obra de Edgar Rodrigues.

Na Livraria Ler Devagar, com a participação de Nelson Tangerini, J. M. Carvalho Ferreira, José Tavares, Edgar Rodrigues e cerca de 50 assistentes, foi possível abordar os aspectos essenciais da obra de Edgar Rodrigues.

No debate foram focados alguns aspectos de natureza ideológica e prática do anarquismo na actualidade, não havendo consenso em alguns aspectos entre alguns intervenientes, nomeadamente, sobre a consistência do anarco-comunismo e do anarco-sindicalismo nas sociedades contemporâneas. Neste espaço, foi possível visualizar durante 7 dias a quase totalidade dos livros editados por Edgar Rodrigues, mas não foi possível observar as fotografias, outros livros e jornais que antes tinham sido expostos no Museu República e Resistência.

Por fim, no Centro Social e Cultural Ilhéus, com a participação de Nelson Tangerini, J. M. Carvalho Ferreira e Edgar Rodrigues e cerca de 45 assistentes, foram abordados os aspectos essenciais dos livros até hoje publicados por Edgar Rodrigues e também a sua vida de militante pela emancipação social. O debate de Edgar Rodrigues com a assistência foi muito rico e emotivo, porque não somente foram focados pormenores da vida de Edgar Rodrigues na região onde nasceu (Lavra – Matosinhos), mas sobretudo pelo confronto de posições que foram perfilhadas na história pelo Partido Comunista Português e os anarquistas nascidos em Portugal. No espaço do Centro Social e Cultural Ilhéus estiveram expostos durante 8 dias a quase totalidade dos livros da autoria de Edgar Rodrigues, assim como jornais dos séculos XIX e XX e fotografias alusivas à vida de Edgar Rodrigues como militante libertário.

José Maria Carvalho Ferreira

Livros & Leituras

Os segredos da sobrevivência ou como viver livremente

Todos temos um segredo para conseguir sobreviver nesta selva quotidiana. Joe Gould também o tinha e apreendê-lo foi, para mim, uma delícia porque muitos o temos mas dele pouco falamos. Joe Gould, o historiador-vagabundo como o designou Salman Rushdie, vivia como queria, nas ruas de Nova York, por opção, para captar melhor tudo o que o rodeava, a fim de transcrever tudo isso na sua *História Oral do Nosso Tempo.*

Joe Gould, como qualquer vagabundo e cada um de nós, não era um ser qualquer, tinha a sua identidade, a sua forma muito própria de estar na vida. Como diz o autor a dada altura do livro *"... Joe Gould, licenciado em Harvard em 1916, rompeu com todos os laços e tradições familiares e foi para Nova Iorque, onde passado pouco tempo iniciou a sua vida de vagabundo. Trabalhava e vivia inteiramente para o seu projecto de escrever uma monumental História Oral do Nosso Tempo, recolhendo milhares de diálogos, discussões de rua, conversas nos bares e albergues, biografias, apontamentos sobre as vidas do formigueiro humano de Manhattan".*

Joe Gould dizia às pessoas que vivia de «ar, amor-próprio, beatas de cigarros, café de *cowboy*, sanduiches de ovo e *ketchup*». Sobre o *ketchup* diz-nos: *"não é que goste desta porcaria, mas tenho por norma comer tudo o que venha à mão. Que eu saiba, é a única coisa que se pode comer à borla".*

Joe Gould estava à parte do resto da espécie humana porque não queria possuir nada nem coisa nenhuma, porque na sua opinião não somos nós que possuímos as coisas, são antes elas (as coisas) que nos possuem.

Joe Gould é um homem ímpar, com força, lúcido, corajoso e com muita ironia. Veste sempre roupas usadas que os amigos lhe dão. Nos dias mais agrestes de Inverno, enfia uma camada de jornais entre a camisa e a camisola interior dizendo que é, por isso, um *snob* porque só usa o *Times.*

Diz-nos o autor que Joe Gould caminha curvado, com passos rápidos, a resmungar sózinho, com a cabeça para a frente e inclinado de lado. Habitualmente, traz debaixo do braço esquerdo uma pasta enorme e sebenta de cartão castanho e agita agressivamente o outro braço, ficando-se com a impressão de que afasta algum inimigo imaginário. Gould é tão desassossegado e sem amarras como um gato vadio, e dá grandes voltas pela cidade, desaparecendo por vezes durante alguns dias. É muito raro vê-lo sem a pasta.

Embora se esforce por dar a impressão de ser um mandrião filósofo, levou a cabo um enorme volume de trabalho durante a sua carreira de boémio. Todos os dias, mesmo

quando está de ressaca ou até quando se sente fraco e sem se poder concentrar por causa da fome, passa pelo menos umas duas horas a escrever um livro informe, bastante misterioso, a que chama «Uma História Oral do Nosso Tempo». Começou o livro há 26 anos e está longe de o terminar. As preocupações com o livro parecem ser a principal razão do seu modo de vida; um qualquer emprego estável acabaria por interferir com a sua reflexão (o qual deixou para se dedicar ao seu livro). Possui uma memória fora do vulgar; se uma conversa o impressionar suficientemente, pode ficar com ela na cabeça, por mais longa e disparatada que seja, durante muitos dias, e na sua maior parte palavra por palavra. Vive com o medo de morrer antes de acabar uma primeira versão da História Oral. Tem já onze vezes o tamanho da Bíblia. Gould apenas inclui na sua História Oral coisas que tenha presenciado ou ouvido. Pelo menos metade é constituída por conversas reproduzidas literalmente ou resumidas, daí o título. Diz-nos Gould "... *o que as pessoas dizem é que é história. Aquilo que considerávamos ser história - reis e rainhas, tratados, invenções, grandes batalhas, decapitações, César, Napoleão, Pôncio Pilatos, Colombo - não passa de história formal e em grande parte falsa. O que faz é registar a história informal da gente em mangas de camisa, o que têm a dizer sobre os empregos, amores, comidas, pândegas, apertos e penas*".

Na sua História Oral incluiu um capítulo intitulado «Exemplos da Chamada História Obscena do Nosso Tempo», a que faz diariamente acrescentos. Outro capítulo, são rimas e comentários que encontrou rabiscados nas paredes dos lavabos do metro. Gould acha que esses escritos são tão genuinamente história como a estratégia do general Robert Lee. Centenas de milhar de palavras dedicam-se a descrever andanças de bêbados e as aventuras sexuais de alguns habitantes de Greenwich Village nos anos 20. Há centenas de crónicas de festas bem bebidas dessa zona, incluindo mexericos sobre os convidados e relatos fiéis das discussões travadas sobre temas como a reincarnação, controlo de natalidade, amor livre, psicanálise, Ciência Cristã, Swendenborgianismo, vegetarianismo, alcoolismo e diferentes ismos da política e da arte. «*Cobri inteiramente aquilo que se poderá chamar o submundo intelectual da minha época.*» diz Gould.

Foram poucos os que leram o suficiente da História Oral para dela terem uma opinião, afirma Gould, mas alguns fizeram-no e dela dizem: "*haver partes que estavam escritas com a clara e maravilhosa verdade de uma criança e alguns rasgos do espírito mordaz ianque. Se alguém se desse ao trabalho de peneirar tudo aquilo e separar o trigo do joio, como fizeram os editores aos milhões de palavras de Thomas Wolfe, talvez se viesse a descobrir que Gould tinha escrito uma obra-prima*". Quem também terá dado uma opinião foi E. E. Cummings, o poeta, grande amigo de Gould, que escreveu um poema, o nº 261 dos seus «Poemas Completos», onde faz a seguinte descrição da História:

"*um mito vale bem um sorriso mas abrir aspas história oral fechar aspas do pequeno joe gould poderia (nota do editor) intitular-se a caminhada de um espectro ou afinal à tona da água quando a bem dizer afundado ou uma amoral como-que-de-sobrevivente moralidade graças a inumeráveis tipos-de-morte.*"

Esta interpretação de Gould do poema de E. E. Cummings contem parte da importância que atribuo a este livro, nesta era de *fast food mas não de fast tudo*. No livro, a magia que o autor imprime a Joe Gould prende-nos, é rico o seu saber viver (*savoir*

vivre). O mito alimenta, vale bem um sorriso, a utopia de uma vida livre também. A História Oral do Nosso Tempo sendo a história de Joe Gould, é também a de todos os Joes Goulds, das caminhadas dos espectros em que nos querem tanto tornar, espectros à tona da água, senão afundados mesmo numa amoral, espécie de sobrevivente de moralidade. São muitos os Joe Goulds que se encontram à tona da água ou como que afundados num sistema que lhes incute vários tipos de morte: cerebral, de acção, de reacção, de tanta coisa acabada em ão. São muitos os Joes Goulds sem a coragem do JOE GOULD, coragem da não submissão sem perca de dignidade, coragem de escolher livremente o rumo da sua vida, coragem de conseguirem ser mais felizes que qualquer Presidente de um Conselho de Administração em toda a Nova Iorque, como se sente muitas vezes Gould. Quem tem coragem para se apresentar como: *«O meu nome é Joseph Ferdinand Gould, formado em Harvard, magna cum difficultate, curso de 1911, e presidente do Conselho de Administração de Boa e Má Sorte, SARL. Em troca de uma bebida, posso recitar-lhe um poema, fazer um discurso, defender uma tese ou tirar os sapatos e imitar uma gaivota. Prefiro gin, mas uma cerveja também serve.»?*

Joe Gould não é um mendigo, não é subserviente, e nunca mostra gratidão.

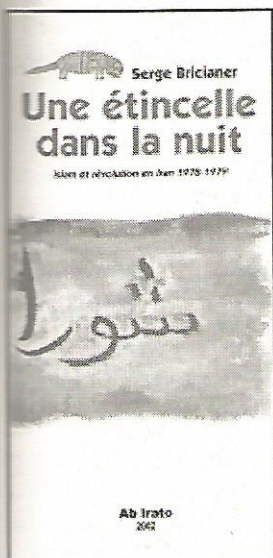
Joe Gould representa muito de muitos, mas muito do interior de muitos. No exterior, os Joes Goulds que existem, na sua maioria, não o são por opção, são-no porque foram para a rua empurrados pela máquina selectiva e elitista cuja amoral os obriga a como que sobreviver moralmente (risos meus) com vários tipos de morte (a dita morte lenta???). Os Joes Goulds que se podem encontrar na rua por opção, esses, estão em extinção e serão sempre de invejar porque serão certamente mais felizes e livres do que aqueles que contêm os Joes Goulds dentro de si.

Joseph Mitchell (2002), **O Segredo de Joe Gould**, Fevereiro, 2ª Edição, Publicações Dom Quixote.

Guadalupe Subtil

Uma Luz no Fundo do Túnel

Foi recentemente editado pela *Ab irato* um pequeno livro de Serge Bricianer. Pelo conhecimento, admiração e amizade que sinto pelo autor, embora a minha opinião possa parecer presunçosa, acho que estamos perante um livro – **Une étincele dans la nuit – Islam et révolution en Iran 1978-1979** - que é fundamental ler. A minha opinião baseia-se em três factores essenciais: 1) a necessidade de um conhecimento mais profundo e sistemático do islamismo; 2) compreender melhor a obra de Marx através da perspectiva conselhista; 3) reconhecimento público de um militante que sempre lutou pela emancipação social

Em relação ao primeiro factor, embora o autor não desenvolva neste livro o islamismo na sua vertente actual, denota-se que a análise dos acontecimentos que estiveram na origem da revolução no Irão, no período de 1978-1979, é baseada numa crítica radical dos mecanismos de reprodução do capitalismo à escala mundial, como inclusive são demonstradas as bases económicas, sociais, políticas e religiosas que permitiram

a destituição do xá da Persia (actualmente denominado Irão), Reza Pahlavi, e a ascensão do ayathola Khomeiny, como chefe espiritual do poder teocrático xiita no Irão. De facto, quando o xá Reza Pahlavi empreende a "revolução branca", no início da década de 60 do século XIX, colide com os atavismos seculares do capitalismo no Irão, na estrita medida em que começa a estruturar as bases de destruição das relações sociais feudais e as suas articulações com o poder islâmico que persistia na agricultura. Por outro lado, a "revolução branca" deslocava as bases de acumulação do capitalismo para o sector industrial, nomeadamente através de um forte investimento no sector petrolífero. Em sintonia com a expansão deste modelo de produção e de consumo, deve ainda ser referido o alargamento dos direitos das mulheres no contexto da sociedade iraniana.

Todavia, esta "revolução branca" não é pacífica. Os índices de repressão e de exploração aumentaram e a coesão social e religiosa entrou num processo de desintegração acelerada. Associada à enorme repressão policial e à miséria subsistente nas classes sociais desfavorecidas, não admira que a enorme casta de religiosos que integravam o poder islâmico tivesse capitalizado o descontentamento dos milhões de pobres, de excluídos e marginais. Esse descontentamento foi também alargado a milhares de estudantes, às profissões liberais e classe média que, entretanto, tinham sido impregnados por uma ideologia nacionalista ou marxista-leninista. O terreno propício para essa evolução foram as cidades, em resultado do processo de industrialização e de urbanização em curso. As manifestações, greves e sublevações emergiram de uma forma abrupta nas décadas de 60 e 70 do século XX, ao mesmo tempo que se assistiu a milhares de prisões e de assassinatos de operários nas ruas de Teerão, Tabriz, Machad, Qom, Chiraz, etc... Enquanto factor de produção trabalho no processo de industrialização e de urbanização do Irão, o peso estratégico do operariado em todo esse processo de luta contra a opressão e exploração é enorme, daí que Serge Bricianer tenha enaltecido o sentido revolucionário e emancipalista das lutas operárias no contexto da revolução que originou a destituição do xá da Pérsia, Reza Pahlavi, em 1978-1979, mas também aquando da própria implementação do poder islâmico xiita sob liderança de ayathola Khomeiny. O autor sublinha que a única força apoiada numa acção colectiva consistente e autónoma, que lutou efectivamente contra os objectivos do poder religioso islâmico e os seus propósitos de dominação e de exploração, foram os conselhos operários que, entretanto, se constituíram nas fábricas que eram relevantes para a economia iraniana.

Um segundo factor a sublinhar no livro de Serge Bricianer cinge-se às proposições teóricas que o identificam com uma determinada perspectiva da obra de Marx. Neste sentido, não admira que as suas referências conceptuais sejam extraídas do materialismo histórico e dialéctico, razão pela qual, ao longo do seu discurso narrativo, enalteça sistematicamente o peso estruturante das contradições entre as relações sociais de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no quadro da racionalidade ins-

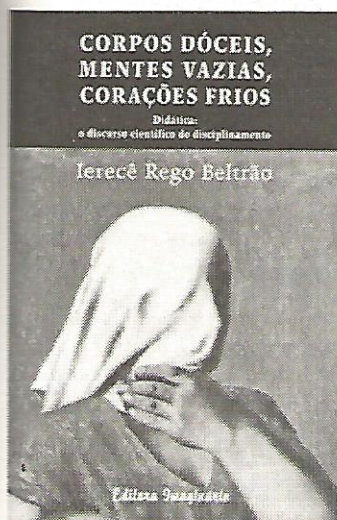
trumental do capitalismo. Ao tornar estes factores determinísticos na análise dos fenómenos económicos, sociais, políticos e culturais, consegue, por outro lado, explicar a essência da exploração e da centralidade da lutas de classes e, logicamente, o papel estratégico da classe operária na consecução da revolução socialista. Esta posição teórica de Serge Bricianer levou-o a situar-se equidistante de outras posições marxistas, quer elas estivessem integradas nas lógicas dos partidos comunistas e socialistas clássicos, quer nos partidos esquerdistas configurados nas ideologias marxista-leninista, trotskista, estalinista, maoísta, guevarista ou castrista. Por esta razão, sempre criticou a acção dos partidos e dos sindicatos, e desde cedo na sua vida de militante criticou as perversões da revolução russa de 1917, na medida em que personificavam a perpetuação de formas de organização ou modelo de sociedade que não se coadunavam com os objectivos de emancipação social do operariado. Por tudo isso também, quer como tradutor quer como autor, sempre esteve ligado à edição de obras que exprimiram historicamente o papel dos conselhos operários na luta contra o capitalismo e o Estado e divulgou sobremaneira as teorias desenvolvidas por Anton Pannekoek, Karl Korsch e Paul Mattick.

Finalmente, sublinhe-se o papel do autor, como homem e como militante no contexto histórico da luta pela a emancipação social. Como tive oportunidade de o conhecer pessoalmente no início da década de 70 do século XX, sempre aprendi com ele o rigor da verdade das palavras e das práticas humanas. Foi um homem íntegro que nunca se vendeu pelo sabor do dinheiro, das modas revolucionárias ou das conjunturas históricas adversas. Foi também um grande estudioso da obra de Marx e de autores mais próximos da sua contemporaneidade, o que o levou a integrar grupos confinados à ideologia da ultra-esquerda ou mais especificamente do conselhismo. Neste domínio, embora hoje não esteja identificado com estas opções ideológicas, considero, no entanto, que toda a vida e obra de Serge Bricianer (1923-1997) é uma referência no sentido histórico pelo qual sempre pugnou: a emancipação social do operariado.

Serge Bricianer (2002), **Une étincelle dans la nuit – Islam et révolution en Iran 1978-1979**, Paris, Ed. Ib irato.

José Maria Carvalho Ferreira

Três livros de pedagogia libertária

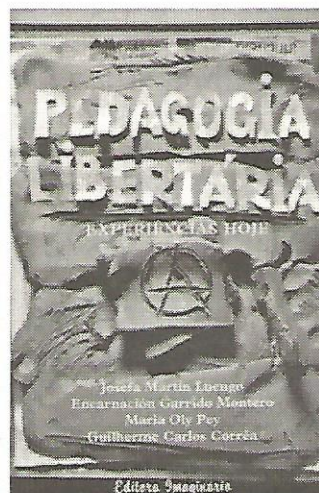
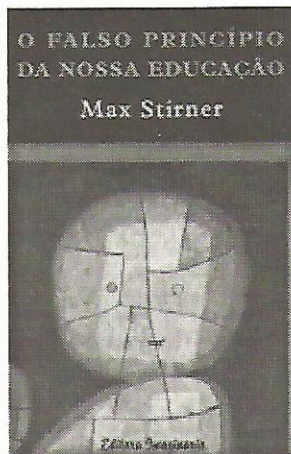
Já no último número da revista se fez referência à Editora Imaginário de São Paulo, que vem desenvolvendo, desde há uns anos, uma intensa actividade em prol da divulgação das ideias anarquistas. Neste número, somos novamente "obrigados" a escrever sobre esta Editora, a propósito da sua Colecção Pedagogia Libertária, coordenada pela nossa colaboradora Maria Oly Pey, e iniciada com os três livros acima mencionados. Pode-se dizer que estes três livros, na sua individualidade, formam um *puzzle* completo, já que abordam e apresentam a questão da educação/pedagogia sob todos as perspectivas: experiências reais; análise crítica de uma determinada realidade e

texto "doutrinário" clássico.

Assim, no primeiro livro, descrevem-se pormenorizadamente casos concretos e actuais que vão desde o modo de funcionamento e princípios gerais de actuação da Escola Paideia de Mérida, uma escola autogestionada e assumidamente "militante", até a uma nova experiência no ensino da Química. Saliento, pelo meio, o artigo "*Educação Libertária*", de Encarnación G. Montero, uma das fundadoras da Escola Paideia, sobre os perigos da cristalização dogmática das ideias anarquistas nesta área concreta, mas que serve perfeitamente como aviso para qualquer outra área de actuação.

O segundo livro é um texto notável de análise à ligação/relação existente entre escola e poder. Professora da cadeira de Didáctica do curso de Pedagogia da Universidade de Florianópolis (Santa Catarina), **Ierecê Beltrão** demonstra que "*o problema central do ensino está nos próprios pilares da instituição escolar e dos seus instrumentos pedagógicos*" como salienta Raquel de Sá na respectiva Introdução. Para mais à frente acrescentar que "*é a partir dos discursos pedagógicos e das normas disciplinares institucionais que se vão inscrevendo, na interioridade dos indivíduos, as verdades que modelam, rotulam e dão sentido aos comportamentos, às atitudes, aos actos, às relações, fabricando o sujeito desejado de modo que ele corresponda com fidelidade ao padrão de indivíduo que a sociedade necessita*".

Para a autora, a ligação / relação entre escola e poder tece-se não só a nível dos métodos pedagógicos, mas também a outros níveis, como a arquitectura do próprio espaço escolar – delimitação clara do espaço físico com a utilização de muros ou grades; isolamento em relação aos outros espaços próximos; traça dos edifícios – em tudo semelhante à de um quartel, prisão ou hospital, e como a distribuição espacial dos indivíduos no espaço físico escola – separação por salas tendo em atenção idades ou aproveitamento; disposição em fila por nomes; distribuição ordenada das actividades num tempo controlável – também em tudo muito semelhante à distribuição espacial num quartel, prisão ou hospital. "*Os suportes institucionais do poder disciplinar são múltiplos e se inscrevem no conjunto do dispositivo de poder. E a escola, tomada aqui como o local onde se realiza o trabalho pedagógico, é um desses suportes institucionais de poder (junto com os orfanatos, os asilos, os quartéis, as fábricas, os hospitais e as prisões, por exemplo), que mantêm entre si relações de continuidade e de reciprocidade*".

O terceiro livro dá-nos a conhecer um pequeno texto de **Max Stirner** publicado, em Abril de 1842, no jornal *Rheinische Zeitung* (Gazeta Renana), no qual ele colaborou de Março a Outubro de 1842. A título de curiosidade acrescente-se que a sua colaboração cessou nesta data, em virtude da ascensão de Karl Marx à chefia da redacção do jornal, utilizando manobras tor-

tuosas como era seu hábito, de onde conseguiu expulsar o grupo dos Jovens Hegelianos.

O interesse principal deste texto reside no facto de Max Stirner já indiciar alguns pontos de ruptura com o Hegelianismo, ruptura que vem a atingir plenamente mais tarde com a publicação do seu clássico *"O Único e a sua Propriedade"*, que tanta influência vai ter no pensamento libertário.

Josefa Martín Luengo e outros (2000), **Pedagogia Libertária – Experiências Hoje**, São Paulo, Editora Imaginário, págs162.

Ierecê Rego Beltrão (2000), **Corpos Dóceis, Mentes Vazias, Corações Frios**, São Paulo, Editora Imaginário, São Paulo, págs. 96.

Max Stiner (2001), **O Falso Princípio da Nossa Educação**, São Paulo, Editora Imaginário, págs. 87.

Mário Rui Pinto

ASSINATURAS

Entre várias hipóteses de construção de uma solidariedade à volta deste projecto, necessitamos de aumentar o número de assinantes da revista Utopia. Com um número significativo de assinaturas é possível manter uma actividade editorial regular e simultaneamente encurtar o horizonte temporal da sua periodicidade. Assim sendo, todo o leitor que se queira tornar cúmplice deste projecto, como assinante da revista Utopia, deve preencher o cupão abaixo (ou escrever uma carta com os dados mencionados) e enviá-lo para a nossa morada.

Nome:____

Morada:______________________________________

____

Assinatura anual (2 números) Portugal 9,00 Euros
Estrangeiro 13,00 Euros

Pagamentos através de dinheiro, cheque ou vale postal à ordem de **Associação Cultural A Vida**
Apartado 2537
1113 Lisboa Codex - Portugal

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

A
Rivista anarchica mensile, anno 32, nº 281, Maggio 2002
Do Sumário: Ai Lettori / Non siamo a fianco di; Art. 18 / Padri e figli; Diritti / Governando per decreto; TamTam / I comunicati; Repressione / Senza panchine; A Nous la Liberté / Nella credenza del criminologo; Segnali di Fumo / Sciopero e dintorni; Dossier / Franco Serantini; Ritratti in Piedi / Quel volo dal 4º piano; Messico /La terra e la voce del precoce fiorire; Casella Postale /Il tram di Berna e lo Zimbabwe; Casella Postale /La Palestina e la sinistra; I Nostri Fondi Neri.
Contacto: Editrice A
C.P. 17120-20170 Milano, Italia.
Telef: 39.02.2896627
E-mail: arivista@tin.it
Website:www.anarca-bolo.ch/a-rivista

Agone
Philosophie, Politique & Sociologie, nº 26 / 27, 2002
Do Sumário: Revenir aux luttes; Licenciement, reclassement, déclassement; Libéralisme & nouveau mode de contrôle des salariés dans l'entreprise; «Refondation sociale» & pacification syndicale; Quel corporatisme? Notes sur la disqualification des mouvements syndicaux; Chronique des luttes; Perspectives militantes; La guerre de l'eau (Bolivie, 1999 – 2001); La récupération de la contestation par les médias; L'espace public comme construction journalistique; Marcel Mauss, le don & la révolution; La sociologie dans les luttes; De la société ouverte à la société concrète; Questions aux «défenseurs des droits de l'homme»; Les «secrets» de Wittgenstein; Le courage d'être.
Contacto: Agone
BP 2326, F-13213 Marseille cedex 02, France
E-mail: agone@atheles.org
Website: www.atheles.org/agone

al margen
Portavoz del Ateneo Libertario, Ano XI, nº 41, Primavera 2002
Do Sumário: Editorial: Ineluctable; Com el mono puesto; Mujer y trabajo; La Memòria Rebel: Isabel Mesa Delgado; Dossier: La Muerte; Los otros explotados; Poesía; Las mejores plumas; Ecus de suciedad; Llibres; Publicaciones; Kiosko libertario; La Unión Obrera.
Contacto: Al Margen, C/ Palma
3-46003 Valencia, España.
E-mail:atalmargen@mixmail.com

Archipiélago
Cuadernos de Crítica de la Cultura, nº 50, Marzo - Abril 2002
Do Sumário: La destrucción de las ciudades en tiempos de paz; Quiénes son los piratas?; Más Prozac y menos Platón; Fronteras permeables; Sobre una línea de Julien Gracq; Pobreza de experiencia y narración: un paseo por los alrededores de Walter Benjamin; La filosofía y su poética; Borges, poeta filósofo; El pensamiento novelesco; No me vengas com cuentos; Los cinco oficios del escritor; Ahí te quiero ver; Bruto sí era un hombre honrado; Filosofía y literatura: cómo es que son tan tristes?; De la conversación ideal; Fenomenología de la literatura; De filosofías y literaturas...; 1902: el vértigo del vacío y los caminos de la inquietud; Algo centellea en el tejido ajado; Conversación com Harold Bloom.

Contacto: Editorial Archipiélago, Apartado de Correos n°174, 08860 Castelldefels (Barcelona), España.
Website: www.archipielago-ed.com

Boletim da Resistência Popular
Folha divulgada pelo Movimento Resistência Popular, Edição 14 – Ano II – Dezembro de 2001
Contacto: Caixa Postal 1020
CEP 08741-970
Mogi das Cruzes, São Paulo, Brasil.
E-mail: rp-sp@bol.com.br
Website: www.rp-sp.hpg.com.br

Clã Destino
N° 30 – Ano 3 – Maio 2002
Jornal de arte e poesia alternativas.
Contacto: Clã Destino, C. Postal 10149
Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC)
Brasil. Telef: 55.48.2831139
E-mail: cla_destino@hotmail.com

Coice de Mula
N°4, 2002
Do Sumário: Problemas de percepção; Louvor e dignificação das eleições; A co-incineração do Afeganistão; Entrevista-relâmpago com um miraculado sobrevivente do Circo Altaqueda; Poesia, Império e Catástrofe; Com tostões e canhões: O estouro da modernidade; Para acabar com as vanguardas literárias; Do V Império à V Imperial; Profecias da Irmã Lúcida sobre a democracia pralamentar e a chegada do Neuro; Correio Azul; Mula da droga.
Contacto: Apartado 21477, 1134
Lisboa Codex, Portugal.

Collegamenti Wobbly
Per una Teoria Critica Libertaria, Nuova Serie, n. 1, Gennaio – Giugno 2002
Do Sumário: Editorial; Dossier Guerra / Il "grande gioco", da Kim a Bin Laden; L'11 settembre tra continuità e discontinuità storica; Dossier G8 / Paint it black; Centrodestra e padani, prima durante e dopo il G8 di Genova; Genova 20 luglio – New York 11 settembre; Economia e Lavoro / Macroeconomia della guerra; "Reddito garantito": alcuni interrogativi scomodi; Formazione / Il "premio per il lavoro": un regalo avvelenato; Riflessioni inattuali sulla formazione professionale; Nota sullo stipendio europeo; Ideologie e Dintorni / Il fascismo oltre il fascismo: appunti per una ricerca; Leggere o rileggere.
Contacto: Collegamenti Wobbly, C/o Guido Barroero, Vico Condino, 1/6-16156
Genova–Pegli, Italia.
E-mail: walker10646@msn.com

Courant alternatif
Mensuel de l'Organisation Communiste Libertaire, n° 119, Mai 2002.
Do Sumário: Editorial; Si Le Pen approche du pouvoir, ses idées y sont déjà!; Présidentielles: tout n'est pas noir; Rubrique Flics et militaires; Lettre d'une prisonnière basque; Pole chimique toulousain: la menace reconduite; Antinucléaire: ce n'est qu'un petit début; L'économie solidaire: un projet politique, pour qui?; «Sans papiers sans logement» à Limoges; Marco Camenisch: ni résignation, ni compromis!; Solidarité avec les anarchistes d'Amérique du Sud; Soutien au peuple palestinien; Rubrique Mouvement.
Contacto: OCL, c/o Clé des Champs, BP 20912, 44009 Nantes Cedex 1, France. Tel./fax: 33.3.88323752
E-mail: oclibertaire@hotmail.com
Website: http://oclibertaire.free.fr

La Campana
semanario de información y pensamiento anarquista, IIª Época, Dossier nº 36 // 13.05.2002
Dossier sobre a Palestina.
Contacto: La Campana, C/Pasantería, 1-3ª, 36002 Pontevedra, España.
E-mail: lacampana@jet.es

Le Monde Libertaire
Hebdomadaire de la Fédération Anarchiste, nº 1283, 30 mai au 5 juin 2002
Do Sumário:Pour un Front social anticapitaliste, antifasciste et antipatriarcal; Éditorial; Congrès; Dans le monde: Goteborg, un an après; Déclaration de libertaires de Colombie; Pas de frontières!; Bush essuie un revers au Venezuela; Racisme de riches, racisme de pauvres; Défi Areva, une mobilisation en demi-teinte; Où l'on reparle d'Enron; Le Congrès de Saint-Imier (15 et 16 septembre 1872): Acte de naissance du mouvement ouvrier libertaire; À ne pas lire!: Le prêche divin de Régis Debray; Jules Grandjouan: un géant de l'art graphique; Forum libertaire de l'Est parisien.
Contacto: Le Monde Libertaire, 145 Rue Amelot, 75011 Paris, France.

Libertaria - il piacere dell'utopia
Rivista trimestrale, anno 4, nº 2 - aprile / giugno 2002
Do Sumário: Quel magico numero 18; Porto Alegre: politica senza utopia; È vero: un altro mondo è possibile; La globalizzazione? Há già fatto bancarotta; C'è anche la Porto Alegre anarchica; Il movimento? Deve dissolversi; Tra terra e impero: i papuani contro le multinazionali; Liberi e uguali perché comunitari; Dal sei politico al sette in condotta; Le nuove guerre contro i migranti; L'utopia nell'era della globalizzazione; Metti l'ecologia a tavola; È un filme scomodo? Sequestratelo; La sporca guerra del petroliere Bush; Mercato dell'arte? No, supermarket com truffa; Immagini di Barcelona; Arcipelago.
Contacto: Libertaria, Casella Postale 10667, 20110 Milano, Italia
E-mail: libertaria@libertaria.it
Web site: www.libertaria.it

Obrero prisionero
Periódico contrainformativo internacionalista de los presos anarquistas en lucha, nº 5, Abril / Mayo 2002
Do Sumário: Editorial; Cada dia más cerca...; Sobre la huelga de hambre; 2002: Nuevo punto de inflexión para el anarquismo en Espana; Presos anarquistas en todo el mundo; Desde los centros de exterminio; Presos en el estado espanol; Internacional; Distribuidora.
Contacto: Apdo. 5 de Getafe - 28901 Madrid, España.

Oiseau tempête
Décembre 2001 – Hors Série Gratuit
Do Sumário: Le Grand Jeu; What a Wonderful World!; Qu'importent les victimes...; Fantômas démasqué; My perfect cousin; Euro-lois Scélérates.
Contacto: c/o AB IRATO
BP 328– 75525 Paris Cedex 11, France.
Web site: http://abirato.free.fr

Pandora
Periódico libertario y confederal, nº 10, Mayo 2002
Folha divulgada pela C.N.T. de Vitoria.
Contacto: C.N.T. de Vitoria, c/Francia, 11– 2º derecha, Vitoria, España.

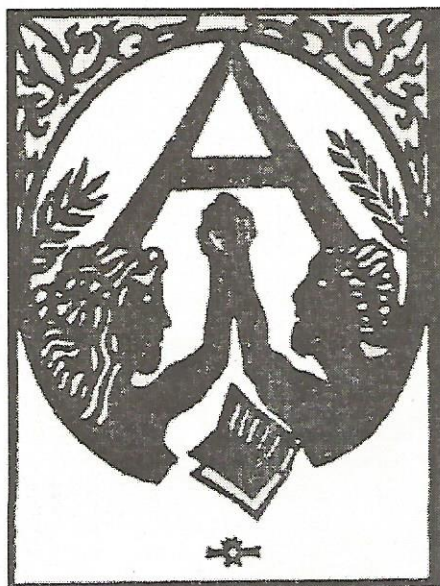
Polémica
Información · Crítica · Pensamiento – Año XX – nº 76 · Marzo 2002
Do sumário: Editorial; Acoso moral, trabajo y política; La Unión Europea y el proceso de globalización; En qué mundo vivimos?; Palestina, el conflicto de nunca acabar; Dossier: Las claves del conflicto afgano; El anarquismo y la violencia; Los primeros guerrilleros de Cantabria; I si la monarquia i l'exèrcit demanaven perdó...; Noticias y Convocatorias; Libros.
Contacto: Apartado de correos, 21.005– 08080 Barcelona, España.
E-mail: polemica@teleline.es
Web site: http://inicia.es/de/polemica

Política Operária
Revista comunista, Ano XVII, nº 84, Março / Abril 2002
Do Sumário: Ponto de vista: Na Palestina joga-se o nosso futuro; Três notas sobre as eleições; Vêm aí as "medidas impopulares"!; PCP: "Renovadores" e "ortodoxos" no impasse; Urânio afinal mata; Com África no coração; Lavandaria nacional; O Estado da Nação; Imigrantes, direitos iguais; Função Pública: Temos de dar a volta!; Capital ao ataque no sector público; A face oculta do negócio das águas; Direitos da Mulher: O 8 de Março é uma tristeza; 8 de Março na Argentina; EUA levam guerra ao mundo inteiro; Antraz: Investiguem o Pentágono; Palestina: Agir antes que seja tarde de mais!; Alto ao massacre!; Dez anos depois de Maastricht; Pelo Mundo; Conquistar posições nos sindicatos; O sionismo é um fascismo; Porto Alegre: o cerco; O desastre argentino, espelho da crise capitalista mundial; Contra Wallerstein; A vulnerabilidade do sistema e a indiferença do proletariado; Visor.
Contacto: Política Operária, Apartado 1682, 1016 Lisboa Codex, Portugal.

Red Libertaria
Prensa Anarquista, Año 1, nº 1, Marzo – Abril de 2002
Do Sumário: Llamamiento Libertario para Sevilla; Una Visión sobre Porto Alegre; Editorial; Qué es Apoyo Mutuo; La lucha contra la LOU y el autoritarismo en la Universidad de Sevilla; La zorra no se ha vuelto vegetariana; Revuelta en Argentina; Putas y maderos; Kropotkin y Bin Ladem; Vaivén.
Contacto: Aptdo. Correos 51.575– 28080 Madrid, España
E-mail: info@red-libertaria.org
Website: www.red-libertaria.org

Tesão - Prazer & Anarkia
Nº 0, Abril 2002
Do Sumário: Nosso jornal; Soma-Iê; Critique você mesmo; A Internet – e o senso crítico?; Sobre o trabalho; Boas e más razões para crer; É Federação, é faca!; Nem razão nem acaso, emoção; A Metrópole; Ficção científica ou ciência fictícia; Em defesa da subversão e da originalidade; Poemas de Flávio Rogério.
Contacto: Caixa Postal 70153
Cep 05013-990 São Paulo, Brasil
E-mail: somaterapia@uol.com.br

Umanità Nova
Settimanale Anarchico, anno 82, nº 20, 2 giugno 2002
Do Sumário: La guerra dimenticata; L'11 settembre tra veline e depistaggi; La politica americana in Medio Oriente: la "doppia alleanza"; La crisi tra India e Pakistan: sui cancelli del Ladakh; D'Amato all'assemblea di Confindustria: impreditore e filosofo; Elezioni amministrative 2002: tanto rumore per nulla?; Siviglia: anarchici contro il capitale; Bologna: aperto il lager per immigrati; GNU Global?; Mafia: la criminalità del potere.
Contacto: Umanità Nova,
C.so Palermo 46 - 10152 Torino, Italia.

Verve
Revista do NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária, PUC-SP, nº 1, Maio 2002
Do Sumário: Algumas Observações Provisórias a Respeito do Estado Fundado no Amor; A Arte da Amizade; Ocre; Limiares; Equívocos dos Movimentos Sociais Anti-globalização; O-BE-DE-CER: o "abcd" do Princípio da Autoridade ou da Covardia; Conversas com um Abolicionista do Sistema Penal; Abram as Prisões, Dispersem as Tropas; A Escola Pública numa Perspectiva Anarquista; Escola-Droga;Antimilitarismo e Anarquismo; Revolta e Ética Anarquista; Anatomia da Crise: do Sindicalismo Revolucionário ao Colaboracionismo Cooperativista; Mistério e Hierarquia; Analíticas Anarquistas do Federalismo; Resenhas.
Contacto: NU-SOL
Rua Ministro Godói, 969 – 4º andar
sala 4E – 18, São Paulo – SP Brasil
CEP:05115-001
Website: www.nu-sol.org

Outros documentos e livros recebidos

Equipa H
A Crise Global do Capitalismo e o Jornal «O Público» ou A Tormenta Argentina Contemplada pelo seu Director, Edição de O SAL DA IRA, 2001-2002

Bicel
Boletín Interno del Centro de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, nº 12, Enero 2002
Do Sumário: Editorial; El anarquismo y sus documentos; CNT 1939 – 1951; 1ª Feria de la distribución y edición libertarias; Los anarquistas españoles: los años heroicos 1868 – 1936; Teatro didáctico popular; Futuro primitivo y otros ensayos; Memoria e historia; Lucio, el anarquista irreductible; Cine y anarquismo: la utopía anarquista en imágenes; Lo que piensa la ballena del arponero; Richard Prost: una mirada contra el olvido; La casa de la Sierra: un episodio de la Guerra Civil en Extremadura; Más aportaciones al conocimiento de Mujeres Libres; Luís Gallo, Coq; Diccionari biogràfic del Moviment Obrer als Paisos Catalans; Utopia sexual a la premsa anarquista de Catalunya.
Contacto: Fundación de Estudios Libertarios Anselmo Lorenzo, Paseo de Alberto Palacios, 2 – 28021 Madrid, España
Telef: 34.91.7970424;
E-mail: fal@cnt.es
Website: www.cnt.es/fal

Bulletin of the Kate Sharpley Library
Boletim da Livraria Kate Sharpley, nº 30, May 2002.Informação sobre publicações editadas e disponíveis.
Contacto: Kate Sharpley Library, BM Hurricane, London WC1 N3XX, England.

PRINCÍPIOS EDITORIAIS

UTOPIA define-se como revista anarquista de cultura e intervenção, o que significa a reivindicação do património histórico das ideias libertárias e do movimento anarquista, ainda que à luz de um pensamento próprio, activo e actual, e no respeito face a outras interpretações desse património.

Ao definir-se como de cultura e intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de tolerância, diálogo e criação, procurando contribuir para o aperfeiçoamento dos homens e para o alargamento das suas possibilidades de expressão e de invenção.

Ao definir-se como de intervenção, UTOPIA pretende-se como um espaço de análise e debate dos fenómenos sociais e políticos das sociedades contemporâneas, procurando contribuir para a emancipação e a liberdade dos indivíduos e dos grupos sujeitos a quaisquer situações de opressão, repressão e intolerância, assim como procurará opor-se aos sistemas e mecanismos conducentes a manter situações de constrangimento e desvantagem social e económica de indivíduos e grupos em relação a outros, e ao Estado, entendido como um poder a que todos os homens devem obedecer mesmo que em desacordo com ele. Nesta intervenção, UTOPIA será a expressão de lucidez e de revolta, assumindo plenamente o carácter utópico das tarefas a que se propõe.

UTOPIA guiará a sua acção por uma ética de honestidade, frontalidade, solidariedade e tolerância, que se procura expressar nestes princípios editoriais e que levará à prática em cada edição e em quaisquer actividades que venha a desenvolver.

As colaborações não solicitadas são desejadas, embora sujeitas à apreciação do colectivo editorial. Qualquer colaboração não publicada será devolvida ao autor, com a justificação dessa decisão.
O colectivo editorial compromete-se a abrir rubricas de debate quando tal for considerado enriquecedor e esclarecedor para os leitores e para os princípios aqui defendidos, sendo os autores previamente informados dessa intenção.

A indicação de um proprietário e de um director da revista deve-se a exigências legais, sendo desejada a rotatividade da direcção entre todos os que fazem UTOPIA.
A responsabilidade dos textos assinados é dos seus autores e a responsabilidade pelo projecto é de todo o colectivo editorial.